



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

Moisés Silveira Ibiapina

**O neoliberalismo no Brasil, um estudo do caso Paulo Francis.**

Rio de Janeiro

2019

Moisés Silveira Ibiapina

**O neoliberalismo no Brasil, um estudo do caso Paulo Francis.**



Monografia de Graduação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes

Rio de Janeiro

2019

Moisés Silveira Ibiapina

**O neoliberalismo no Brasil, um estudo do caso Paulo Francis.**

Monografia de Graduação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em História.

Aprovada em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. Eduardo Ferraz Felipe  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2019

**Dedicatória:**

À Gabriel, Juliana e Bernardo que os tempos de medo presente não diminua uma gota do potencial transformador que vocês possuem.

## AGRADECIMENTOS

Este deve ser o momento mais difícil e gratificante de todo o processo criativo, pois foram muitas pessoas incríveis que passaram em minha vida ao longo dos últimos anos em que escolhi me dedicar ao ofício do historiador. Recordar dos passos dados sem me esquecer daqueles que estiveram ao meu lado, me ajudando, ensinando, motivando, enfim, induzindo diretamente ou indiretamente o meu amadurecimento ao longo desse enorme ciclo que se encerra neste momento.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e a todos os Santos que guiaram e protegeram meu caminho por incontáveis dias, tardes, noites e madrugadas em que tive que me locomover pela cidade e pelo país em busca do meu objetivo. Obrigado por manterem, na medida do possível, minha segurança, minha saúde física e mental e que no final de cada jornada eu pudesse ser abençoado por um lar, comida, oportunidade de estudar e ser cercado por pessoas que me amam.

Agradeço agora a quem fez tudo isso ser possível, a minha família. Composta por pessoas incríveis, as quais amo e admiro em grau incalculável. À Raimundo Nonato Ibiapina da Silva meu mais absoluto amor e gratidão por todo o esforço em me criar, educar, aconselhar, por todo gesto simples como “eu te deixo lá”, “tem janta pronta”, “toma aqui R\$ 20,00”. Obrigado por não me deixar desistir e acreditar que o mais importante dessa vida é realizar os desafios que se apresentam com a certeza que você deixou o seu melhor a cada momento. À Claudia Silveira da Silva (*in memoriam*) que apesar de termos nos despedidos ao longo desse ciclo, se fez presente a todo instante nos momentos de alegria e tristeza, de convicções e dúvidas. Muita da minha formação como cidadão e como historiador eu quero dedicar a sua memória. À Taina que também escolheu as ciências humanas e a vida de professora para juntos fazermos a nossa parte por uma educação emancipadora, transformadora e que melhore a situação atual da nossa sociedade. À Gabriel e Juliana que este exemplo de luta e dedicação possa servir de inspirações para os desafios que cada um vai se deparar ao longo de suas vidas. Por fim, gostaria de agradecer imensamente ao companheirismo singular que encontrei em Yasmin Poli de Almeida ao dividir comigo os sorrisos, ideias, planos, sonhos, frustrações, medos e angústias. Obrigado por todo apoio acadêmico, profissional e principalmente emocional. Ter feito História me proporcionou amadurecimento, inúmeras descobertas e realizações, a mais incrível foi lhe conhecer.

Gostaria de agradecer a esta casa por ter me proporcionado um universo ilimitado de experiências e aprendizados, por ter me formado um profissional e um sujeito político atuante contrário as mais diversas desigualdades sociais. Obrigado a UERJ por ser um espaço de constante amor, amizade e alegria. Obrigado a UERJ principalmente por ser um lugar de construção, emancipação, empoderamento, luta e resistência. Estende-se este agradecimento a todos os professores por quem passei ao longo dessa jornada, cada qual a sua particularidade, ajudaram a construir o historiador e professor que hoje sou. Em especial gostaria de agradecer à Ricardo Mendes por ter aceitado tão gentilmente ser meu orientador. Obrigado do fundo do coração por todo o tempo que você direcionou a olhar minha produção, pelas suas contribuições e correções, por ter me estimulado e me cobrado (afinal, como demorei a entregar essa monografia). Sem sua participação, essa construção não teria sido tão intrigante.

Gostaria de agradecer também a todos os ambientes de trabalho que tive contato ao longo da minha graduação, gratificadamente diversos, me possibilitando experimentar as diferentes funções do nosso ofício. Em especial gostaria de agradecer ao Laboratório de Políticas Públicas da UERJ na figura de André Lázaro que foi um grande mestre e ampliou minha visão de como a educação é transformadora. À Empresa Olímpica Municipal na figura da minha eterna chefe Ana Paula Reis pelos inúmeros conselhos, ensinamentos e risadas ao longo do projeto olímpico no qual pude aprender a importância de se trabalhar em equipe. À rede Intellectus, em especial a figura de Jorge Júnior que me permitiu ter o contato com a sala de aula e iniciou o processo de aprendizado eterno do que é ser um professor, sem dúvidas eu não seria metade do educador que sou sem todo o apoio e aprendizado que tive enquanto membro desse grupo.

Por fim, encerro agradecendo a quem dia após dia fez toda essa caminhada ter um sentido, a todos os amigos que construí ao longo desses anos de UERJ. Em especial aos “Descolados” e ao grupo “Futebol Histórico” por terem feito dessa experiência universitária algo tão especial em meio às turbulências da vida. À Douglas Vaz por ser um amigo desde a aurora do nosso curso e por todos os momentos compartilhados ao longo dessa caminhada. À Marcus Nascimento por ter participado comigo de um dos eventos mais incríveis desse planeta, sempre irradiando alegria.

## RESUMO

IBIAPINA, Moisés Silveira. *O neoliberalismo no Brasil, um estudo do caso Paulo Francis*. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

O presente esforço busca evidenciar como se desenvolveu a defesa do projeto neoliberal e sua propagação ideológica por um dos maiores sujeitos midiáticos das décadas de 1980 e 1990 – Paulo Francis. Para tal objetivo debateremos o que foi esse neoliberalismo e em quais condições possibilitaram este ser o modelo hegemônico do sistema capitalista ao final da Guerra Fria, como sua expansão pode ser impulsionada pela globalização, apresentar a teoria de o neoliberalismo representava o encerramento das disputas ideológicas através do fim da história, bem como tal agenda foi implementada em nosso país ao longo dos governos democráticos pós-Sarney. A fim de contemplar nossa proposta, esta reflexão analisará o papel da mídia como importante irradiadora de ideais. Através da análise de vasta produção *franciana* será possível compreender como a ideologia neoliberal foi endossada pelos grandes grupos midiáticos brasileiros como o caminho único possível de desenvolvimento econômico para a nação.

Palavras-chave: neoliberalismo; Brasil; Paulo Francis; mídia.

## ABSTRACT

IBIAPINA, Moisés Silveira. *O neoliberalismo no Brasil, um estudo do caso Paulo Francis*. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

This following academic effort seeks to understand how the neoliberalism became hegemonic in politics and became popular Brazil by Paulo Francis' media speech. To achieve it we are gonna to discuss what is the neoliberalism and which were the conditions that allowed this model of capitalism emerge at the end of Cold War. How its expansion could be related to the use of globalization process. It's part of our construction demonstrate how the neoliberalism theory concepts itself as the final stage of human development. Using the brazilian case, it goes describe several acts and thoughts about government administration based on neoliberalism agenda. To show all those points, this monograph pretends to relate the role of media and very popular names in the spread of an ideology. We achieve this goal by using his enormous production as correspondent for Folha de São Paulo journal.

Keywords: neoliberalism; Brazil; Paulo Francis; media.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>O FIM DA HISTÓRIA E A INEVITABILIDADE DO CAPITALISMO .....</b>	<b>15</b>
AS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA.....	16
FRANCIS FUKUYAMA E O FIM DA HISTÓRIA .....	19
<b>NEOLIBERALISMO: DAS SOMBRAS A HEGEMONIA .....</b>	<b>29</b>
O CAPITALISMO SE MODIFICA A PONTO DE FICAR IRRECONHECÍVEL.....	29
O QUE É O NEOLIBERALISMO?.....	31
INIMIGOS DA LIBERDADE.....	36
NOVA ORDEM MUNDIAL.....	38
<b>O NEOLIBERALISMO INUNDA A PERIFERIA: O CASO BRASILEIRO .....</b>	<b>43</b>
A DÉCADA DE 1980 .....	43
A BRASILIDADE QUE EMPERRA O BRASIL .....	45
O CASO NACIONAL: DESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO .....	48
O BRASIL DOS ANOS 1990 – O CAMINHO NEOLIBERAL SE PAVIMENTA.....	51
<b>O ESPAÇO DE FALA: O PAPEL DA MÍDIA COMO PROPAGADORA DE (SUAS) IDEOLOGIAS.....</b>	<b>58</b>
A MÍDIA E A POLÍTICA .....	58
A MÍDIA E A OPINIÃO PÚBLICA .....	61
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO ATORES DO JOGO DE PODER.....	63
O PAPEL DOS INTELECTUAIS NESSE PROCESSO .....	66
<b>PAULO FRANCIS – UM NEOLIBERAL .....</b>	<b>69</b>
QUEM FOI PAULO FRANCIS?.....	69
ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE PAULO FRANCIS.....	76
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
BIBLIOGRAFIA.....	120
AUDIOVISUAL .....	126

## INTRODUÇÃO

Por que somos o que somos?

\*\*\*

O final do século passado apresentou uma série de transformações históricas que modificaram as relações humanas radicalmente. Computadores pessoais, início da era da internet, queda do Muro de Berlim, implosão do regime soviético, fim da Guerra Fria e a globalização são exemplos do porte das mudanças de impacto que o finado século XX em seus últimos momentos deixava ao novo século. Um novo período histórico sob uma nova ordem mundial estabelecida.

O Brasil, tal qual qualquer outro país, teve de se adaptar ao novo mundo que nascia. Por aqui as mudanças eram igualmente radicais. Em 1985 chegava ao fim um regime militar que permanecera 21 anos no poder de maneira autoritária, sepultando uma série de projetos que visavam autonomia nacional (confundidos com propostas socialistas) em diversos setores, principalmente educacional e industrial. O novo Brasil que tentava emergir na despedida do século passado (décadas de 1980 e 1990) buscava se recuperar das sucessivas crises econômicas que eram legados dos governos ditatoriais e reconstruir uma cultura civil democrática, que havia sido abortada há duas décadas. A nova Constituição indicava um caminho.

O caminho escolhido, porém, foi outro. O Brasil recém-democratizado seguiu os passos dos Estados Unidos e dos principais organismos internacionais para se adequar ao novo cenário caminhando sob o prisma neoliberal. A década de 1990 contou com três presidentes – Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – que tiveram a missão de fazer do Brasil uma potência no mundo globalizado e neoliberal. Era chegada a hora de ser o país do presente e não mais do futuro.

Tais governos tiveram como objetivos claros o ataque a estrutura estatal vigente e a promoção do mercado como o único setor de desenvolvimento economicamente viável. A presença do Estado era vista como condição fundamental para o atraso econômico das nações. Além disso, seu peso, sua atuação em programas sociais e a interferência em decisões econômicas promoviam um massacre aos contribuintes, ao aumentar a carga tributária, sem nada entrega-los de modo eficiente. Não atoa a redução

do papel estatal, em diversos vieses, será um dos pilares norteadores para esses governos.

Contudo, nosso esforço não se limita a olhar o passado como um mero objeto de interesse investigativo. Isso porque o Brasil atual vive um período de profunda radicalização política e assiste a um embate de forças opostas que polarizaram os últimos anos no país. Numa breve recapitulação histórica, tivemos as jornadas de junho de 2013, a eleição presidencial de 2014 que consagrou uma vitória apertada da petista Dilma sobre o tucano Aécio no segundo turno do pleito. A midiaticização diária e cinematográfica da operação Lava Jato e uma espécie de “beatificação” do Juiz Sérgio Moro, como paladino da justiça.

O golpe parlamentar comandado pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB), hoje preso, em 2016 contra a presidente da República Dilma Rousseff (PT) que empossou o seu vice Michel Temer (PMDB), antes figurativo, como chefe do poder Executivo nacional, através de uma grande trama de interesses que teve início logo após a vitória da petista nas urnas em 2014. O governo Temer teve dois processos de impedimento barrados no Congresso Federal por articulação política que o mantiveram até o final do seu mandato quando passou a faixa presidencial para o *mito* Jair Messias Bolsonaro (PSL), o candidato da nova política – com 27 anos de atuação no poder legislativo e dois projetos aprovados – que defende a família tradicional atrelada aos bons costumes cristãos. Defensor do capitalismo, é contra a “ideologização esquerdista” nas escolas e a favor do armamento da população, dentre tantas outras pautas polêmicas. A eleição que levou o “capitão verdade” ao Palácio do Planalto foi marcada pelo número monstruoso de *Fake News* (notícias falsas) espalhadas contra o programa e a pessoa de Fernando Haddad (PT). No meio desse turbilhão, o país ainda assistiu ao momento máximo da Operação Lava Jato, até o presente momento, com a prisão do ex-presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018.

Mas o que aconteceu ao Brasil no meio desse verdadeiro caos político? Reformas que visavam a estrutura produtiva foram tocadas pelo breve governo Temer. Tais reformas foram endossadas em larga escala pelos grupos midiáticos e acompanhadas de perto pelos grupos de capital financeiro e comercial em operação no Brasil. Nessa administração foi aprovada o Teto dos Gastos Públicos (PEC 95/2016) que congela investimentos públicos acima da inflação em áreas sociais e produtivas por 20 anos, a

polêmica Reforma do Ensino Médio que propõe certa autonomia universitária na escolha curricular para alunos de 15 a 18 anos em média. Também sob este governo iniciou-se a tramitação da Reforma da Previdência e principalmente a conclusão da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Dentre tantas deformações em relação a CLT que regia as relações de trabalho temos a prevalência do acordado sobre o legislado, a criação da categoria de trabalho intermitente e a terceirização das atividades-fim nas empresas.

Ainda em seus momentos iniciais, o governo Bolsonaro tem como agenda prioritária a Reforma da Previdência que é acompanhada com interesse pelos diversos atores políticos e econômicos através de uma maciça cobertura e apoio diário dos conglomerados midiáticos brasileiros. Criou-se um discurso de que ou ela acontece ou o Brasil fica economicamente inviável. As discussões sobre a mesma ainda estão em tramitação nas casas legislativas, mas sem dúvidas, será a principal questão deste mandato. Definindo se o *mito* conseguiu ou não ter sucesso com a “caneta na mão”. Outro ponto latente do governo de Jair é sua cruzada contra a Educação. Em menos de 6 meses de administração, a pasta já conta com o segundo nome em sua direção (o primeiro ministro foi Ricardo Vélez e o atual é Abraham Weintraub) e segue uma política de desmanche técnico e financeiro de um dos pontos considerados chaves de qualquer governo. Demissões em massa do INEP, proposta para reescrever os livros de história com teorias irreais, cortes severos na ordem de 30% do orçamento nas instituições de ensino superior federais e de institutos federais de educação são vistas como essências para pôr fim às “balbúrdias” promovidas pelo marxismo cultural no setor. O atual governo busca uma educação “sem aspiração marxista/ideológica”. Caso tenha sucesso e suas medidas sejam implementadas, Bolsonaro conseguirá. Uma vez que retornaríamos a educação dos tempos pretéritos ao iluminismo.

A quem serve tudo isso? Seriam tais medidas dos governos Temer e Bolsonaro linhas de pensamento para desenvolver plenamente o Brasil e consertar a dita destruição dos governos PT? Não sobre nossa ótica. Enxergamos que as medidas atuais são tentativas de liberalização ao máximo das cadeias produtivas para a iniciativa privada (principalmente estrangeiras) e a redução da capacidade protetiva do Estado para os trabalhadores e para sociedade em geral. O neoliberalismo se baseia, como veremos ao longo desse estudo, pela redução da interferência do Estado nas relações sociais e os seus ataques estão focalizados nas áreas de seguridade social, à educação pública, aos

direitos trabalhistas, ao funcionalismo público e, aos programas de assistência social, dentre outros. Não é aleatório que as medidas de impacto sejam as reformas estruturais do trabalho ou da previdência, da privatização de estatais, do ataque e precarização da educação e de outros setores vitais. É um projeto que visa entregar ao mercado – suposto reino da eficiência, setores que poderiam ser muito melhores ofertados pelo setor público do que são atualmente.

Em nossa investigação abordaremos como foi a promoção desse modelo de capitalismo em nosso país. Nosso foco será compreender como um influente jornalista com ampla entrada na grande mídia serviu como voz e convencimento de que o caminho do Brasil se desenvolver era através das práticas neoliberais. Paulo Francis é o nosso estudo de caso. A estrutura desse esforço está dividida em cinco capítulos de discussões, além da conclusão.

Iniciaremos nossa discussão abordando as questões referentes a percepção de que o capitalismo seria inevitável para a vida humana através do conceito de fim da história. Com o término do período da Guerra Fria que culminou na derrocada da experiência socialista soviética e nas transformações ou marginalizações de outras experiências pós-capitalistas, o modelo neoliberal teve uma imensa expansão para diversas nações ao redor do mundo. O interesse nesse momento é conceber como no contexto dado se formou o discurso de que a história da humanidade teria sido finalmente concluída ao apresentar o sistema ideal de organização social e como tal discurso embora autoproclamado sem viés ideológico, não passava de mais uma filosofia da história.

Nosso segundo capítulo é uma abordagem sobre o sistema capitalista e como ele se altera ao longo do século XX através das mutações de seus modelos que se adaptam as diferentes necessidades, historicidades e anseios de cada época e/ou sociedade. Aqui, é fundamental desconstruir o pensamento de que exista apenas um tipo de capitalismo. É justamente nesse ponto, as disputas travadas entre os ideais de estados interventores e os ditos neoliberais e as condições geopolíticas e econômicas do mundo que levaram a partir da década de 1970 a supremacia do pensamento neoliberal nos países centrais do capitalismo.

Aprofundar essa discussão teórica num campo prático. Esse é o objetivo proposto pelo terceiro capítulo do presente esforço. Compreender como foi a experiência neoliberal no Brasil observando elementos importantes e ações políticas chaves dos

governos Collor e Cardoso na construção das estruturas nacionais para fazer possível a consolidação de um Estado neoliberal. O olhar para o Brasil e suas peculiaridades em relação a outros países que também sentiram a influência do Consenso de Washington. Como tudo isso ocorreu num contexto democrático que necessitava de jogos de poder para passar ou travar uma reforma.

Dando seguimento a nossa reflexão, o leitor será direcionado ao debate de qual seria o papel da mídia nos processos decisórios e de construção da vida política, econômica e social de um determinado povo, de um determinado país. A mídia enquanto ator político que reproduz e expõe melhor que qualquer outro seus próprios interesses para a coletividade. Entender o que é mídia, como atua, até onde vai ou não seu poder de convencimento e qual seria a atuação de intelectuais nesse processo é o nosso interesse nesta etapa.

A etapa final de discussão será sobre a atuação de Paulo Francis enquanto um intelectual orgânico do neoliberalismo. Além de introduzi-lo, buscamos elucidar seu modo de ação jornalística, o que denominamos de modo polemista. Por fim, e acreditamos ser o ponto alto e incomum em relação a outras monografias, a análise de uma vasta produção de artigos do seu período como correspondente internacional para o jornal Folha de São Paulo no qual ele discorre sobre diversas temáticas nas quais ficam expostas suas preferências ideológicas ao neoliberalismo bem como o desprezo a qualquer modelo que credite a uma ação estatal o desenvolvimento nacional seja ele de direita seja de esquerda.

Como foi dito anteriormente, nosso interesse não se esgota em investigar um determinado ponto no passado. Mas, compreender como foi o início da pavimentação desse caminho neoliberal no Brasil. E entender como os atores se moveram na tentativa de consolidar – a sua época – tal projeto que voltou a pautar a ordem do dia no Brasil atual.

\*\*\*

Embora compreender o neoliberalismo brasileiro não esgote a pergunta, nos apresenta um bom indicativo do porquê somos o que somos.

## O FIM DA HISTÓRIA E A INEVITABILIDADE DO CAPITALISMO

“Não adianta discutir, sempre foi assim”. Sem dúvidas, essa foi uma das frases feitas que mais tive contato na vida. E de certo modo, ela carrega uma força impressionantemente poderosa para consolidar entendimentos coletivos e sociais sem o mínimo de esforço técnico ou crítico, pelo simples motivo de dar uma explicação definitiva: “sempre foi assim”.

Tal mantra segue-nos por todas as etapas de nossa vida. Nos momentos em que nos deparamos com situações em que não sabemos como ou por que acontecem, ele se mostra como um axioma que independe de mais indagações. Contudo, há um momento em que tal postulado já não mais satisfaz e é necessário cavar para refletir as reais condições daquilo que nos incomoda. Tal capítulo nada mais é do que isto: como superar uma visão internalizada de que o capitalismo é inevitável?

Ao falar de internalização, nos referimos à ideia de naturalização. No saber histórico concebemos que o valor de tornar algo natural é justamente o de eliminar desse elemento a possibilidade de crítica, reflexão e transformação. A naturalização é o ponto da não discussão, um ponto seguro, no qual o objeto em análise apenas *é* em seu estado de natureza, logo, correto, verdadeiro.

Pensar o capitalismo como “é isso/sempre foi assim” sempre me instigou no sentido de compreender porque tal sistema de construção da vida é concebido como tão correto ao ponto de ser o natural. Ao investigar as causas de sua “inevitabilidade” em nosso tempo presente, somos transportados para o cenário do fim da Guerra Fria concomitante a expansão do projeto de globalização vivenciado no final do século XX. Tal período marcou em escala planetária o avanço e consolidação do sistema capitalista pós anos de disputas ideológicas. O colapso do soviétismo apresentava ao mundo a organização neoliberal, com suas principais vitrines sendo o modo de vida americano e o britânico.

A superação ao soviétismo induziu aos intelectuais (tanto de direita quanto de esquerda) a se adaptarem a essa nova ordem. Muitos foram os estudiosos e influenciadores que pensaram, produziram e debateram essa nova realidade global. O mais emblemático, a nosso ver, foi Francis Fukuyama cuja obra é o tema central do nosso esforço de compreender como o capitalismo foi naturalizado como o sistema único da humanidade, logo, inevitável. Ler Fukuyama é observar um mundo

completamente diferente do que tivemos ao longo do século de extremos, parafraseando Eric Hobsbawm, pois enxergamos a reconstrução de um poderoso pensamento otimista, universal e com uma finalidade bem clara: de que a humanidade histórica encontrou seu fim.

Esse fim não representa de maneira nenhuma o fim da espécie humana, mas o cessar de suas lutas históricas, por mudanças, destruições de sistemas, superação de paradigmas e revoluções em prol de novas ideologias. O fim histórico definido por Fukuyama é que a humanidade finalmente poderia alcançar seu ápice e agora deveria se preocupar apenas em viver todo seu potencial biológico estando inserida na realidade social completa que foi alcançada, o Estado democrático liberal. Tal pensamento do autor é, em nossa visão, uma nova forma de filosofia da história.

Nossa preocupação nessa etapa é levantar argumentos do que consideramos serem as filosofias da história, seus impactos em diferentes correntes do saber histórico, seus encadeamentos epistemológicos e a construção de Fukuyama ao caracterizar a vitória do projeto liberal como uma filosofia da história ao decretar o fim da experiência histórica. Ao concluir esse esforço, estaremos mais preparados a compreender como a sociedade neoliberal elabora sobre si um discurso de sistema natural dos homens, sob o pensamento único que não se vê como ideológico.

## **AS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA**

Ao longo da construção do saber histórico através dos séculos, em muitas oportunidades as escolas historiográficas se perguntaram se o caminho do homem, do tempo e da vida tinham um destino ou rota definida em que se dava a caminhada humana e os eventos devidamente ocorridos. Após isso, perguntavam-se tal definição abarcava um grupo determinado ou toda nossa espécie. Por fim, se indagavam se havia ou não algo metafísico que definia o desenrolar dos fatos e processos históricos no intuito de garantir-lhes uma realização coesa em seu fim. Falamos, pois, de uma história com sentido, universal e teleológica.

Com as grandes civilizações, religiões e os grandes projetos imperiais ao longo dos séculos, o pensamento de universalidade esteve presente como norte na construção de uma história comum ao gênero humano. Apesar de especificamente, compreendermos como filosofias da história um movimento do século XIX, seus



fundamentos podem ser enxergados bem antes, lá no período clássico na fusão do imperialismo romano e da visão universalista do Evangelho de Cristo. Alí fundava-se o pensamento de que toda a humanidade deveria ter o mesmo destino e caminho: o de ser cristão através da romanização (REIS, 2006). Ao longo dos séculos, sociedades, rupturas e continuidades, o projeto universal do homem vai ganhar nova roupagem (eurocentrismo, grandes navegações, colonialismo, dentre outras) mantendo conservado o sentimento genuíno de construir uma história comum dos homens e das mulheres da Terra.

As filosofias da história enxergam o desenvolvimento histórico através de um *telos*, ou seja, de um sentido determinado e comum a toda humanidade em que essa universalidade será plenamente atingida quando um determinado modo de vida for contemplado. Vimos ao longo da história que tal pensamento permeou várias ideologias e crenças como o fim da história com a Parousia<sup>1</sup> cristã, com o progresso científico ancorado na Razão e seu uso mais prático – a ciência moderna, com uma sociedade igualitária sem Estado (comunista ou anarquista) e a mais atual, a sociedade neoliberal. Todas, em comum, se apresentavam como a definidora final do percurso humano, o estado de organização superior.

Para José Carlos Reis<sup>2</sup>,

Os gregos preferiam não pensar o futuro, mas o eterno; os judeo-cristãos se nutriam do sentimento de salvação futura; os renascentistas preferiam mergulhar nos prazeres do tempo presente; as filosofias da história voltaram a pensar o futuro como salvação e a história como seu meio. (REIS, 2006, P.30)

O advento das filosofias da história trouxe ao ofício do historiador uma forma de pensar o desenvolvimento humano dotado de um sentido definido e universal de forma teleológica. Mas, após o amplo domínio cristão no medievo, os historiadores puderam continuar a elaborar suas narrativas através de filosofias da história sem necessitar de um discurso religioso que o fundamentasse por trás. Como apresenta Reis,

---

<sup>11</sup> A Parousia é a crença difundida no Cristianismo de que Jesus Cristo retornaria novamente ao mundo dos homens com a missão de promover o Juízo Final, dividindo todos os que fizeram parte da vivência humana entre aqueles escolhidos para a glória ou danação eterna, de acordo com os atos e condutas praticadas durante a experiência terrena. Com essa separação realizada não existiria mais mundo material, resultando no encerramento da vida humana.

<sup>2</sup> REIS, José Carlos. História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Para Habermas, o século XVIII criou o pensamento específico da modernidade, as *filosofias da história*, que seriam uma nova legitimação da história universal não mais baseada na fé. Elas são modernas porque têm a forma de uma elaboração formal da história, de uma interpretação sistemática da história da humanidade universal, estabelecendo um princípio que procurava reunificar a sucessão dos acontecimentos em um sentido fundamental. Em sua segunda fase, a modernidade, através das filosofias da história, recolocaria à história a questão do sentido histórico e da história universal, que retornaria ainda com implicações teleológicas, mas oferecendo a perfectibilidade moral neste mundo profano no lugar da salvação no outro. (REIS, 2006, P.29)

Retornando a historiografia do século XIX, o ponto fundamental de iluminação desse pensamento das filosofias da história foi a Razão. Para seus historiadores, a Razão seria o fio condutor desse caminhar universal e com sentido teleológico posto. Seria com o progresso tecnológico humano alcançado através da racionalização do mundo e do controle do homem sobre a natureza que alcançaríamos o desenvolvimento pleno da humanidade. No fim dessa longa jornada, os seres humanos integralmente desenvolvidos gozariam das bênçãos de uma vida de facilidades e deleites. É importante lembrar, que tal pensamento está ancorado num forte ideal de progresso positivista de organização política, econômica e social de ordem liberal.

Como aponta Reis,

As filosofias da história, os discursos da modernidade, são consideradas por Lyotard “grandes narrativas”, pois se referem a humanidade como um sujeito universal e pretendem produzir uma descrição completa do desenvolvimento histórico. São “grandes narrativas” porque totais (abordam passado/presente/futuro e todos os eventos), de um objeto universal (a humanidade). São narrativas e ao mesmo tempo e a própria história, pois a ação executa a narrativa, que é saber, consciência de ação. Não há distinção entre conhecimento e ação. A narrativa é um mapa vivo e verdadeiro da história, e a ação a confirma. A narrativa é o acontecimento histórico em seu conceito. Se a narrativa oferece um conhecimento antecipado da história e do seu sentido, a ação deve apenas realizá-lo. A ideia moderna de história está dominada pelos conceitos de *razão, consciência, sujeito, verdade e universal*. (REIS, 2006, P.33)

É notório destacar que o projeto de sentido e universalidade histórica é fundamentalmente eurocentrista no qual os valores europeus são espelhados e postos

numa escada evolutiva para com outros povos do mundo, estando à sociedade Ocidental – europeia –, na vanguarda de todos os avanços da humanidade devendo, portanto, ser seguida e/ou impor sobre os demais os princípios civilizatórios. Como indica Reis,

O Ocidente no século XIX, está cientificamente convencido de que é o portador da verdade histórica, de que conhece o sentido da dinâmica da vida humana, de que é o “povo eleito”, com a missão de salvar os povos não europeus, que não conhecem ainda a Razão. (REIS, 2006, P.40-41)

Apesar de suas referidas pretensões, as filosofias da história encontraram um profundo abismo ao longo do século XX, mais precisamente a partir do pós 1945. Isso porque o mundo da Razão, da fé inabalável no progresso tecnológico e no advento de uma vida maravilhosa no futuro foi massacrado pelos terríveis resultados do projeto moderno ao longo do período em destaque. O imperialismo europeu, o neocolonialismo, as duas guerras mundiais, as ascensões dos totalitarismos, as perseguições étnicas, religiosas e genocídios dos mais variados tipos, a ciência de base racista e eurocêntrica, a produção e uso de armas de destruição em massa em cidades civis deram a dimensão do poder tecnológico criado pelo homem e de seu verdadeiro uso, o de subjugar e destruir parte da humanidade que não concordava com o pensamento de quem detinha tamanho poder.

Esses eventos promoveram uma ferida violenta na concepção positiva e otimista do mundo gerido pela Razão. Em seu lugar, surge o medo, terror, pessimismo e descrédito sobre o que a humanidade criara e o que era possível ser feito com tamanho arsenal e ideais da modernidade. A Razão perdeu seu local de fala, seus princípios foram largamente atacados, surgiu a chamada Pós-Modernidade e as filosofias da história foram, por hora, banidas no processo de construção do discurso histórico.

## **FRANCIS FUKUYAMA E O FIM DA HISTÓRIA**

Tendo em vista esse breve panorama das filosofias da história é um tanto estranho que Francis Fukuyama já nos anos de 1990, ano do ensaio original e em 1992, ano da publicação do livro<sup>3</sup>, tenha investido numa tese em que o caminho histórico da humanidade teria um sentido universal e teleológico. Sua argumentação nos carrega ao

---

<sup>3</sup> FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

argumento central que o fim da Guerra Fria apresenta o vencedor absoluto entre os sistemas criados pela humanidade, o capitalismo sob o modelo neoliberal.

A obra de Fukuyama causou um enorme alvoroço no mundo acadêmico quando foi publicada. De acordo com Perry Anderson<sup>4</sup>, foram muitos os liberais, sociais-democratas, socialistas e comunistas fizeram críticas à ideia de Fim da História. Tal obra colocou Francis como um dos intelectuais mais citados da década de 1990. (ANDERSON, 1992)

Sua tese era de que o mundo histórico estava no seu fim. Na verdade, ele já teria alcançado sua plenitude nos centros do sistema liberal, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Restava a democracia liberal ser seguida e consolidada pelas demais nações, permitindo assim, a possibilidade para todos os povos que tivessem o desejo de crescimento econômico e social, ou seja, que desejassem alcançar um sistema maduro de desenvolvimento humano finalmente alcança-lo. Para Francis, o que o mundo havia experimentado no século XX – caos, destruição e pessimismo – finalmente foi superado pelo modo de vida superior, o estágio final do capitalismo. Tal etapa, para vingar soberana, teve de sobreviver a esse período de intensas provações. Como indica o próprio autor “a democracia liberal foi desafiada por duas importantes ideologias rivais – o fascismo e o comunismo – que ofereceriam visões radicalmente diversas de uma boa sociedade.” (FUKUYAMA, 1992, P.34). Com o nazismo derrotado em 1945 e o socialismo real implodido em 1991, somada com as quedas das Ditaduras Militares na América Latina, o mundo conhecia o que o autor chama de “pós-história”.

A obra de Francis é dividida em cinco partes, sendo a *II - A Velhice da Humanidade*, uma narrativa dessa vitória liberal que finalmente atingiu seu sentido universal e previamente estabelecido. Como apresenta Anderson, os principais arcabouços teóricos de Fukuyama são dois filósofos de extrema relevância. O primeiro foi o idealista alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830) e o segundo foi o russo Alexandre Kojève (1902-1968). Este foi muito provavelmente ao lado de Karl Marx, o mais profundo conhecedor da obra de Hegel<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> ANDERSON, Perry. O Fim da História: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

<sup>5</sup> Tal afirmação é estritamente baseada nos relatos tanto de Fukuyama quanto de Anderson sobre a profundidade dos saberes de ambos sobre a filosofia hegeliana.

É importante ressaltar que em praticamente todas as vezes que Fukuyama elucida Hegel em sua construção discursiva, na verdade, ele está utilizando a leitura da obra de Kojève sobre Hegel. Logo, como o próprio autor pontua, teríamos um Kojève-Hegel. (FUKUYAMA, 1992)

É através dessa base teórica, que Fukuyama desenvolve sua tese de que o Fim da História haveria chegado ao mundo com o colapso do socialismo real em 1991. De Hegel, o autor busca a legitimidade da liberdade humana como o estágio final. De Kojève, Francis utiliza a noção de que o fim da experiência histórica dos homens se daria com a realização de um Estado universal e homogêneo. Ambas as proposições, eram personificadas no modelo da democracia liberal triunfante.

Para Fukuyama, a superioridade do capitalismo/democracia liberal, advém do conjunto de elementos que a constituem em detrimento dos regimes totalitários em geral, e do regime socialista em específico. Nesta etapa, apresentaremos quatro pontos<sup>6</sup> em que a democracia liberal se edifica como a organização final.

Contudo, é necessário, previamente, assinalar um aspecto importante: Fukuyama não faz questão de deixar claro ao seu leitor que a democracia liberal a qual advoga e expõe como sistema pleno é a democracia atrelada ao modelo neoliberal de produção. Ao desenvolver os aspectos de políticas, questões sociais, culturais ou mesmo biológicas dos homens, ele se refere a ideia de *liberalismo* sem problematizar os diferentes modelos e dimensões do sistema<sup>7</sup>, indicando uma unicidade e/ou naturalização do pensamento liberal. É do nosso interesse, apresentar no Capítulo II dessa reflexão, a diferenciação entre os projetos liberais dos modelos keynesiano e neoliberal, rompendo assim com a ideia de unidade do sistema capitalista.

Retornando, o primeiro ponto trazido por Fukuyama é a questão da legitimidade dos sistemas políticos em relação aos seus cidadãos. Sua argumentação deixa claro que a força bruta e o totalitarismo são extremamente ineficazes e insustentáveis no longo prazo. Em suas palavras, “a legitimidade é crucial até para a ditadura mais injusta e sanguinária.” (FUKUYAMA, 1992, P.43). A legitimidade das democracias liberais era

---

<sup>6</sup> Selecionamos em nossa reflexão os quatro pontos que julgamos mais relevantes para o nosso objetivo. Não se esgotam, contudo, as fundamentações em que Fukuyama julgava ser a democracia liberal (neoliberal) superior às sociedades socialistas.

<sup>7</sup> Aqui, nos referimos as diversas dimensões políticas, econômicas e sociais que a ideia liberalismo suscita.

respaldada pela participação dos cidadãos nos pleitos e demais atos em que sua força cívica era convocada. Para o autor, a crise de legitimidade do regime soviético se deu, por exemplo, quando ruíra a estrutura do stalinismo. Assim, sem a força do terror e das perseguições, a URSS teria perdido a força de controlar todos os aspectos da vida, como o pensamento coletivo sobre a realidade vivida e o desejo de mudança e reconhecimento.

O segundo ponto referente a superioridade do capitalismo seria de que o mesmo supostamente se apresentava como um sistema economicamente mais eficiente que o socialismo, com o colapso da URSS sendo usado de exemplo prático dessa tese. Para Francis “o fracasso do planejamento central, em última análise, está relacionado ao problema da inovação tecnológica.” P.127. O autor evidencia que a superpotência socialista era muito avançada em tecnologia militar e aeroespacial, o que fora comprovado pela corrida armamentista e pelas incríveis experiências realizadas pelos Bolcheviques, como a ida de Gagarin ao espaço. O determinante, contudo, era que o regime vermelho era extremamente débil nas demais indústrias sem a atenção prioritária do Politburo como aquelas que produziam tanto os bens de consumos não duráveis quanto duráveis que não recebiam investimento e desenvolvimento. Para Fukuyama, são exatamente essas áreas que mexem com o motor das pessoas, pois lidam com o desejo humano. Para o autor

As economias modernas devem inovar em tudo, não só nos campos da tecnologia de ponta mas também em áreas mais prosaicas como o marketing de hambúrgueres e a criação de novos tipos de seguro. Enquanto o Estado soviético podia tratar a pão-de-ló seus físicos nucleares, não sobrava muito para os criadores de aparelhos de televisão, que explodiam com alguma regularidade, ou para os que desejassem levar novos produtos ao mercado para novos consumidores, um campo de atividade completamente inexistente na URSS e na China. (FUKUYAMA, 1992, P. 127)

O terceiro ponto seria referente ao desejo de consumo, um velho conhecido de todos os modelos já instituídos do liberalismo. Para Fukuyama, é através do desejo que os homens e as mulheres trabalham e buscam condições financeiras cada vez melhores para consumirem aquilo que está a seu alcance e/ou além do seu poder aquisitivo. Através do desejo que é altamente volátil, a produção econômica do Estado democrático liberal se desenvolve e cria novos padrões de consumo, comportamentos, gostos e sonhos. A ciência moderna é quem dinamiza a construção das necessidades e a

produção para satisfazê-las. Dessa forma, a ciência moderna é o mecanismo do desejo de Fukuyama. Como ela se ocupa do todo e não apenas das áreas de prioridade do Estado, a sociedade neoliberal consegue abarcar as vontades aquisitivas de seus cidadãos (seja plenamente com a compra ou *psicologicamente* pelo sonho de juntar dinheiro e comprar). O que estava longe de ser uma realidade no lado socialista, afinal, a aquela sociedade não se baseava no ideário consumo. Sobre o desejo de consumo, é propícia a visão do professor Milton Santos<sup>8</sup> que diz,

Lembramos, também, que um dos elementos, ao mesmo tempo ideológico e empiricamente existencial, da presente forma de globalização é a centralidade do consumo, com a qual muito têm a ver a vida de todos os dias e suas repercussões a produção, as formas presentes de existência e as perspectivas das pessoas. (SANTOS, 2000, P.79)

O último elemento analisado nesse esforço será o valor do reconhecimento. Nesse ponto, a obra de Fukuyama é norteadada pelo uso do pensamento hegeliano. Hegel defendia que a *natureza do homem* era, desde os primórdios da humanidade do chamado *primeiro homem*, para além dos elementos biológicos como se alimentar, dormir, possuir um local de abrigo e autoproteção, possuidor de uma característica de caráter social, a luta para ser reconhecido.

Acima de tudo, deseja o desejo de outros homens, isto é, ser querido por outros ou ser *reconhecido*. Para Hegel, o indivíduo não podia se tornar autoconsciente, ou seja, tornar-se consciente de si como ser humano distinto sem ser reconhecido por outros seres humanos. Em outras palavras, o homem foi, desde o começo, um ser *social*. (FUKUYAMA, 1992, P. 187)

A luta por reconhecimento trazida por Hegel nos *primeiros homens* será construída através da dialética do Senhor-Escravo e a luta cruenta por prestígio/reconhecimento e pela covardia da sobrevivência. O homem se arrisca pelo reconhecimento e ao ser reconhecido, ele triunfa. Torna-se o senhor. Ao se render e reconhecer o adversário como seu senhor, o outro torna-se escravo. A chave dessa dialética é, portanto, o desejo de ser reconhecido. Como narra Fukuyama, até o desenvolvimento da sociedades/mentalidades burguesas as sociedades se baseavam

---

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

nessa dialética. A relação de reconhecimento, contudo, estaria longe de ser uma tarefa fácil,

Esta portanto é a tragédia do senhor: ele arrisca a vida para ser reconhecido por um escravo que não é digno de reconhecê-lo [...] passa a levar uma vida estática e imutável de ócio e consumo. [...] Submetendo-se ao senhor, o escravo não é reconhecido como ser humano, ao contrário, é tratado como coisa, um instrumento para a satisfação das necessidades do senhor. (FUKUYAMA, 1992, P.238-239)

O caminho do Estado do fim da história deveria considerar que

O problema da história humana pode ser visto, em certo sentido, como a procura de um meio de satisfazer o desejo de reconhecimento tanto dos senhores quanto dos escravos, numa base mútua e igual; a história termina com a vitória de uma ordem social que alcance esse objetivo. (FUKUYAMA, 1992, P.193)

O desejo de reconhecimento, contudo, não se fundamenta apenas no olhar do outro, mas também, no olhar sobre si próprio. Baseia-se no pensamento de respeitar o valor (subjetivo) do humano, no caso, sua dignidade. Quando o indivíduo ou os grupos sentem que foram correspondidos ao grau que julgam valer, há satisfação/orgulho. Quando ocorre o oposto há um sentimento de indignação, de descompasso. Nesse sentido, a auto valorização ou a dignidade é parte fundamental do reconhecimento humano.

O desejo de reconhecimento desempenhou também um papel crucial no terremoto anticomunista que abalou a União Soviética, o Leste Europeu e a China [...] o desejo de prosperidade foi acompanhado da exigência de direitos democráticos e de participação política como fins em si mesmos, em outras palavras, de um sistema que implementasse o reconhecimento numa base universal e de rotina. (FUKUYAMA, 1992, P.221)

Nessa concepção, o reconhecimento aos homens e mulheres nas sociedades atuais, se dá através dos direitos. Segundo afirma, através de uma democracia liberal, sendo o “desejo de reconhecimento, então, é o elo que faltava entre a economia liberal e a política liberal.” (FUKUYAMA, 1992, P.253)

Logo, para Fukuyama, esses quatro elementos: legitimidade, eficiência, o desejo de consumo e o desejo de reconhecimento fazem da democracia liberal o sistema final



da história humana, pois somente ela teria os pré-requisitos para criar um Estado universal e homogêneo sem “contradições”. Diferentemente da visão marxista sobre as contradições inerentes das sociedades capitalistas, para Fukuyama

Um “problema” só se torna “contradição” quando é tão sério que não pode ser resolvido dentro do sistema, além de corroer a legitimidade do próprio sistema levando-o ao colapso sobre o próprio peso. (FUKUYAMA, 1992, P.177)

Francis não enxergava que tal condição se aplicava as democracias liberais e assim se tornava o Estado universal porque “no fim da história a democracia liberal não tem mais nenhum competidor ideológico importante.” (FUKUYAMA, 1992, P.259). É atingido o ápice do desenvolvimento dos homens. O esgotamento das possibilidades indica um caminho único. Está configurada a inevitabilidade do capitalismo.

O Estado liberal é racional porque reconhece essas exigências concorrentes de reconhecimento sobre a única base possível de aceitação mútua, isto é, a base da identidade do indivíduo como ser humano. O Estado liberal deve ser universal, isto é garantir o reconhecimento a todos os cidadãos porque são seres humanos e não por serem membros de um grupo nacional, étnico ou racial específico. E deve ser homogêneo na medida que cria uma sociedade sem classes baseada na abolição da distinção entre senhores e escravos. (FUKUYAMA, 1992, P.248)

Sobre esse ponto de inevitabilidade do capitalismo como organização final da história nos moldes apresentados, Perry Anderson elabora contrapontos pertinentes. De imediato, pela linha teórica do crítico, o marxismo, ele não vai considerar uma sociedade isenta de classes apenas pela superação da dialética do Senhor-Escravo. O autor considera sim que as inúmeras mazelas sociais proveniente das sociedades neoliberais em que se agudiza o abismo social entre ricos e pobres devido a diminuição o papel do Estado como elemento atenuante na desigualdade na sociedade, a falta de oportunidade e acesso a bens e direitos dos grupos sociais marginalizados mesmo nas nações mais desenvolvidas<sup>9</sup> são elementos que comprovam a existência de um divisão de classes.

---

<sup>9</sup> Tais desigualdades são muitas vezes compreendidas como fundamentais a fim de se preservar a disputa e concorrência como elementos constitutivos da sociedade.

Anderson destaca que as diferenças existentes em ser uma nação central ou periférica no processo de globalização e como isso define sua atuação no comércio internacional promovendo uma série de desigualdades econômicas. Indica que no neoliberalismo a atuação dos grandes conglomerados multinacionais acaba por influir mais nas políticas públicas dos países que seus próprios cidadãos<sup>10</sup> ao utilizar seus lobbys e pressões com muito mais força que os cidadãos fazem nas eleições ou plebiscitos. Tais considerações são alguns dos pontos que Anderson julga como claros indicadores de contradições que podem colapsar o sistema, levando os homens e as mulheres buscarem novas formas de organização.

Outros pontos de desconforto de Anderson são as respostas de Fukuyama aos elementos que poderiam ser concorrentes ao estado final da história que para o autor não seriam capazes de romper a nova ordem estabelecida. As afirmações de que tanto o socialismo quanto as esquerdas foram conclusivamente derrotadas com o fim da bipolaridade, não representando mais quaisquer riscos a democracia liberal e aos projetos políticos neoliberais; a impossibilidade de novos regimes autoritários de direita surgirem e se perpetuarem nesse novo mundo em que a democracia liberal estava consolidada; a pobreza e a miséria permanecerem vivas mesmo no centro do mundo neoliberal não por uma característica própria do sistema de mercado, mas pelas condições específicas de grupos também específicos da sociedade; o descrédito de que os nacionalismos ou fundamentalismos religiosos possam surgir como empecilhos ao projeto globalizante uniforme; por fim, principalmente o incômodo com a naturalização do sistema liberal. (ANDERSON, 1992)

Anderson aponta ainda, que Fukuyama deturpou a visão de Hegel ao afirmar que o filósofo era um defensor da democracia liberal tal qual o discurso de sua obra indica. Segundo Anderson, seria anacrônico atribuir a Hegel uma paternidade da democracia liberal, já que o liberalismo de seu tempo histórico não era democrático (sufrágio não era universal). Por fim, Anderson aponta que não considerar a possibilidade de transformações históricas novas é em si o principal equívoco da obra de Fukuyama. (ANDERSON, 1992)

Tendo exposto as proposições, justificativas e construção argumentativa da ideia de fim da história elaborada por Fukuyama, está clara a tentativa de consolidação do

---

<sup>10</sup> Nesses dois últimos pontos de discordância, a obra de Milton Santos é esclarecedora.

projeto neoliberal como estágio final e máximo do progresso humano. Tal perspectiva que se origina nos anos 1960, com a Doutrina de Segurança Nacional que já defendia a teses como a naturalização do capitalismo, do liberalismo nas suas diferentes dimensões, da propriedade privada, da cultura greco-romana e do cristianismo para o mundo ocidental. Teses que puderam encontrar na obra de Fukuyama uma universalização para todos os grupos humanos.

Ao nomear apenas de democracia liberal e não problematizar o modo produtivo por trás dela, o pensador busca naturalizar o sistema como algo tão biológico quanto respirar, comer e dormir. Para ele, não se trata mais de criar ideologias, pensamentos difusos de organização: o caminho está dado, se quiser a satisfação dos desejos humanos, deve-se aderir ao sistema vencedor.

Não teríamos um sistema perfeito, afinal “nenhum regime – nenhum “sistema sociológico” – pode satisfazer todos os homens em todos os lugares. Isso inclui a democracia liberal.” (FUKUYAMA, 1992, P.401). Por esse motivo não representa *um felizes para sempre*, pois não se defende a ideia de perfectibilidade das democracias liberais. Mas, a plenitude do realizável. Portanto, democracia liberal não seria perfeita, mas a melhor opção.

Dessa maneira, a democracia liberal se tornou o símbolo do fim das disputas históricas. Não há mais o que discutir, apenas seguir o rumo natural das coisas. O homem pós-histórico já não se preocupa com as questões ideológicas, pois elas já não existiriam. A vivência do humano está agora condicionada ao gozo do consumo e ao reconhecimento obtido. O objetivo central dos países periféricos seria atingir o patamar neoliberal das grandes nações. Não haveria outra etapa ou construção. Agora é o aperfeiçoamento das práticas que as levariam a esse estágio.

O grande problema, para nós, é que essa ideia de fim da história atrelada a inevitabilidade do capitalismo se configura como uma filosofia da história pelo seu caráter de sentido universal e teleológico. Tal configuração esgota as possibilidades essencialmente humanas de transformar sua vida, seu entendimento de mundo, de promover mudanças simbólicas e práticas. A naturalização de um sistema finalístico é, na verdade, a imposição velada de uma ideologia que se diz não ideologizada. Aceitar um fim é aceitar que os humanos não são donos de si e/ou capazes de criar novos

mundos. E com um fim definido, se esgota toda possibilidade de divergir, pois qualquer crítica feita é automaticamente considerada como distorção do mundo real.

Acreditar nisso é retornar a ideia de que o mundo humano é regido por questões metafísicas tal qual era a visão sobre a história da salvação através da Providência divina, do progresso da Razão científica ou da revolução proletária que seria a coveira do sistema burguês. É fato consumado que a desestruturação do socialismo real levou a vitória das democracias liberais e do neoliberalismo com fim da bipolaridade. Mas daí sacramentar o fim da experiência histórica nos parece um equívoco e só serve como propagação ideológica de um sistema social que busca se compreender como biológico.

Para Fukuyama “a natureza do desejo humano não é dada para sempre, mas varia de acordo com os períodos históricos e as culturas.” (FUKUYAMA, 1992, P.94). Então, o que garante que as próximas gerações se manterão fiéis ao neoliberalismo ou mesmo aos ideais desse tipo de sistema democrático?

## NEOLIBERALISMO: DAS SOMBRAS A HEGEMONIA

### O CAPITALISMO SE MODIFICA A PONTO DE FICAR IRRECONHECÍVEL<sup>11</sup>

Como apresenta Hobsbawm<sup>12</sup>, o século XX foi dotado de extremos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que sacudiram de formas ímpares as relações entre governos, ideologias e pessoas. Esse ambiente de frenéticos acontecimentos trouxe para a história da humanidade uma gigantesca mudança no até então dominante sistema de produção da vida humana – o liberalismo econômico. No período entre as duas guerras mundiais, o mundo observou de forma atônita a demolição daquele sentimento de opulência, esperança e orgulho no modo de vida baseado no consumo. A ideologia dominante, vista como natural para a raça humana – e que vinha sendo construída ao longo dos séculos por Adam Smith, David Ricardo, David Hume, John Lock –, e por gigantes industriais e banqueiros como os Rockefeller, Henry Ford e Charles Lynch se via completamente destroçada por uma crise nunca conhecida que levava milhares de pessoas ao desemprego, ao despejo, a mendigarem por sopas doadas a comunidade, a prática de crimes e a uma série de suicídios.

A ação do governo americano, a partir do New Deal (1933) promovido por Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), foi a de combater a raiz das mazelas evidenciadas. O ideário clássico do livre mercado levou os Estados Unidos da América ao colapso e a reboque o restante do mundo burguês. Pior do que uma crise econômica, a crise de 1929 se tornou um caldeirão de maus sentimentos e antipatia pelo liberalismo, provocando a busca por opções contrárias as democracias liberais. Tais bússolas anti-liberais apontavam dois nortes alternativos: do soviétismo à esquerda e aos fascismos a direita. No pandemônio posto, o presidente eleito promoveu uma série de mudanças drásticas no que se conhecia por capitalismo. A intervenção do Estado nas questões econômicas como agente produtor e regulador das atividades produtivas, o controle dos câmbios e preços, função de empregador de grande contingente da classe trabalhadora,

---

<sup>11</sup> Parafrazeando Hobsbawm, citando Anthony Crosland. (HOBSBAWM, 2016, P.265)

<sup>12</sup> HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

provedor de educação pública gratuita, apoiador da elaboração e aprovação das leis trabalhistas e previdenciárias, dentre outras atribuições.

Como nos apresenta Sean Purdy<sup>13</sup>,

Como resposta política, Roosevelt também radicalizou, lançando o segundo *New Deal*, em 1935, com programas ampliados de assistência social emergencial, impostos sobre fortunas privadas, um sistema de relações industriais que incentivou a sindicalização e a previdência social para os desempregados, crianças, deficientes e aposentados. Três anos depois, legislação foi estabelecida para construir habitação pública, garantir um salário mínimo e limitar a jornada de trabalho. Inteligentemente usando os meios da propaganda política, apelando aos sentimentos de justiça social e fazendo alianças com políticos regionais, sindicatos, intelectuais e muitos imigrantes, Roosevelt e o Partido democrata construíram um programa político que duraria duas gerações. (PURDY, 2013, P.210)

Era, portanto, o nascimento do chamado programa de Bem Estar Social<sup>14</sup>, no qual o Estado passaria a ser interventor e definir os rumos econômicos e sociais de seu povo. Seu principal idealizador, o economista John Maynard Keynes (1883-1946) se tornou a principal referência em assuntos econômicos nos anos da recuperação norte americana. Esse programa de ressuscitar a estrutura produtiva e bancária dos EUA só atingiu seu auge após a II Guerra Mundial e foi expandido para as antigas potências ocidentais e para o Japão na reconstrução dessas importantes barreiras ao comunismo no início da Guerra Fria.

Para Hobsbawm,

Essencialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planejamento econômico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos o livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico. (HOBSBAWM, 2016, P.265-266)

---

<sup>13</sup> PURDY, SEAN. Décadas de discórdância: 1920-1940. In: KARNAL, Leandro. A história dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. P. 197-215.

<sup>14</sup> É importante pontuar que utilizaremos os termos “Bem Estar Social”, “Welfare State”, “Keynesianismo” e “Social democracia”. Sempre tendo em vista o modelo de capitalismo em que o Estado intervém nas relações econômicas e sociais. Por mais que seja propícia a diferenciação de cada termo para cada país e/ou conjuntura nacional ou regional, acreditamos que a associação destes termos em uma ideia central é a de melhor compreensão para os objetivos de nossa análise.

Esse programa da social-democracia se consolidou ao longo das décadas de 1950 a 1970 e permitiu que os Estados alinhados com EUA localizados principalmente na Europa ocidental (industrializados) pudessem se desenvolver economicamente ancorados num forte aparato de seguridade social que se somava a um intenso processo de construção da cidadania desses povos (quanto mais direitos e valorização a classe trabalhadora e a sociedade em geral conquistavam, mais direitos e avanços sociais eram almejados). Logo, o forte crescimento econômico acompanhado de real qualidade de vida nesses países levou a um novo período de euforia. Os chamados Anos Dourados.

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos incautos chegaram a garantir aos desempregados — poucos então — 80% de seus antigos salários.” (HOBSBAWM, 2016, P.277)

Esse novo modelo do capitalismo foi impressionantemente abraçado por governos e cidadãos. Uma vez que, congregava intervencionismo com bem-estar social. A selvageria conhecida nos tempos da depressão ficou para trás, bem como a recusa tanto por uma mobilização em torno do ideário socialista quanto pelo retorno a práticas de livre mercado.

## **O QUE É O NEOLIBERALISMO?**

O neoliberalismo, por sua vez, era uma doutrina ideológica que estava margem dos principais debates políticos e sociais durante a Era de Ouro. Isto porque parecia muito fora da realidade o retorno para as práticas que mergulhara o mundo burguês no caos absoluto.

Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos — pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas — tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. (HOBSBAWM, 2016, P.267)

Para os formuladores do neoliberalismo, o Welfare State era uma aberração inconcebível ao sistema capitalista já que não permitia a entidade mercado ser livre para gerir a vida econômica. Para esses intelectuais, o intervencionismo keynesiano não passava de um modelo que mais cedo ou mais tarde se transformaria em socialismo. Nas palavras de Stewart Jr.

A intervenção é, portanto, um ato autoritário; implica em reconhecer que as pessoas não devem ser livres para escolher, que precisam da tutela de um chefe, do Estado, que sabe o que é melhor para o cidadão. O intervencionismo obriga a que haja a submissão do consumidor ao Estado. Esse é o seu equívoco básico. O liberalismo, ao contrário, defende a soberania do consumidor. (STEWART, 1995, P.27)<sup>15</sup>

Os principais nomes da doutrina neoliberal se organizaram. A formação da chamada Escola Austríaca, na Sociedade de Mont Pèlerin contava com nomes importantes como Friedrich Hayek (1899-1992)<sup>16</sup>, Ludwig von Mises (1881-1973)<sup>17</sup>, Murray Rothbard (1926-1995)<sup>18</sup> e Carl Menger (1840-1921)<sup>19</sup>. Vale destacar a importância elementar de Milton Friedman (1912-2006)<sup>20</sup> para a disseminação e popularização das ideias neoliberais. Esses advogados ferrenhos do livre mercado estruturaram ambientes como grupos para pesquisas e debates, institutos privados, cursos universitários com o objetivo de pregar sua *boa nova*. É absolutamente necessário fazer referência a “Escola de Chicago”, centro formador de economistas de

---

<sup>15</sup> STEWART JR, Donald. O que é liberalismo. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

<sup>16</sup> HAYEK, Friedrich. O caminho da Servidão. 6 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

<sup>17</sup> MISES, Ludwig von. Ação Humana. 3 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016.

<sup>18</sup> ROTHBARD, Murray. Governo e Mercado: a economia da intervenção estatal, São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

<sup>19</sup> MENGER, Carl. Liberalismo: Princípios de economia política. São Paulo: LeBooks, 2017.

<sup>20</sup> FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo: LTC, 2014; FRIEDMAN, Milton Livre para escolher: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 2015.



várias partes do mundo comprometidos com a ideologia neoliberal, sob os olhares atentos de Friedman.

Esses intelectuais fundamentaram em várias obras, palestras e reuniões os conceitos da “Nova Direita” norte-americana, como denomina Sean Purdy. Foram robustamente patrocinados por fundações de grandes conglomerados multinacionais, midiáticos e políticos ansiosos para que suas ideias chegassem aos ouvidos mais distantes do planeta e cada vez mais adentrassem as estruturas decisórias, principalmente nos poderes executivos e legislativos das democracias liberais. (PURDY, 2013)

É vital visualizar a Escola de Chicago como um centro especial na construção e propagação de discursos neoliberais, pois

como todas as formas de fé fundamentalista, a Escola de Economia de Chicago representa, para seus seguidores, um circuito fechado. A premissa fundamental é a de que o livre mercado é um sistema científico perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, criam o máximo benefício possível para todos. Se alguma coisa dá errado em uma economia de livre mercado – inflação alta ou desemprego crescente é porque o mercado não está verdadeiramente livre. Deve haver algum tipo de interferência, alguma distorção no sistema. A solução de Chicago é sempre a mesma: uma aplicação ainda mais completa e rigorosa de seus fundamentos. (KLEIN, 2008, P.67-68)<sup>21</sup>

As principais teses neoliberais não eram invenções revolucionárias, mas as ideias centrais do liberalismo clássico: a defesa livre mercado, os direitos fundamentais do indivíduo (vida, propriedade privada e liberdade), autorregulação do comércio pela mão invisível do mercado, liberdade de produção e trocas (entrada ao mercado), respeito a lei da oferta e da procura, não intervenção do Estado em assuntos econômicos, livre concorrência, ausência de privilégios, responsabilidade individual. Além disso, seria extremamente aconselhável decretar o fim dos direitos trabalhistas e previdenciários, redução ou abolição (sempre respeitando a igualdade sobre todos) de impostos, fim das taxas protecionistas, promoção de privatizações, primazia da iniciativa privada gerindo a economia, dentre outras. (STEWART, 1995). Klein nos apresenta as ações prioritárias

---

<sup>21</sup> KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

que deveriam ser tomadas para liberalizar o mercado das amarras do intervencionismo, elencadas por Milton Friedman em “Capitalismo e liberdade”

em primeiro lugar, os governos deveriam abolir todas as regras e regulamentações que se interpunham no caminho da acumulação de lucros. Em segundo, deveriam vender todos os ativos que possuíam e que podiam ser administrados pelas corporações, com fins lucrativos. E em terceiro, precisavam cortar dramaticamente os fundos destinados aos programas sociais. (KLEIN, 2008, P.73)

Temos claramente a tentativa de recriação do mundo anterior ao New Deal. O termo “neoliberalismo” não apetece aos seus partidários, pois “a qualificação de neoliberal só é aplicável a um socialista que se tornou liberal. O prefixo *neo*, no caso, se aplica ao indivíduo e não às ideias que ele passou a defender que, como já se salientou, não têm nada de novo.” (STWEART, 1995, P.36). Apesar do desconforto, são neoliberais porque mesmo com toda a volúpia na tentativa de retorno ao passado, uma série de conquistas sociais enraizadas em diferentes sociedades impediu o retorno ao liberalismo clássico, como por exemplo, é o caso do sistema de saúde gratuito e universal de países como a Inglaterra e a França<sup>22</sup>.

As principais vitrines do modelo neoliberal foram os Estados Unidos da América e a Inglaterra. Com a impossibilidade da manutenção do crescimento e o estrangulamento dos Estados de seguridade social na década de 1980, a ofensiva neoliberal foi violenta e implacável. Ronald Reagan e Margareth Thatcher empreenderam verdadeiras batalhas para dismantelar a estrutura montada ao longo das três décadas anteriores. Em pouco tempo, apesar das resistências, diversas conquistas sociais foram quase transformadas em pó, nos centros do capitalismo.

Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo (“a estrada para a servidão”, como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não

---

<sup>22</sup> Documentário: Sicko – SOS Saúde produzido por Michael Moore Sicko. Acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=VoBleMNAwUg> em 03/12/2018.

contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a “palavra iniciada com L”, usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo. (HOBBSAWM, 2016, P.245)

Para elucidar como as ações neoliberais conseguiram solapar o keynesianismo, as lições de Noam Chomsky<sup>23</sup> são esclarecedoras. Embora todas coubessem em nossa reflexão, utilizaremos apenas cinco dos dez princípios enxergados pelo professor como essenciais para a concentração de riqueza nas mãos dos mais poderosos.

O primeiro princípio aponta que a economia deveria ser redesenhada, isto é, não mais se basear na produção. No seu lugar emergiria o capitalismo financeiro. Além disso, deveria se retirar a segurança no emprego dos trabalhadores produzindo neles uma sensação de competição ferrenha pelo posto de trabalho. O segundo princípio diz respeito a redistribuição da carga tributária que reduziu os encargos sobre os mais ricos (banqueiros, empresários e as próprias corporações) e aumentou a taxaço sobre os membros da classe trabalhadora. Essa mudança foi resultado da ideia de que imposto justo é o imposto igualitário.

O terceiro por sua vez, explica que o neoliberalismo deve atacar o princípio de solidariedade, pelo qual são baseados todos os serviços públicos imaginados como segurança para a população em geral, independentemente do poderio financeiro. Geralmente esses serviços são hospitalares, escolares, de creches, bibliotecas, universidades públicas. Possuindo assim uma função social bem definida: garantir o acesso a estes serviços aos mais pobres. Uma das formas mais claras para se destruir um serviço ou sistema público baseado na solidariedade é retirando os fundos dele. Assim, a execução e oferta do mesmo ficarão precarizadas e ineficientes a ponto de gerar revolta comum. Soma-se a isso, um discurso de que o serviço é ruim por ser público, enquanto na iniciativa privada reina a eficiência. Esse é o modo padrão de se defender as privatizações.

O quarto princípio indica que há um efetivo controle por parte dos poderosos daqueles que os deveriam regular. Isto é, a força do lobby das grandes multinacionais e

---

<sup>23</sup> Documentário: Requiém for the American Dream produzido por Noam Chomsky, Peter Hutchison, Kelly Nyks e Jared Scott. Acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=FtpgDvWjkQ> em 05/12/2018.

grupos bancários que atuam diretamente nos bastidores do poder e impõem seu poderio financeiro criando e modificando leis. Utilizando para isso seus representantes na política (parlamentares e presidentes eleitos com financiamento e apoio direto) para garantir condições extremamente favoráveis de aumentar seus fartíssimos lucros.

Por fim, o quinto princípio é de que se faz necessário existir consentimento na produção: constatou-se nos centros do capitalismo (EUA e Grã-Bretanha) que controlar a população apenas com a força não era uma boa ideia, pois muita liberdade já havia sido conquistada. Logo, era necessário controlar as massas através de suas crenças e atitudes. Assim, passamos a fabricar consumidores através de uma gigantesca explosão publicitária. A ideia central é que o controle fosse pacífico, através o desejo do consumo. Em que quaisquer outras preocupações de cunho social e reivindicatório ficariam em segundo plano.

A vitória neoliberal foi claramente o triunfo das grandes corporações multinacionais e instituições financeiras que voltaram a gozar de extrema liberdade para gerir seus negócios, transferir as bases operacionais e de produção para locais onde o lucro poderia ser maximizado através de baixo custo com salários irrisórios e estratosféricas margens de remessas de lucros, atuar através de lobistas nas flexibilizações de leis trabalhistas, a praticamente destruição dos sindicatos, a desregulamentação da economia e a financeirização da mesma, dentre outras conquistas. É o que chamamos de economia transnacional.

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado-nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. (HOBSBAWM, 2016, P. 413)

## **INIMIGOS DA LIBERDADE**

Portanto, para o neoliberalismo conquistar a hegemonia global teve de enfrentar dois sérios inimigos: o comunismo e o keynesianismo. O primeiro é o mais obvio tendo em vista que durante a Guerra Fria os dois sistemas ideológicos antagônicos disputaram o controle global. Todo aparato propagandístico, industrial, científico, midiático e político utilizado pelos Estados Unidos promoviam um verdadeiro embate e estado de

alerta para a contenção do perigo vermelho nas zonas de influências que detinha o controle.

O *tom* apocalíptico da Guerra Fria [...] se originou na América. Todos os governos europeus ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram empenhadamente anticomunistas, e decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético. Nenhum deles teria hesitado, caso solicitados a escolher entre os EUA e a URSS, mesmo aqueles que, por história, política ou negociação, estavam comprometidos com a neutralidade. Contudo, a “conspiração comunista mundial” não era um elemento sério das políticas internas de nenhum dos governos com algum direito a chamar-se democracias políticas, pelo menos após os anos do imediato pós-guerra. Entre as nações democráticas, só nos EUA os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo, que, em termos de política interna, era tão insignificante naquele país quanto o budismo na Irlanda<sup>24</sup>. (HOBSBAWM, 2016, P.234)

É caso concreto que o discurso anti comunista nos Estados Unidos já era presente desde o início da Guerra Fria. Tal situação cresceu sobremaneira com a criação da Escola de Chicago e do discurso macarthista, que se desenvolveram praticamente contemporâneos. Assim, a caça aos comunistas ganhou uma dimensão ainda maior dentro e fora do país. As ditaduras militares na América Latina tiveram como objetivo máximo a contenção do perigo vermelho.

Entretanto, o principal adversário do neoliberalismo era o seu inimigo interno: o estado interventor keynesiano. Para prevenir o que Hayek considerava ser caminho inevitável para servidão, os neoliberais aproveitaram a brecha aberta pela crise que pôs fim a Era Dourada. Era a chance de reconstruir um mundo burguês fundamentado no livre mercado.

---

<sup>24</sup> É válida uma ressalva. Em outras nações democráticas esse discurso de combate ao comunismo também elegeu presidentes. Um exemplo dessa prática foi a eleição de Eduardo Frei no Chile em 1964. Contudo, fora dos EUA, tal anti comunismo se deu no âmbito interno na tentativa de impedir que se formasse um projeto revolucionário capaz de abalar o status quo da sociedade. Como aponta Hobsbawm a diferença é que nos Estados Unidos o combate ao comunismo era tanto um projeto interno, quanto uma política externa bem mais ofensiva na contenção do chamado perigo vermelho.

## NOVA ORDEM MUNDIAL

A ascensão de fato do neoliberalismo se deu com o descrédito atribuído as sociais democracias de resolverem os gravíssimos problemas econômicos, políticos e sociais do fim década de 1960 e principalmente de 1970. O keynesianismo só foi tolerado até propiciar uma forte contrapartida econômica e assim que mostrou dificuldades de gerar crescimento nacional e lucros para os empresários, foi atacado. Hayek, Friedman e seus pares que haviam seguido sem plateia real entre os grandes dirigentes políticos no período de 1940 a 1960, passaram a ser as vozes do “mundo novo”.

Muitas razões apontam para o fim da Era de Ouro. Em suma, se explica pela falta de condições de retomar o crescimento econômico<sup>25</sup> juntamente com a manutenção da gama de direitos conquistados pela seguridade social. A explosão salarial nos estados ocidentais, as manifestações culturais de 1968 que representavam movimentos de rebeldia frente as autoridades postas e a busca (por diferentes maneiras/motivações) de novas formas de viver e se organizar, o colapso do sistema Bretton Woods, e fundamentalmente as crises da OPEP (1973 e 1979) que mergulharam o sistema keynesiano em crises sem volta.

A crise econômica mundial de 1972 provocou a conversão rápida de economistas, políticos e jornalista americanos em fortes defensores da “economia livre”. Diferentemente dos políticos liberais dos anos de 1930 em diante, os governos republicanos de Ronald Reagan (1980-1988), George Bush Sr. (1988-1992) e do democrata Bill Clinton (1992-2000) reagiram às preocupantes recessões com políticas neoliberais – retirada do Estado da regulação da economia e cortes nos programas sociais. (PURDY, 2013, P.257)

Sobre esse ponto, a diminuição do Estado, é imprescindível fazer uma consideração. O Estado mesmo ao aderir as ideias neoliberais, na prática não encolhe, recua ou diminui como se costuma apontar. O que acontece de fato é uma escolha de prioridades pela qual o Estado é transformado. Nos períodos da Dama de Ferro e do ator de Hollywood, por exemplo, os gastos e recolhimento de tributos bateram recordes, seguindo em franco crescimento. O que de fato encolhe e diminui no Estado é a sua capacidade de ser agente econômico e de garantir proteção e justiça social quando está

---

<sup>25</sup> Crescimento este, ancorado nas expectativas de lucros das grandes corporações industriais e financeiras.

sob a órbita neoliberal. Logo, não é uma minimização do Estado, mas uma escolha ideológica de onde ter Estado forte e onde não ter.

Na prática das políticas econômicas, sob o governo neoliberal de Reagan, o Estado norte-americano não diminuiu seus gastos. Pelo contrário, aumentou-os no setor militar o suficiente para gerar o maior déficit fiscal da história. A diminuição das despesas públicas com os pobres não deu sequer para compensar a renúncia fiscal produzida com a redução das taxas de impostos cobradas aos ricos. (SANTOS, 2004, P.49)<sup>26</sup>.

Colapsado internamente, o ideal intervencionista sofreu outro duríssimo golpe com a desintegração da URSS. Mesmo que inimaginável naquele momento histórico, a queda socialismo real foi um verdadeiro *El Dorado* para os apoiadores da doutrina neoliberal. Hipoteticamente representaria, para esses, que o sistema de mercado desregulado e livre sobrevivera e derrotara seus inimigos internos e externos colocando-se no patamar de sistema ideal/natural da humanidade. (FUKUYAMA, 1992). Como apresentamos anteriormente no primeiro capítulo, o capitalismo vencedor da Guerra Fria (e de toda a experiência histórica) era o da democracia liberal, baseado no neoliberalismo.

O processo de globalização, em curso através da aceleração dos processos tecnológicos em expansão e redução das distancias temporais e territoriais, caiu como uma luva para o avanço do neoliberalismo. Essa agenda neoliberal se expandiu aos quatro cantos do globo por meio do Consenso de Washington. O consenso pode ser definido, grosso modo, como a utilização das instituições financeiras do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que haviam sido criadas em pleno keynesianismo, mas agora atuavam no *front* da liberalização das economias, principalmente pressionando o Terceiro Mundo. A atuação desses organismos era promover uma série de investimentos e/ou empréstimos para as nações econômicas em frangalhos com os resultados das crises (principalmente da OPEP). Tal socorro financeiro vinha com severas restrições e políticas de austeridades, e a necessidade de adequar o pedinte a lógica neoliberal.

O consenso de Washington logrado em 1989, é um reflexo dessas mudanças políticas. Tratava-se de inverter os termos da política econômica interna e

---

<sup>26</sup> SANTOS, Theotonio. Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

externa dos EUA. [...] A pressão sobre o Terceiro Mundo se inverte. Trata-se agora de buscar superávits comerciais mesmo com países pobres e principalmente com os novos países industriais, como o Brasil. Para isto era necessário estimular uma política de valorização cambial que reforçasse as moedas nacionais das economias subdesenvolvidas. Isto se tornava possível na medida que estes países podiam atrair capitais excedentes que os Estados Unidos não mais atraíam com a queda de sua taxa de juros. Era necessário que estes países privatizassem recursos estatais, para gerar liquidez, e elevassem suas taxas de juros, para repassar aos capitais financeiros internacionais (em grave crise de liquidez desde 1989) todos os excedentes acumulados em reservas e fundos derivados das privatizações. (SANTOS, 2004, P.54-55)

Assim, o mundo da ascensão neoliberal era um lugar em que as ideias de justiça social e atuação do Estado nos assuntos econômicos seriam diariamente combatidas. Obviamente, como já pontuamos outrora, era impossível o retorno ao modo liberal puro, sonho de Friedman e seus companheiros, porém o contra-ataque do livre mercado foi implacável e abarcou todos os cantos do planeta. Isto se deu através da Globalização, que nas palavras de Ricardo Mendes<sup>27</sup>

O processo de globalização, nesse sentido, acabou por agilizar e facilitar a implementação do neoliberalismo, uma vez que dificultou a presença do Estado na regulamentação da economia e ainda criou elementos que propiciaram a consolidação de uma economia definitivamente internacional em todos os aspectos, troca de mercadorias, de capitais, de relações de trabalho, etc. (MENDES, 2000, P. 103)

Obviamente, a globalização não conseguiu seu objetivo mor que era a homogeneização dos povos através dos resultados políticos e econômicos. Cada um sofreu seus reflexos, aderiu e/ou resistiu de determinadas formas particulares. Analisaremos de forma concisa o que foi a inserção brasileira nessa lógica neoliberal.

Contudo, antes disso, para finalizar a abordagem da vitória desse modelo nas décadas de 1980 e 1990, vamos expor um exemplo específico, porém bastante elucidativo da mudança do keynesianismo para o neoliberalismo. A questão do emprego.

---

<sup>27</sup> MENDES, R. A. S. O Neo-absolutismo brasileiro. Ciências & Letras, Porto Alegre, n.28, p.99-110, jul./dez. 2000.



Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. (HOBSBAWM, 2016, P.399)

Se os governos intervencionistas garantiam como um pilar o pleno emprego, os seus rivais fizeram questão de trazer a competição ao nível de gerar insegurança social e dessa forma provocar a maior produtividade e lucros empresariais (segundo sua ideologia). O famoso *trabalhadores do mundo uni-vos* se transformou em *trabalhadores do mundo devem competir*.

Para o fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, Donald Stewart Jr.

Certamente os custos da transformação de um Estado altamente intervencionista, como é o nosso caso, em um Estado liberal, como o proposto, serão elevados, embora temporários. Esses custos são representados por todos os ajustes individuais indispensáveis à passagem de uma situação para outra. Empregos e empresas desaparecerão e outros serão criados. Muitos se verão obrigados a mudar de emprego, de local de trabalho e até mesmo de profissão. É inevitável. (STEWART, 1995, P.95)

Contudo, outros pensadores analisaram essa situação de outra forma. “O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais.” (HOBSBAWM, 2016, P.403)

Nos países centrais do neoliberalismo, no Estado de Thatcher, embora

a depressão do início da década de 1980 houvesse trazido a insegurança de volta à vida dos trabalhadores nas indústrias manufatureiras, só no início da de 1990 os grandes setores de empregados de escritórios e profissionais liberais em países como a Grã-Bretanha sentiram que nem seus empregos, nem seus futuros estavam seguros: quase metade de todas as pessoas nas partes mais prósperas do país achava que poderia perder os seus. Foram tempos em que era provável que as pessoas, com os antigos estilos de vida já solapados e mesmo desmoronando [...] perdessem suas referências. (HOBSBAWM, 2016, P.405)

Já nos EUA de Reagan

Empresas também enfraqueceram os sindicatos, lograram reduções em salários e disciplinaram seus trabalhadores por meio de ameaça de fechar fábricas ou mudar negócios para outras regiões ou países. Uma onda de fechamento de fábricas ocorreu nas regiões tradicionais de indústria no meio-oeste e nordeste do país nas décadas de 1970 e 1980. Na indústria automobilística, o número de empregos permanentes caiu de 940 mil, em 1978, para 500 mil, em 1982. A crescente mobilidade transnacional de bens e capital contribuiu para essa tendência. A competição estrangeira reduziu as vendas de produtos feitos nos Estados Unidos e muitas empresas mudaram a produção para outros países ou compraram peças e produtos de vendedores internacionais. A historiadora Dana Frank argumenta que, ironicamente, os sindicatos estavam colhendo os frutos do seu apoio a uma política externa anticomunista, que permitiu que as multinacionais norte-americanas montassem operações em muitos países com poucos direitos trabalhistas e mão-de-obra barata. (PURDY, 2013, P.259)

Assim a ascensão neoliberal gerou em todo o mundo, desenvolvido ou não, capitalista de longa data ou recém saído do socialismo, um cenário de crescente pobreza global, derivada da colossal concentração de renda.

O último período, no qual nos encontramos, revela uma pobreza de novo tipo, uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada. Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão “administrativa” do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza. Agora, ao contrário das duas fases anteriores, trata-se de uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global. (SANTOS, 2000, P.35)

## O NEOLIBERALISMO INUNDA A PERIFERIA: O CASO BRASILEIRO

### A DÉCADA DE 1980

Para compreendermos a experiência neoliberal brasileira, devemos contextualizar o cenário em que esse projeto foi gerado. Somos remetidos aos conturbados anos da década de 1980. O regime militar que já evidenciava claros sinais de esgotamento saiu de cena em 1985 deixando um país extremamente debilitado economicamente com uma dívida externa impagável atrelada a explosão da taxa de juros variantes, uma desigualdade social abissal e com um presidente não escolhido pelo povo. Era uma situação catastrófica. Esse cenário derivava das consequências do milagre econômico do início dos anos 1970 e que agora cobrava sua fatura.

Não por coincidência os anos de 1980<sup>28</sup> são conhecidos por “década perdida”. As ações dos países membros da OPEP em revisar os preços dos barris de petróleo atingiu em cheio nossa economia, pois as importações se tornaram mais caras e as taxas de juros foram reajustadas muito além do comumente praticado tanto pelos Estados Unidos quanto pelos principais organismos financeiros. Isso levou o país a um endividamento estrutural em que mal se conseguia ter fôlego para pagar regularmente a rolagem de juros. Esse ambiente gerou um processo de estagflação (estagnação econômica somada à hiperinflação, que ultrapassava 1000% ao ano). Assim o Brasil recém liberto das amarras do autoritarismo militar se via no fundo do poço, sem projeto emancipador, tendo que lidar com uma transição para ordem democrática guiada por um presidente impopular extremamente associado aos quartéis e que tentava sem sucesso lançar choques econômicos para reacender a economia, como foi o caso do Plano Cruzado (1986) que não vingou. (CALDEIRA, 2017)<sup>29</sup>

Tal pandemônio econômico contrasta com dois momentos fundamentais para o processo de redemocratização brasileira: a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas para presidente de 1989. A Constituição de 1988 marca um firme

---

<sup>28</sup> A década perdida brasileira esteve fortemente ligada a segunda crise do Petróleo em 1979 seguida da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e posteriormente a crise da dívida externa potencializada pela moratória mexicana que impactou toda América Latina em 1982.

<sup>29</sup> CALDEIRA, Jorge. História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

retorno aos ideais democráticos. Ela garantiu aos brasileiros os direitos das quatro gerações ou dimensões<sup>30</sup>. Desta maneira, a nova Carta busca maximizar e garantir um Estado mais protetivo e combativo no que se refere à desigualdade social e as condições de vulnerabilidade da população miserável ou pobre do Brasil. O exemplo de ser “Constituição Cidadã”<sup>31</sup> provém da série de direitos sociais como saúde, alimentação, segurança, educação, trabalho, previdência social, transporte, lazer, proteção à maternidade e infância e assistência aos desamparados<sup>32</sup>, nela inseridos. Além disso, a CLT é reconhecida como parte integrante das normas constitucionais (art. 7) garantindo os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil.

Todo esse aparato demonstra duas inclinações: a primeira era garantir a maximização de direitos para a sociedade brasileira, após um longo e duro regime autoritário. A segunda era a construção, mesmo que teórica, de uma sociedade mais fraterna e igualitária inspirando-se nas sociais-democracias europeias.

O segundo momento, foi a realização das eleições diretas que elegeram Fernando Collor de Mello (PRN) em 1989 como primeiro presidente escolhido por escrutínio democrático desde Jânio Quadros. É com este senhor que se inicia de fato a saga neoliberal no Brasil.

---

<sup>30</sup> Seguindo o pensamento de Norberto Bobbio em que os direitos de 1ª geração seriam os direitos ligados as liberdades públicas, direitos políticos e as liberdades de empreender, correspondendo assim as noções do liberalismo clássico (art. 5º, 14º, 15º e 16º da CF). A 2ª geração contemplaria os direitos de ordem social, econômica e cultural, assim muito ligados as noções de seguridade social, Welfare State (art. 6º ao 11º, além dos art. 193º ao 232º). Já os pertencentes a 3ª geração seriam os que são atribuídos a coletividade sem distinção (também chamados de difusos, meta/trans individuais, não havendo numeração específica porque eles permeiam parte dos direitos das outras gerações). Por fim, os de 4ª geração que englobam as questões consideradas como direitos fundamentais de caráter universal (derivam muitas vezes dos consentimentos entre os países em organizações como a ONU. Essa geração surge com a globalização). FERNANDES, Aragonê. Direito Constitucional – Direitos e Garantias Fundamentais – Parte I. Grancursos Online, 2018.

<sup>31</sup> É fundamental esclarecer que os avanços sociais da Carta são significativos, apesar do domínio do bloco *centrão* (tão presente na história democrática brasileira) que se fez presente através da ausência de regulamentação de uma série de normas constitucionais que ficaram para ser estabelecidas posteriormente e aguardam até hoje. Mesmo com uma série de disputas ao longo dos anos, a CF 1988 representa um robusto conjunto de normas de seguridade social para a coletividade brasileira.

<sup>32</sup> Alimentação, moradia e transporte foram direitos inseridos através de Emenda Constitucional.

## **A BRASILIDADE QUE EMPERRA O BRASIL: PERSONALISMO, PATERNALISMO E A ADORAÇÃO AO DEUS MERCADO**

Tendo como ponto de partida o pensamento crítico de Jessé Souza<sup>33</sup>, vemos que uma influente forma de reflexão sobre o Estado, a sociedade, a história e cultura brasileira a realiza de modo dual, numa eterna trama de “bem” contra o “mau”. Essas formulações são intrinsecamente ideológicas e serviram de bases científicas e argumentativas para os processos de abertura política e econômica que o país vivenciou nos anos de 1980 e 1990. Neste sentido, a tese do personalismo seria fundamental na construção do que seria o *brasileiro*

O que Buarque chama de personalismo é uma forma de viver em sociedade que enfatiza os vínculos pessoais, como amizade ou ódio pessoal, em desfavor de inclinações impessoais, de quem vê o outro com certa distância emocional, e que, precisamente por conta disso, pode cooperar com o outro em atividades reguladas pela disciplina e pela razão, e não através de emoções e sentimentos. A cultura do personalismo nos lega o “homem cordial”, ou seja, literalmente o homem que se deixa levar pelo coração, pelos bons ou maus sentimentos e inclinações que acompanham nossa vida afetiva espontânea. (SOUZA, 2011 P.55)

Nessa ideologia consolidada, enquanto o personalismo se refere ao âmbito individual do ser brasileiro, o paternalismo seria a expansão daquela característica privada para o âmbito coletivo

Por conta disso, o Estado entre nós seria dominado pelo “patrimonialismo”, ou seja, por uma gestão da política baseada no interesse particular por oposição ao interesse público. A partir daí, com a construção do binômio personalismo/patrimonialismo, temos a constituição da interpretação que irá dominar tanto a academia quanto o senso comum do brasileiro até nossos dias. (SOUZA, 2011, P.55)

Esse “mau brasileiro”, não surge do vento. A gênese desse pensamento tem origem na organização inicial do povo brasileiro – a colonização lusitana. Assim nosso pecado original surge de sermos oriundos de um país largamente caracterizado pelas relações personalistas e patrimonialistas, dominados pelo sentimento e tão distante da impessoalidade e frieza das relações racionais e técnicas. Portanto, se nossa chaga originária é conhecida, sua superação somente seria atingida seguindo os passos do farol

---

<sup>33</sup> SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

da liberdade, a nação construída pela crença na liberdade individual e de mercado, ou seja, os Estados Unidos da América.

A partir daí, iremos nos pensar “criticamente” como sendo vítimas indefesas de uma espécie de “mal de origem”, como decorrência do legado personalista e patrimonialista que os portugueses nos deixaram. O contraponto, a partir de Buarque, também vai ser claro: os Estados Unidos da América e sua herança protestante ascética de um individualismo do controle dos afetos e da disciplina impessoal. (SOUZA, 2011, P.56)

A visão que aceita a tese de nosso “mal de origem” possui apenas um “charminho crítico” superficial, porque, na verdade, aceita o “racismo disfarçado” do culturalismo como verdadeiro [...] Assim, o imaginário social dominante em países como o Brasil tende a interpretar o “brasileiro” como um tipo social homogêneo, tal qual no ainda hoje extremamente influente conceito de “homem cordial” de Sérgio Buarque. O homem cordial possui as mesmas características da “teoria emocional da ação”: predomínio da emoção e do sentimento sobre o cálculo racional, criando um mundo dividido entre amigos e inimigos. Essa teoria emocional da ação foi criada para se contrapor a uma “teoria instrumental da ação”, que seria, nessa visão, típica apenas das sociedades modernas avançadas. (SOUZA, 2011, P.57)

Assim, a noção de “homem cordial” e do “bom brasileiro”<sup>34</sup> ao pregar que nosso povo (nas esferas individuais e coletivas) é dominado pelos sentimentos, pela proximidade pessoal, pela negação da impessoalidade, pela predominância da experiência não centrada no interesse frio e pragmático e na subversão de rituais sociais que deveriam ser simbolicamente sagrados mas que se transformam em rituais “mundanos”/paganizados<sup>35</sup>, se torna incapaz de relacionar-se socialmente, politicamente e economicamente de forma madura. Com isto, constrói-se o discurso no qual o grande responsável pelas mazelas vivenciadas no Brasil é o Estado patrimonialista, pois ele congrega todos esses “desvios morais” característicos do povo brasileiro.

Desta maneira, cria-se um ideário de que o mercado (instituição de que remete impreterivelmente aos EUA) seria uma espécie moderna de *caminho, a verdade e a*

---

<sup>34</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 140-151.

<sup>35</sup> Aqui, elucidamos a discussão levantada por Sérgio Buarque ao analisar o comportamento dos fiéis brasileiros nas variadas festividades religiosas ao longo do Império brasileiro. Acreditamos que tal pensamento pode ser expandido para diversos outros aspectos da sociedade brasileira, como as relações políticas, econômicas, burocráticas, etc.

*vida*. Somente através da liberalização dos mercados, da diminuição interventora do Estado, da diminuição direcionada das ações e coberturas protetivas estatais, a liberdade para ação dos conglomerados multinacionais é que teremos, enfim, pavimentados os caminhos que levarão ao sucesso nossa pátria Brasil. Somente através do mercado e não do Estado, é que a nação seria capaz de superar seus principais obstáculos que a mantém no patamar abaixo do desenvolvimento.

Por conta disso o progresso econômico é percebido, ainda hoje, como uma panaceia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe, em países como o Brasil, uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais. O fato de o Brasil ter sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980 (período no qual deixou de ser uma das mais pobres sociedades do globo para chegar a ser a oitava economia global), sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição. Isso, no entanto, não aconteceu e não acontece ainda hoje. (SOUZA, 2011 P.59)

Portanto, é possível conceber que a mentalidade no período da globalização e do inundamento neoliberal no Brasil se baseou numa crença demonizante da atividade estatal enquanto ator econômico e social e a exaltação do mercado como campo imaculado, das virtudes, da competência e do crescimento. O Estado é a burocracia ineficiente que se contrapõe a sociedade que tudo realiza ou pode realizar.<sup>36</sup> Tudo isto, embasados pela tese do personalismo e do patrimonialismo que freariam a capacidade brasileira de estar no patamar das grandes nações mundiais. Soma-se ainda, o papel estatal durante os 21 anos de regime ditatorial que foi usado como espécie de sinônimo de como a ação dessa instituição pode ser opressiva sobre os indivíduos. Assim, somente com fortes choques de capitalismo, o país poderia ser elevado à condição da sociedade americana – um verdadeiro sonho de consumo.

Entretanto, não nos cabe o luxo de acreditar em contos de fadas ou histórias de heróis baseadas no “bem” contra o “mau”. É necessário pensar que nenhuma das instituições é intrinsecamente boa, mas ambas são construções históricas e sociais que se

---

<sup>36</sup> A sociedade, como pontua Jessé Souza, é propositalmente definida como membro do mercado. “O “demônio”, o “mal” é o Estado, boa é a “sociedade”, confundida com o “mercado”, que partilha de todas as suas virtudes. Como o destinatário dessa mensagem é, ele próprio, membro da “sociedade virtuosa”, pensada em oposição ao Estado, o círculo se fecha com perfeição”. (SOUZA, 2011, P.71)

(re)constróem diariamente e seus usos e demandas são demasiadas complexas para serem classificadas como *lado A, lado B*. É imperioso entender que por trás de todo pensamento (liberal ou interventor) existe uma motivação, desejo e objetivo e não um sistema pleno livre de contradições.

Se é insofismável que o mercado capitalista é a maneira mais eficiente de produção de riqueza material já descoberta pelo homem, ele é também causador de desigualdades de todos os tipos, de sofrimentos causados por trabalhos repetitivos e desinteressantes, e pela imposição de uma forma de vida baseada na aparência, e do consumo banal com intuito de distinção. O Estado também é ambíguo. Ao mesmo tempo que é um poderoso elemento de concentração de riqueza e poder propiciando um espaço de correção de injustiças aos perdedores e inadaptados ao mercado, pode ser usado também para concentrar renda e privilégios. Mercado e Estado não são “bons” ou “maus” em si. Seu uso refletido implica a consciência de suas ambiguidades constitutivas. (SOUZA, 2011, P.70)

## **O CASO NACIONAL: DESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO**

Como observado no capítulo II, o principal inimigo dos neoliberais era o keynesianismo. Nos EUA eram as políticas derivadas do New Deal e na Europa ocidental atendia pelo nome de social-democracia. Acontece que pelo chamado Terceiro Mundo o arranjo tinha suas particularidades. Aquelas colocações de Welfare State não se encaixavam no cenário periférico, tanto da América Latina quanto especificamente do Brasil. O que tínhamos no mundo de cá era a tentativa de desenvolver os países periféricos através do chamado desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo foi uma espécie de teoria econômica ou método de projeto para o desenvolvimento nacional baseado na utilização do Estado como motor e definidor das políticas econômicas.

Contudo, diferentemente dos Estados de Bem Estar Social, pelo nosso subcontinente não havia a consolidação de um complexo industrial de ponta que necessitasse de reconstrução (no pós-guerra) ou mesmo de uma historicidade de avanços tecnológicos que levaram países industrializados a impressionantes níveis de produção industrial pré-guerras mundiais. Aqui, buscava-se romper com a lógica de ser



uma economia exclusivamente agroexportadora e a superação de todas as adversidades para organizar um projeto em que o salto qualitativo de crescimento industrial pudesse trazer a reboque o fortalecimento econômico nacional, bem como a consequente melhoria nos padrões de vida das populações locais. O principal objetivo desse modelo econômico era o justamente de sair do patamar de subdesenvolvimento. Nesse sentido, a CEPAL teve um papel de extrema relevância.

Essa nova instrumentalização teórica tornou-se finalmente possível com a criação da Comissão para a América Latina e Caribe (Cepal), em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas um ano antes. A Cepal originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais fruto da falta de dólares para importar causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência internacional inexpressiva como muitas já criadas, a Cepal se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas. (PEREIRA, 2011, P.123)<sup>37</sup>

Grosso modo, as principais teses defendidas pela CEPAL eram, em primeiro lugar, a existência de uma insana desigualdade entre Centro e Periferia através da Divisão Internacional do Trabalho; em segundo, a visível deterioração dos termos de troca em que os produtos industrializados ao agregarem tecnologia levam a disputa de preços serem sempre favoráveis aos países desenvolvidos; em seguida, a compreensão de que a inflação deve ser enxergada como um problema estrutural do sistema capitalista e não conjuntural; a necessidade dos países em desenvolvimento manterem certos graus de planejamento estatal e protecionismo sobre a produção; a tendência geral ao desemprego ao importar as técnicas produtivas do Centro; a tendência ao desequilíbrio externo com uma pressão cada vez maior de importar produtos que não são produzidos internamente motivados tanto por uma demanda de consumo nas elites periféricas (que desejam consumir o que o Centro produz/utiliza) bem como a necessidade de importar bens de capitais e insumos para produção; por fim, a ideia do modelo de substituição de importações. (PEREIRA, 2011)

O pensamento cepalino foi duramente combatido pelos neoliberais ao longo das décadas de 1950 e 1960, principalmente pela Escola de Chicago. Acontecia que

---

<sup>37</sup> PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-124, jul./dez. 2011.

enquanto nos EUA os ataques aos fundamentos do New Deal eram muito impopulares, politicamente falando, os *Chicago Boys* não tiveram tanto espaço internamente<sup>38</sup>. Porém, seus saberes e discursos foram empregados na política externa. Direcionou-se ao Terceiro Mundo, que buscava alcançar o desenvolvimento através do uso do Estado como propulsor para tal fim. A ação do governo norte-americano através de seu corpo diplomático, militar, e de economistas neoliberais gerou instabilidades e golpes de Estado nos países propensos ao perigo vermelho (mesmo que os cepalinos buscassem mais se equiparar aos Estados influenciados pelo keynesianismo do que a URSS). Tais ações sempre foram acompanhadas pelo desejo de pôr em prática as ideias de livre mercado, com a garantia de alinhamento ideológico pleno aos Estados Unidos e que fossem áreas altamente abertas para as gigantes empresas multinacionais mirando os lucros estratosféricos. (KLEIN, 2008)

Um emblemático exemplo do modo de atuação do governo norte-americano foram as práticas educacionais empreendidas pela Escola de Chicago com intuito de atrair os futuros economistas da América Latina a aderirem ao pensamento neoliberal. A primeira delas foi conhecida por “Projeto Chile”<sup>39</sup>. Um intercambio financiado pela instituição para o programa de graduação em Chicago onde seriam doutrinados a enxergarem as práticas neoliberais como as naturais da economia. Foi lançado em 1956, sendo aberto aos demais países do continente em 1965. Foi fundamental para a mudança de postura do pensamento econômico no continente. (KLEIN, 2008)

A segunda prática foi a construção de um centro de inteligência desse pensamento econômico também em Santiago. Era basicamente uma expansão da Escola de Chicago para a América Latina, aumentando e facilitando o contato dos demais países com a linha neoliberal. Como pontua Klein,

(Theodore W. Schultz, diretor do departamento de economia da Universidade de Chicago) os Estados Unidos precisam fazer estoques de seus programas econômicos no exterior... Nós queremos que eles [os países pobres] alcancem a salvação econômica do nosso lado e empregando os nossos meios de realizar o desenvolvimento econômico. (KLEIN, 2008, P.76)

---

<sup>38</sup> Essa realidade se altera a partir do governo de John Kennedy (1961-1963).

<sup>39</sup> O referido projeto foi propulsado pelo Jornal chileno El Mercurio. Sobre o assunto ver: SOTO, Angel. El mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal – 1955-1970. Santiago do Chile, Centro de Estudios Bicentenario, 2003.

Isto é, desenvolvimento sem a participação do Estado nas decisões econômicas, sem uso do aparato nacional na proteção de sua produção, sem a expansão dos direitos trabalhistas e sociais, sem o avanço das práticas nacionalistas de estatizações do solo e das riquezas naturais.

A CEPAL foi desmantelada não com a ação direta e democrática dos doutrinados *Chicago Boys*, mas pelo golpe brutal empreendido por Pinochet em 1973. Embora, a participação de grandes conglomerados internacionais e a captação de investimentos/empréstimos externos tenham sido a tônica no primeiro momento, o Brasil que desde 1964 estava sob o regime militar seguia desenvolvendo um projeto interventor, com o Estado sendo a grande mola propulsora do crescimento nacional. Assim, fica claro que nem todas as intervenções americanas resultaram em livres mercados, isso foi uma primazia chilena (o laboratório neoliberal). No caso brasileiro era mais importante garantir que o principal país latino americano não desandasse para o lado vermelho, tal qual Cuba em 1961. A ditadura militar brasileira foi fundamental no sentido de impedir que um presidente com propostas cepalinas (de desenvolver o país através de reformas estruturais do capitalismo nacional) seguisse um projeto que remetia, no contexto da guerra fria, ao comunismo. Foi inclusive por esse discurso, que variados grupos (conservadores, reacionários e os de extrema direita) apoiaram a intervenção militar.

Dessa forma, o Estado de exceção de 21 anos seguiu interventor, embora sem o ideal de transformação social através do combate as mazelas e desigualdades que assolavam o Brasil. Esse Estado interventor só veio a ser seriamente combatido pelos economistas neoliberais quando as consequências do milagre apareceram: estagnação, hiperinflação, juros e dívida externa galopante. Somente quando o regime já se mostrava incapaz de manter um dos seus pilares de sustentação, a satisfação econômica, é que a ideia de um neoliberalismo ganhou força no país.

## **O BRASIL DOS ANOS 1990 – O CAMINHO NEOLIBERAL SE PAVIMENTA**

Embora, o Brasil fosse um Estado interventor durante a ditadura militar, sucedido pelo governo Sarney de transição que manteve uma série de práticas reguladoras do mercado e de choques econômicos, com a promulgação da Constituição Federal em

1988 voltada para a criação de um Bem Estar Social, em nenhum instante o nosso país se afastou da esfera ideológica dos Estados Unidos e de seu alinhamento com o capitalismo (a diferença era apenas no tipo de capitalismo que cada nação empreendia). O que muda radicalmente é que a Nova República vai ser firmada sobre as bases neoliberais com a abertura do mercado brasileiro para a livre iniciativa comercial, bancária e especulativa.

Três governos foram fundamentais na inserção do Brasil na onda neoliberal através da globalização: Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). É nesse período histórico que veremos o processo de adequação da economia brasileira aos novos comandos da mundialização, com as privatizações de seus ativos e passivos estatais, as flexibilizações das leis protetivas aos trabalhadores e demais setores sociais, a tentativa de atração aos capitais estrangeiros fossem por vias produtivas (com instalações de complexos industriais) fossem por operações financeiras (Banco Mundial e FMI), o enxugamento dos gastos públicos através da “gestão profissionalizada” (redução de cargos, diminuição de ministérios e pastas, demissões do funcionalismo da administração direta e indireta, entre outras estratégias). (CALDEIRA, 2017)

A análise do neoliberalismo brasileiro perpassará sobre quatro aspectos que consideramos fundamentais. O primeiro foi a estabilização econômica conseguida através do plano Real. O segundo foi o processo de privatizações. O terceiro é centrado nas tentativas de flexibilizar as leis trabalhistas e previdenciárias no Brasil. Por fim, o quarto aspecto é que tipo de estrutura estatal os neoliberais enxergavam como necessário para o novo Brasil.

A estabilização que pôs fim ao caos econômico se deu com um projeto ousado formulado por uma equipe de economistas como Pedro Malan e Gustavo Franco, sob a tutela de Fernando Henrique, então ministro da economia. Havia intensa desconfiança sobre a capacidade brasileira de elaborar um plano consistente na economia que pudesse derrotar a hiperinflação que dragava o país desde o esfacelamento do Milagre.

A equipe econômica reuniu um grupo de economistas pró mercado que desenvolveram o método de duas moedas, uma virtual (o URV) e a nova (Real). O plano deu certo porque não foi necessário aplicar choques na economia, como congelamento de preços e demais imposições que haviam sido realizadas em planos anteriores. Para não depender dessas ações vindas do governo, o sistema necessitava de

uma pré-disposição popular para o seu uso. Nesse sentido, seguindo a prática ufanista do regime militar que utilizou o tricampeonato de 1970 como propaganda política, a conquista do tetracampeonato da Copa do Mundo de 1994 estimulou uma euforia patriótica e promoveu através de campanhas publicitárias a migração voluntária ao sistema de URV. Rapidamente, a nova moeda se consolidava sem qualquer tipo de ação brusca no mercado, como ocorreu com o confisco de Collor. A vitória do plano catapultou FHC nas eleições presidenciais deixando o favoritismo de Lula para trás e vencendo o pleito no primeiro turno. Assim, a economia brasileira se estabilizava com uma moeda forte, paritária ao dólar e que mantinha a inflação sob controle. Uma conquista que têm de ser reconhecida mesmo pelos maiores opositores de Fernando Henrique. (FAUSTO, 2015)<sup>40</sup>

Embora o Real tenha combatido o problema crônico do Brasil da última década – hiperinflação –, ele não livrou o país de uma série de crises que sacudiram as estruturas econômicas, causando a desvalorização da moeda, a fuga de capitais, o desemprego e a informalidade. O país inserido no contexto de globalização estava a mercê dos diversos choques diretos provenientes deste tipo de economia.

As crises internacionais atingiram o Brasil de modo crescente, não apenas porque elas foram se tornando cada vez mais severas, mas também porque a economia brasileira se tornou mais vulnerável a choques externos entre 1995 e 1998. (FAUSTO, 2015, P.492)

As privatizações foram, sem dúvida, o grande carro chefe do processo de introdução do neoliberalismo no Brasil. O Plano Nacional de Desestatização (1990) foi o primeiro grande passo nesse sentido. O PND permitiu criar as condições jurídicas de privatizar o aparato estatal. Como aponta Fausto,

O governo Collor foi um misto de aventuras políticas e rupturas fundamentais com o modelo de desenvolvimento que, com modificações, se mantinha desde os anos 1940-1950. Entre essas rupturas, estão a abertura comercial e as privatizações de empresas estatais do setor industrial. [...] As privatizações, até então limitadas a empresas de menor importância, passaram a ocorrer em setores fundamentais da matriz industrial brasileira, como a siderurgia e a petroquímica. [...] (através do) programa de abertura e desestatização da economia. (FAUSTO, 2015, P.475)

---

<sup>40</sup> FAUSTO, Sérgio. Modernização pela Via Democrática. In: FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 14 ed. São Paulo: Edusp, 2015. p. 467-521

Mesmo a perturbação política criada por um processo de impeachment na Nova República não impediu que o então presidente Itamar Franco promovesse a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, a histórica estatal que marca simbolicamente a atuação da política industrial nacionalista de Vargas. A ela, seriam somadas outras grandes empresas que foram leiloadas para iniciativa privada.

Justamente sob a missão de “encerrar a Era Vargas”, Fernando Henrique vai empreender uma colossal agenda de privatizações de companhias consideradas símbolos da autonomia e hegemonia nacional. Durante seus dois mandatos presidenciais,

(...) o governo não teve maior dificuldade para aprovar, ainda em 1995, as emendas constitucionais da ordem econômica e outras leis conexas, que puseram fim aos monopólios de empresas estatais e abriram vários setores da infraestrutura para o capital privado sob o regime de concessão (telecomunicações, petróleo e gás, energia elétrica, portos, etc), além de eliminar diferenças no tratamento que a Constituição dispensava às empresas brasileiras de capital nacional e de capital estrangeiro. (FAUSTO, 2015, P.485)

Embora todas as aberturas de empresas estatais provocassem reações de grupos políticos e sociais de oposição com forte argumentação de depredação do patrimônio público, leilões a preço de banana e mesmo entrega da soberania nacional, as referentes ao segmento de petróleo e gás foram as mais firmes. Ainda assim, a agenda seguiu. No referido setor, foi proporcionado o direito das multinacionais explorarem e competirem na extração dos produtos naturais, e a Petrobrás se tornou uma empresa de capital misto, com a garantia de 51% pertencente a União.

Nas telecomunicações a Telebrás foi fracionada e leiloadada em diversos lotes. O terceiro grande setor a ser privatizado foi o setor de elétrico, o grande calcanhar de Aquiles do governo FHC. Uma vez que o mau planejamento e a falta de organização do processo levou o Brasil, no segundo mandato de Cardoso, a impor um racionamento de energia e a constante possibilidade de um apagão.

Assim, a CSN, Telebrás, Embratel, Vale do Rio Doce deixaram de ser ativos estatais. Uma série de bancos públicos estaduais como Banerj e Banespa que desde os anos 1980 haviam se tornado sinônimos de ineficiência e por isso eram considerados deficitários, foram liquidados com a reforma bancária através do Programa de Estímulo

à Restruturação e ao Fornecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), abrindo espaço para os grupos bancários privados. A Light no Rio de Janeiro, o forte desmonte estatal na área ferroviária<sup>41</sup>, são alguns dos exemplos do gigante impulso privatizador que se instalou no país na década de 1990, fundamentados no Consenso de Washington. Não por acaso, a grande parte dos compradores eram conglomerados multinacionais.

As privatizações deslancharam no nível federal e, progressivamente, nos estados também. Atraíram investimentos estrangeiros para setores de infraestrutura e ajudavam no abatimento de dívidas com os recursos arrecadados pelos governos. (FAUSTO, 2015, P.498)

O segundo caminho percorrido para findar o varguismo, era promover mudanças drásticas na legislação trabalhista cristalizada na CLT. No entanto, diferentemente das privatizações, o governo FHC sofreu para promover mudanças profundas nesse campo. Suas vitórias ocorreram numa ordem de grandeza bem menor do que eram suas pretensões. Isto diz muito sobre o aspecto peculiar de que as leis trabalhistas são os redutos de resistências as tendências de liberalismo total. Não por menos, sempre que um governo neoliberal assume o poder, tem como foco prioritário a agenda de flexibilizações na legislação do trabalho. Nas palavras de Fausto,

Outra área em que as reformas se mostraram inviáveis foi a legislação trabalhista, cuja as origens remontam ao Estado Novo, no final dos anos de 1930. [...] A justificativa era de que, além de melhorar a competitividade na economia, a flexibilização da legislação trabalhista favoreceria a geração de empregos com carteira. [...] o projeto encontrou resistência no movimento sindical, em especial de parte da CUT, que alegou trata-se de um ataque aos direitos dos trabalhadores. (FAUSTO P.488-489).

Como apontam tanto Sérgio Fausto quanto Ricardo Mendes, o governo FHC conseguiu mudanças trabalhistas e previdenciárias como o aumento do tempo de contribuição e idade para aposentadoria, um teto de recebimento das mesmas, o fator previdenciário, a introdução de novos regimes de contratação, dentre outras medidas.

Por fim, o papel do Estado deve ser debatido. Como já vimos anteriormente, a chamada redução do Estado é na verdade uma readaptação do seu uso, uma escolha

---

<sup>41</sup> O GLOBO. Privatizações ganharam força a partir dos anos 90. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

programática e ideológica. Em nosso país, a situação se torna mais complexa ao enxergamos que a Constituição é embasada numa forte atuação estatal para promover o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades, promovendo uma enormidade de direitos, enquanto o modelo econômico desempenhado é o oposto disso, é a retração ao máximo desse Estado, promovendo a incorporação dos mais derivados meios a iniciativa privada.

FHC tentou no seu governo tocar duas agendas: uma liberal (abertura) e outra social-democrata (programas sociais). Para o governo “no Brasil, na visão do novo governo, tratava-se de reduzir o peso da intervenção direta do Estado na economia para fortalecer a sua capacidade de atuação na área social. (FAUSTO, 2015, P.481)

Se não eram incompatíveis, as agendas liberal e social-democrata tampouco se encaixavam a perfeição. (FAUSTO, 2015, P.482)

Para Mendes, a promoção dos ideais neoliberais no Brasil transformou o Estado brasileiro numa estrutura que tendia a ser uma aberração. Isso se deu porque o mesmo perdia todo o caráter construtivo de uma ideia de nação que deveria ter a luz da Carta de 1988. Para o autor, teremos um Estado focado unicamente em recolher impostos sem a ênfase de reversão dos mesmos para sua população em serviços essenciais. Nesse sentido, os duramente impactados são os mais pobres. “Reafirmando a máxima do Estado Neoliberal brasileiro: eliminação de sua função redistribuidora e regulatória, mas com continuidade de sua função tributadora.” (MENDES, 2000, P. 106)

Para Fausto a atuação de FHC tende a ser mau vista pelos baixos indicadores sociais conquistados em seu período na presidência, embora, tenha promovido uma série de ações com o intuito de aumentar a extensão dos programas sociais

Com FHC, ampliaram-se as bases de financiamento, a abrangência e a diversidade das políticas sociais. Programas foram institucionalizados, na perspectiva de sua continuidade ao longo prazo. Sobre seu governo, no entanto, recaiu a crítica de ter feito “pouco pelo social”, percepção que se tornou dominante. Em parte disso, se explica pelo fato de, apesar da melhora num amplo leque de indicadores, da mortalidade infantil a cobertura escolar, as carências e desigualdades sociais no Brasil continuaram a ser severas. Outra parte da explicação pode ser encontrada na derrota sofrida pelo governo na batalha da comunicação política diante de uma oposição mais eficaz nessa matéria. No entanto, a noção de “pouco se fez pelo social” se



deve principalmente, ao aumento do desemprego e da insegurança em relação ao emprego, observado nas principais cidades do país ao longo da década de 1990. (FAUSTO, 2015, P.507)

Apesar dessa crença positiva de Fausto, tendemos a encarar as críticas de Milton Santos, Ricardo Mendes e Theotonio dos Santos como as mais coerentes observando as questões sociais evidenciadas no Brasil nesse período. O país que se lançava ao mundo globalizado tinha mais da metade de sua população economicamente ativa no desemprego ou na informalidade<sup>42</sup>, o nível básico de educação qualitativamente baixíssimo, acesso ao nível superior pelas classes mais baixas eram casos raríssimos, a presença da fome, da miséria, hospitais públicos sucateados, das secas no nordeste, tudo isso sendo ampliado por reformas que privilegiavam o capital em detrimento da seguridade social e do projeto escolhido por nossa Constituição. Atrelar essa realidade social a uma “batalha na comunicação” travada contra oposição é desconsiderar o abismo social que os brasileiros mais vulneráveis precisavam enfrentar em busca da sobrevivência. Não é atoa que impacta recordar que a principal bandeira defendida nas eleições de 2002 pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) tenha sido o *Fome Zero*.

Portanto, o Estado brasileiro se formava neoliberal com a abertura política e econômica, estabilização da economia através do plano Real, estreitamento de relações com FMI, o enxugamento dos gastos públicos, privatizações de importantes setores da economia, o fraco desempenho de suas ações sociais na distribuição de riquezas e melhoria de vida do seu povo, as flexibilizações nas legislações que visavam a seguridade social, aumento do desemprego e da informalidade, minimização do Estado enquanto ator e sua contínua atuação como tributador<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Como aponta o próprio Sérgio Fausto “Para entender a insegurança em relação ao emprego, não basta analisar apenas as oscilações na taxa de desemprego. Junto com a tendência de aumento do desemprego, ocorreu o crescimento da informalidade nas relações de trabalho. Em 1990, cerca de 40% da força de trabalho se encontrava na informalidade. Dez anos depois, esse percentual superava os 50%.” (FAUSTO, 2015, P.509).

<sup>43</sup> O que Ricardo Mendes denomina por neo-absolutismo brasileiro.

## **O ESPAÇO DE FALA: O PAPEL DA MÍDIA COMO PROPAGADORA DE (SUAS) IDEOLOGIAS**

Avançada nossa tentativa sintética de caracterizar a implantação da agenda neoliberal em nosso país, buscaremos agora compreender como tais pautas econômicas e sociais foram tornadas conhecidas para o público em geral. Nosso objetivo é apresentar os elementos do discurso de um dos principais mediadores e introdutores da lógica neoliberal na comunicação brasileira, o polemista Paulo Francis (1930-1997). Para tal finalidade, contudo, devemos previamente elucidar alguns pontos-chaves das relações existentes entre a mídia e a política, que nos permitirão situar a figura de Francis e o eco de seu discurso na pavimentação do caminho neoliberal.

Primeiramente, elucidaremos o que consideramos ser a mídia e como ela se relaciona com as discussões políticas em um regime de ordem democrática. Em segundo lugar, como a tal mídia pode construir um entendimento comum nas pessoas (que se consolidou como a noção de opinião pública). Em seguida, investigaremos como os meios de comunicação tornaram-se importantes atores políticos, ideológicos e, sobretudo econômicos, promovendo assim agendas que atendessem aos seus interesses. Por fim, que papéis os intelectuais exercem (ou podem exercer) nessa trama das relações políticas e midiáticas. Esta é onde Francis se encaixa.

### **A MÍDIA E A POLÍTICA**

Entendemos a mídia como um segmento amplo composto por elementos de meios físicos e de caráter ideológico em sua atuação de propagar as notícias e ideias. Mais a frente, especificaremos o nosso interesse na imprensa midiática impressa – os jornais, meio físico pelo qual centramos nossa análise da produção de Paulo Francis. Isso se fez necessário, pois cada meio físico de propagação da informação possui particularidades de transmissão, recepção e consolidação de um determinado entendimento comum. Francis, assim como outros jornalistas, apresenta enormes diferenças na forma de se expressar, no espaço que possuía, no tempo para realizar suas análises, em seu protagonismo nos ambientes, no alcance ao público que possuía através dos jornais e da televisão. O que é intrigante, pois o mesmo indivíduo não é uniforme nos variados

meios de comunicação. Nesse momento inicial, entretanto, julgamos ser mais explicativa a noção de mídia como um todo.

Nossa compreensão sobre o que seria a mídia está ancorada na visão que o professor Venício de Lima<sup>44</sup> possui.

*A mídia*, plural latino de *medium*, meio, será aqui entendida como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação *mediatizada*. Esse é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e constitui-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação *mediatizada* são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de “massa”. (LIMA, 2004, P.50)

No caso brasileiro, a mídia é um segmento altamente concentrado em pouquíssimos grupos empresariais, no qual é visível a constatação do forte oligopólio do setor enraizado principalmente nas Organizações Globo que controla a produção audiovisual e de veiculação de notícias em todo território nacional, sendo ainda constantemente ranqueada no topo do mundo entre os grupos empresariais relacionados a mídia<sup>45</sup>. O poder da Globo exemplifica que durante o processo de expansão midiática em nosso país, ocorreu uma gigantesca concentração de influência, poder e interesses econômicos sob um mesmo grupo diretor (as Organizações Globo) das mais diferentes plataformas de comunicação (jornais impressos, rádio e televisão).

Embora nosso objetivo seja relacionar a influência da produção midiática através do jornalismo impresso, não podemos desconsiderar as relações que existiram/existem entre os demais veículos, como a televisão e o rádio. Isto porque, é bastante comum que um renomado jornalista tenha participação nos três segmentos. Atualmente

---

<sup>44</sup> LIMA, Venício. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./mai. 2004.

<sup>45</sup> Documentário: Muito além do Cidadão Kane. Produzido por Simon Hartog e John Ellis. Acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA> em 27/02/2019.

trabalharíamos ainda com a produção eletrônica voltada para internet. Contudo, para nosso objetivo situado no período final da década de 1980 e década de 1990 consideramos que os portais online ainda eram incipientes, embora enxerguemos sua importância e destaque atual.

A política, por sua vez, está integralmente atrelada ao trabalho midiático nos tempos atuais. Para a realização de seu exercício, a política depende necessariamente da cobertura e da exposição de seus atos a todos os interessados, no caso toda a população integrante do Estado democrático de direitos. Em resumo, “assim que a política será entendida, como atividade eminentemente pública e visível nas democracias.” (LIMA, 2004, P.50). Obviamente, que todo caso de transgressão a publicidade ou tentativa de ocultação da visibilidade das ações públicas será interpretado como a busca de burlar o pacto democrático entre representantes e representados.

Como veremos adiante, a mídia atua como um *ator político* relevante nos jogos de poder. O jornalista e professor Hector Borrat<sup>46</sup> nos ensina que tal conceito “se entiende todo actor colectivo o individual capaz de afectar el proceso de toma de decisiones en el sistema político.” (BORRAT, 1989, P.69).

De acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel<sup>47</sup>, “na virada para o século XXI, nas sociedades urbanas, o consumo de mídia era uma das duas maiores categorias de dispêndio de tempo, atrás apenas do trabalho” (MIGUEL, 2004, P.7)<sup>48</sup>. Tal alcance gigantesco das informações midiáticas transformaram as relações políticas em nosso país, sobretudo quando o Brasil se desvinculou do autoritarismo militar. Embora, a atuação midiática seja muito latente em análises sobre processos eleitorais, é possível sentir sua influência e pressão em outros seguimentos.

A mídia passou em muitos casos a substituir um papel histórico que pertencia aos partidos políticos, como por exemplo, na função de ser o principal elo entre eleitor e o seu representante num modelo político cada vez mais personalista (LIMA, 2004). Outras atribuições como a adaptação dos discursos expostos pelos políticos (via padronização para televisão), busca de uma constante e positiva aparição nos meios de comunicação como estratégia para atingir visibilidade e capital político e a criação de

---

<sup>46</sup> BORRAT, Hector. El periódico, actor político. Analisis, Barcelona, n. 12, p. 67-80. 1989.

<sup>47</sup> MIGUEL, Luis Felipe. DOSSIÊ “MÍDIA E POLÍTICA”. Revista Sociologia Política, Curitiba, n. 22, p. 7-12, jun. 2004.

<sup>48</sup> O autor faz uma citação direta de CASTELLS, 1999, p. 358.

agendas e posicionamentos sobre as mesmas, foram as principais ações midiáticas em relação a vida política, como convergem Lima e Miguel.

## **A MÍDIA E A OPINIÃO PÚBLICA**

Como nos aponta Lima, a mídia se apresenta como central nas sociedades contemporâneas sendo um elemento base para comportamentos, desejos e percepções da vida e do mundo. Assim, não é atoa que os discursos veiculados causem tanto impacto e construam um sentimento de verdade sobre aqueles que os consomem. Os diferentes meios impactam de diferentes formas, uma imagem tende a gerar mais comoção que um texto. (LIMA, 2004)

Entretanto, não devemos cair no “canto da sereia” de achar que todos os receptores são uniformes e automaticamente manipuláveis por qualquer história contada, seja na televisão seja na leitura do jornal pela manhã. Acontece que os receptores são seres dotados de diferentes realidades sociais e de historicidades que os permitem (ou não) julgar, construir, ressignificar as mensagens midiáticas que receberam. Logo, a ideia seca de que o simplório encaminhamento do discurso dominante das corporações faz milhões de acéfalos seguir fielmente os interesses daquele grupo é extremamente fantasioso. Nas palavras de Jean-Noël Jeanneney “É certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos – e, mais violentamente, dos votos -, mas os dirigentes tendem espontaneamente a exagerar muito isso.”<sup>49</sup> (1996, P.216)

A construção da dita opinião pública não é uma via de mão única. Na verdade, após o momento de instigação midiática, os diferentes receptores se relacionam de formas difusas em grau ou em entendimento sobre o determinado tema que pode ser favorável ou contrária aos interesses dos grupos dominantes. A partir daí, há uma construção paulatina de entendimento sobre o determinado assunto em que se relacionam diferentes interesses e/ou paixões suscitadas: dos grupos midiáticos, dos leitores (no caso do jornal), de grupos econômicos e movimentos sociais intimamente ligados a pauta, de diferentes setores da sociedade civil, dos estadistas, dentre outros.

---

<sup>49</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 213-230.

Como nos evidencia Jean-Jacques Becker<sup>50</sup> “a opinião pública “revela” “um fervilhamento de opiniões particulares”.” (1996, P.190)

Isto quer dizer que mesmo numa opinião pública dominante, há no seu interior, diversos outros pensamentos contrários e conflitantes. Casos recentes da vida política brasileira servem de exemplos: o caso do impedimento da então presidente da República Dilma Rousseff (PT) em 2016, a prisão após tramitação em segunda instância do processo contra o ex-presidente Lula (PT) em 2018 e a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) no mesmo ano, mostram que mesmo em assuntos onde se configuraram uma opinião pública dominante existem discordâncias e tensões muito latentes, visualizadas em fortes manifestações populares e públicas a favor e contrária das mesmas. Assim, fica evidente que a opinião pública não é geral, mas atende a uma força de grandeza entre a dominante e as periféricas.

Assim, na relação de construir a dita opinião pública

o poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como aparelho privado de hegemonia. (FONSECA, 2003, P.86)<sup>51</sup>

Além disso, é importante frisar que a opinião pública é construída quando os meios (um jornal, programa de rádio, canal de TV ou toda uma cadeia) assumem pra si a condição de porta-vozes da opinião pública<sup>52</sup>, atuando como a voz ativa dos que não têm a visibilidade para o fazerem.

É nesse cenário que a mídia tem de atuar para agir como elemento ideológico de convencimento. Apesar de não atuar sobre *tabulas rasas*, a grande mídia parte de duas premissas muito vantajosas: a primeira é o valor imaculado de sua suposta

---

<sup>50</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 185-211.

<sup>51</sup> FONSECA, Francisco. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na "Nova República". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 31, p. 83-105, 2003.

<sup>52</sup> Um exemplo contemporâneo disso é a posição hegemônica dos diferentes meios de comunicação e empresas que aponta para a necessidade da Reforma da Previdência ser aprovada o mais rápido possível sob o risco de o Brasil ficar economicamente inviabilizado caso tal proposta não vingue na gestão Bolsonaro. As chamadas, matérias, reportagens e análises são consensuais de que a Reforma é uma pauta de interesse para o bem público, mesmo que boa parte das centrais sindicais e de parte considerável da sociedade se posicionarem contrárias a mesma.

imparcialidade. A segunda, e mais fundamental em nosso modo de ver, é a regularidade (365 dias por ano) pela qual sua mensagem é transmitida, reafirmada e exposta como verdade.

## **OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO ATORES DO JOGO DE PODER**

Como pontuamos anteriormente, os meios de comunicação atuam decisivamente nas relações de poder nos países democráticos. Os jornais impressos estão inseridos nesta lógica.

El periódico independiente de información general ha de ser considerado como un verdadero actor político. Su ámbito de actuación es el de la *influencia*, no el de la conquista del poder institucional o la permanencia en él. El periódico pone en acción su capacidad para afectar el comportamiento de ciertos actores en un sentido favorable a sus propios intereses: influye sobre el gobierno, pero también sobre los partidos políticos, los grupos de interés, los movimientos sociales, los componentes de su audiencia. Y al mismo tiempo que ejerce su influencia, es objeto de la influencia de los otros, que alcanza una carga de coerción decisiva cuando esos otros son los titulares del poder político. (BORRAT, 1989, P.69).

De todas as atuações que expomos, a criação de agendas é central no entendimento de como o poder da mídia auxiliou na propagação do ideário neoliberal no Brasil. Não podemos nunca perder de vista os interesses corporativos que estão por trás da suposta imparcialidade jornalística. Os conglomerados midiáticos são estruturas empresariais robustas e consolidadas e por isso mesmo fazem presentes seus interesses de classe, através de posicionamentos, ainda que os sejam expostos sobre o pretensível véu da verdade. Desta maneira, é evidente que o produto-notícia parte de produtores possuidores de objetivos e interesses, tais quaisquer outros atores econômicos e sociais. Todavia, diferente de quaisquer outros atores possuem os meios práticos de pautar suas demandas. Assim são imperiosas as advertências que Jeanneney faz

A primeira consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que o irriga. [...] a segunda abordagem corresponde a uma visão mais *fisiológica* das coisas: consiste em ver, em casos precisos, como funcionam as influências – nascimento, vida e morte dos programas,

nomeação e afastamento dos diretores, e também esses incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens. P.219-220

Desta forma, compreendemos que a mídia atua como um importante polo de poder político. Isso porque os grandes meios de comunicação atuam como facilitadores das percepções sociais sobre pautas que muitas vezes são lançadas e mantidas pelo seu viés ideológico. Porquanto “remete uma vez mais à caracterização da grande imprensa, estruturada como: a) *aparelho privado de hegemonia*; b) empresa capitalista, e c) ator político-ideológico (por vezes assemelhado a um partido político)”. (FONSECA, 2003, P.86-87)

Sua atuação, portanto, leva em consideração esses três elementos constitutivos. O maior aparelho detentor de hegemonia, já que não encontra qualquer barreira ou oposição a altura na luta por espaço de propagação de informações e ideias; atuação como empresa privada em busca de condições que potencializem seus lucros; utilização de sua força e influência para pautar suas demandas ou construir uma narrativa alinhada com seu interesse.

A partir de agora nosso interesse é dar foco específico aos jornais impressos<sup>53</sup>. Para isso, seguiremos o caminho pavimentado pelo professor Francisco Fonseca no qual ele analisa os quatro principais periódicos do Brasil – Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo – e como tais produtos de informação atuaram na introdução e na apologia ao neoliberalismo no país.

Embora, os jornais nunca tivessem o mesmo impacto midiático que o rádio em sua era de ouro, que a televisão a partir de 1970 ou mesmo da internet nas últimas duas décadas, sua força não pode ser desprezada como importante propagadora de conceitos e ideias sobre a vida em sociedade no final do século XX. Nas palavras de Fonseca,

os jornais são capazes de exercer uma influência sutil que lhes permite sedimentar - embora de forma não mecânica - urna dada ideia, opinião ou representação nos grupos estrategicamente reprodutores de opinião, constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira. Além do mais, objetivam a veiculação de ideias que influenciem a chamada "opinião pública", os detentores do poder estatal, além de outros segmentos sociais estratégicos. (FONSECA, 2003, P.84)

---

<sup>53</sup> Tratados em diante apenas por “jornais”.



Como nos indica Cristina Grillo<sup>54</sup> a circulação de jornais de alcance nacional cresceu 69,43% durante a década de 1990, isto significava em 1999 uma média de 7.245.000 jornais circulando diariamente em todo país. Esse salto representou uma taxa de crescimento anual de 7% durante a década em evidência. A título de curiosidade, nos Estados Unidos no mesmo período, a queda na venda de jornais foi de aproximadamente 10,20%, segundo dados levantados pelo Pew Research Center<sup>55</sup>.

Desta forma, os jornais são importantes termômetros de como os grupos hegemônicos (dentre eles os próprios proprietários de jornais) buscavam *democratizar* suas certezas sobre o caminho a ser seguido pelo Brasil rumo ao pleno crescimento no novo cenário que se desenhava.

Como nos assinala Fonseca, a propagação do discurso neoliberal nesses veículos se deu com força desde a proclamação da Nova República. Foi durante o governo Sarney que os clamores pela liberalização da economia e a adaptação do Brasil ao cenário de políticas neoliberais na esteira da globalização fossem realizadas. Embora convivesse com essas pressões quase que diárias, o governo Sarney não tocou tal agenda. Como vimos no capítulo anterior, tais práticas foram características dos governos Collor, Franco e Cardoso, já na década de 1990. (FONSECA, 2003)

E no que consistia o discurso da grande imprensa jornalística? Era na luta contra os elementos sobreviventes do nacional-desenvolvimentismo, dos resquícios do controle Estatal sobre segmentos da economia e os muitos pontos nacionalistas presentes na Carta Constitucional de 1988, considerada por tais atores midiáticos símbolos do atraso econômico, abismo social e distanciamento do Brasil em relação às nações centrais do capitalismo. Ao não se adequar diretamente as transformações profundas de liberalização que o mundo em processo de globalização passava, o país amargaria o mesmo destino das nações tidas como inferiores. Desta forma, era fulcral a abertura para o capital estrangeiro e a flexibilização das leis protetivas que visassem dar competitividade ao país.

---

<sup>54</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Circulação diária média dos jornais brasileiros passou de 4.276.000 exemplares em 90 para 7.245.000 em 99 jornais do país crescem 69% nos anos 90. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200017.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

<sup>55</sup> PEW RESEARCH CENTER. Newspapers fact sheets. Disponível em: <<https://www.journalism.org/fact-sheet/newspapers/>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

Assim, o capital exterior será requerido e justificado - na verdade, pela grande imprensa como um todo -, pois apontará razões: a) de princípio (adesão ao liberalismo); b) pragmáticas (ausência de poupança nacional); c) históricas (a onda inescapável das reformas ultraliberais), e d) tecnológicas (a crença de que os capitais forâneos atualizariam tecnologicamente o parque produtivo do país), entre outras. (FONSECA, 2003, P.95)

Além das questões pragmáticas de reformas estruturais, do redirecionamento da ação do Estado e todas as outras ações que já debatemos exaustivamente, outro elemento comumente reforçado pelos jornais era de que estávamos encarando a *última* chance do Brasil alcançar o patamar de nação do “Primeiro Mundo”. Esse discurso, carregado de simbolismo, indicava que estava à mercê do Brasil a oportunidade de atingir seu potencial histórico para grandeza, desde que não tivesse “medo” de fazer os “sacrifícios” necessários para tal, ou seja, aderir às tendências globais. Nesse ponto simbólico quase apologético, o Brasil necessitava escolher o seu futuro: ou ser do patamar dos Estados Unidos da América ou se consolidar no mundo como uma Guiana.

Como se observa, é difícil dizer-se não influenciado pela ideologia hegemônica, pois justamente as tão propaladas "tendências internacionais" nada mais representaram do que a progressiva instauração, nos mais diversos quadrantes, da configuração de um Estado aproximadamente (ultra)liberal, em que a privatização tornou-se um verdadeiro símbolo. (FONSECA, 2003, P.98)

## **O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NESSE PROCESSO**

Não é simples a tarefa de dimensionar ou asseverar a função que os intelectuais possuem em determinados processos históricos. Isto se dá porque muitas vezes buscamos compreender o intelectual como um ser alheio aos acontecimentos que partir de seu ponto de observação produz seus entendimentos e posições sobre o mesmo. Como nos ensinam os grandes introdutores de estudos históricos como Adam Schaff, Edward Carr e Ciro Flamarion Cardoso, esse isolamento com o objeto em questão é muito próprio das ciências naturais e exatas, não tendo vez para historiador ou cientista das relações humanas. Pois mesmo que distante temporal e geograficamente, ainda assim há o envolvimento de caracteres objetivo e subjetivo para com o objeto analisado. Quando tratamos processos e eventos históricos no qual o intelectual esteve presente e atuante, tal distancia do objeto analisado é de fato inexistente.

Ainda assim, se faz necessário o esforço de encontrar um entendimento para o que a presença de intelectuais pode representar numa propagação de certas visões de mundo, para um determinado objetivo. Aqui em especial a introdução do neoliberalismo no Brasil através da voz de Paulo Francis. Um intelectual possui um peso prático e simbólico. Prático, pois entende o funcionamento de um determinado processo (sistêmico, eletrônico, social, natural, biológico) e ao compreendê-lo pode ou não transformar a sua própria realidade ou a do seu ambiente. Simbólico já que ao deter a compreensão de algo que apenas um grupo muito restrito detém (seus pares), passa a ser considerado alguém com dotes cognitivos superiores aos demais indivíduos de sua sociedade. É nessa fusão de elementos práticos e simbólicos que se cria uma *aura* sobre a figura do intelectual, ou o que Bourdieu denomina por capital simbólico<sup>56</sup>.

Obviamente que o intelectual não é o suprassumo da existência. Muitas outras atribuições são mais valorizadas pelo senso comum do que a intelectualidade. Ainda assim, os intelectuais têm um lugar de destaque no imaginário comum num país em que o acesso ao ensino superior é extremamente baixo e desigual<sup>57</sup>. Veremos que a atuação dos mesmos foi bastante utilizada nos periódicos como garantidores de argumentos de autoridade.

Além desse uso, é interessante enxergar que as ideias, conceitos e posicionamentos dos intelectuais são construídos através de uma diversidade de elementos que formam nele sua base reflexiva – lugar de fala no mundo, lugar de escolha, contatos, sua historicidade, seu ofício ou patrocínio, dentre outras. Nas palavras de Jean-François Sirinelli<sup>58</sup>

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o

---

<sup>56</sup> BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>57</sup> Segundo o Anuário da Educação Básica 2018, o Brasil ainda possui largas distâncias a percorrer no acesso, permanência e equidade da educação superior. Dados disponíveis em [https://todospelaeducacao.org.br/uploads/20180824-Anuario\\_Educacao\\_2018\\_atualizado\\_WEB.pdf?utm\\_source=conteudoSite](https://todospelaeducacao.org.br/uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite) Acessado em 11/03/2019.

<sup>58</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 231-269.

patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita.” (SIRINELLI, 1996, P.254-255)

Ensina-nos o autor que as ideias dos intelectuais podem vir de

duas variantes: refluxo de uma ideologia no interior de seu próprio feudo político, em proveito de uma outra corrente concorrente e conquistadora, ou refluxo em proveito do campo oposto. [...] Como salientava com razão Jacques Julliard, “é tempo de lembrar, contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as ideias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”. (SIRINELLI, 1996, P.257-258)

Como indica Sirinelli, a construção de um intelectual se fundamenta em “uma observação baseada na circulação – e no *dégradé* – entre os três níveis – ideologias, cultura política e “mentalidades coletivas”.” (SIRINELLI, 1996, P.262). A partir disso é possível compreender a forte influência que moldou a transformação de Paulo Francis ao se exilar nos EUA. Sua vivência em solo americano propiciou experimentar o gosto do que significava ser alguém estadunidense no final do século XX e marca sua migração ao neoliberalismo.

“Tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época” (SIRINELLI, 1996, P.261). Esse é o nosso objetivo central. Compreender como Paulo Francis enxergou, se posicionou e produziu sobre política, economia e sociedade num mundo em transformação, que enxergava quedas de paradigmas: queda do socialismo real, das ditaduras militares. E como carregava a crença que a única forma do Brasil atingir a grandeza era através dos passos norte-americanos, era através do neoliberalismo.

## PAULO FRANCIS – UM NEOLIBERAL

### QUEM FOI PAULO FRANCIS?

Franz Paul Trannin da Mata Heilborn ou simplesmente, Paulo Francis. Nascido no Rio de Janeiro em 1930 foi um dos grandes nomes da intelectualidade brasileira do século XX<sup>59</sup>. No início de sua carreira consolidou-se como um dos mais eminentes críticos teatrais e artísticos do Brasil antes de se tornar um jornalista e principalmente o polemista de maior destaque deste país<sup>60</sup>. Além disso, também atuou como diretor teatral e escritor de obras literárias.

Migrou para o jornalismo político na década de 1960, tendo sua primeira participação de destaque no importante jornal carioca *A Última Hora* de Samuel Wainer assinando a coluna *Paulo Francis Informa e Comenta*. Ao longo da década em que foi instituído o regime militar, Francis que se compreendia como um intelectual de esquerda com orientações trotskistas foi profissionalmente perseguido pelos militares. Como muitos de seus colegas contemporâneos, Paulo acabou preso em algumas oportunidades pelo regime e teve dificuldades de se fixar em redações. Por curtos períodos trabalhou na condição de *freelancer* fora do país, fazendo reportagens pela Europa para revistas brasileiras. Foi nessa realidade social que Francis se tornou um intenso colaborador do *Pasquim*, principal veículo de massa de teor crítico a ditadura militar brasileira.

Por conta das pressões e prisões que sofreu dentro do Estado militar, Francis ao receber uma proposta de bolsa de estudos em Nova York em 1971 financiada pela Fundação Ford, não pensou duas vezes e rumou ao exílio voluntário. Viveria no centro do mundo norte-americano até 1997 quando veio a falecer vítima de um ataque cardíaco aos 66 anos de idade.

Se sua atuação antes do exílio era de teor crítico as ações dos EUA na geopolítica, Francis gradualmente transforma sua visão sobre o modo de viver, pensar e construir o

---

<sup>59</sup> De acordo com a página “Memória Globo: Paulo Francis”. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/paulo-francis.htm>. Acesso em 07/05/2019. Também presente na obra de BATISTA, Alexandre Blankl. Notas sobre atuação de Paulo Francis no Jornal Folha de São Paulo (1975-1990). Comunicação e Mercado, Dourados, v. 1, n. 2, p. 46-55, nov./2012.

<sup>60</sup> Portal Memória Globo: perfil, profissionais, Paulo Francis.

mundo com base em sua experiência vivida em solo estadunidense. Aquele jovem de esquerda pouco a pouco passava a aderir aos pressupostos ideológicos de direita<sup>61</sup>. Mas, não uma direita keynesiana. A metamorfose de Paulo Francis era a sua transformação em um adepto e defensor do neoliberalismo<sup>62</sup>.

Dono de um capital cultural vasto, Francis seguiu contribuindo para o Pasquim até 1975 quando assinou um contrato de exclusividade para ser o correspondente internacional do jornal Folha de São Paulo. Na coluna *O Diário da Corte* tinha como objetivo cobrir os principais elementos do cenário político dos Estados Unidos. Contudo, “pautas fechadas” não combinavam com seu estilo jornalístico. Adepto de uma visão totalizante enxergava a política norte-americana como um palco central em que tais interesses se relacionavam com a cultura, os costumes e as questões sociais. De forma muito especial, tentava sempre que via uma brecha, introduzir um pensamento comparativo ao Brasil, visto quase sempre em condição de atraso. Permaneceu na Folha de São Paulo até o ano de 1990 quando após um forte desgaste com o ombudsman do jornal Caio Túlio Costa migrou para O Estado de São Paulo, levando sua coluna para o novo ambiente. Sua coluna passaria também a ser publicada no O Globo a partir de 1992.

Em 1981, iniciou sua carreira nas Organizações Globo abrindo um novo ramo em sua vida, a televisão. Nesse meio, rapidamente se tornou uma figura cotidiana de milhares de telespectadores sendo um analista de assuntos variados e falando diretamente de Nova York. Francis participou de diferentes projetos na emissora como a Globo Revista, o Milênio (da Globo News), o Jornal da Globo e o Jornal Nacional, sempre atuando com um tempo extremamente reduzido. Além das breves inserções na TV aberta, foi no canal fechado GNT através do programa Manhattan Connection que Paulo teve seu verdadeiro lugar de fala na televisão no qual discorria sobre assuntos de seu interesse. Fez parte do programa desde sua fundação em 1993 até o seu falecimento.

---

<sup>61</sup> Utilizamos como base teórica do debate sobre direita e esquerda, além de toda discussão levantada nos capítulos 1 e 2, as noções consolidadas por Bobbio nas referências sobre os conteúdos, pensamentos (ideologias) e mesmo sentimentos em torno dos valores de igualdade, desigualdade, hierarquias, tradição, emancipação, liberdade e autoridade, experimentadas no debate democrático entre os valores de esquerda e direita, não entrando no mérito dos regimes totalitários de ambas. Ver mais em BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1994.

<sup>62</sup> Documentário: *Caro Francis* produzido por Nelson Hoineff. Acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=op17nZ3SGME> em 01/05/2019.

## MODO POLEMISTA

Ao observar tal biografia, se torna evidente que Francis não foi um profissional comum. Bem antes de chegar ao auge de sua popularidade através das participações na TV Globo, Paulo Francis foi um dos raros jornalistas que conseguiu ser mais do que um “nome frio” – numa coluna de periódicos. Isso se deveu, sem sombra de dúvidas, ao seu modo de expressar opiniões e posicionamentos, o que definimos como *modo polemista*. (BATISTA, 2012).

Isso se refere ao seu estilo de escrita, comportamento, temas e principalmente a forma pela qual tratava terceiros de grande renome social. Tal combinação fez dele uma espécie de celebridade entre os articulistas nacionais. É fala comum entre seus contemporâneos que Francis era amado ou odiado, mas era impossível ser ou passar despercebido pelos consumidores de informação<sup>63</sup>.

Vale ressaltar que atualmente experimentamos um período histórico de domínio absoluto das ferramentas de redes sociais e instrumentos que jorram um manancial de informação em tempo real todos os dias. Nosso mundo permite que tenhamos mais acesso a informação. Porém, esta enxurrada de notícias instantâneas acarreta na impossibilidade de formação profunda sobre as diversas temáticas apresentadas. Isto porque consumimos tanta notícia que se torna inviável a análise, reflexão e construção de conhecimento em cima de toda essa produção informacional (mas isso é assunto para outro momento). Além disso, vivenciamos a era da auto-exposição digital através dos aplicativos conectados a internet que permitem relações sociais imediatas ao redor do mundo, reduzindo barreiras de tempo-espço e de classes sociais<sup>64</sup>. Assim, é imperioso recordar que nas três décadas finais do século passado o ritmo de interação era completamente diferente e brutalmente menos avassalador do que é hoje. Logo, um jornalista atingir a fama “apenas” por meio de suas colunas era um mérito inegável.

---

<sup>63</sup> Documentário: Caro Francis; Entrevista: Conversa com Bial do dia 29/11/2017. Acessado <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/pedro-bial-homenageia-paulo-francis.ghtml> em 03/05/2019.

<sup>64</sup> Essa redução das barreiras de classe social é no sentido de que as redes sociais como Instagram, Twitter e Facebook permitem acompanhar e/ou ter contato direto com celebridades, governantes e demais atores midiáticos, que anteriormente eram bem mais inacessíveis para o grande público.

O modo polemista de Francis impossibilitava-o de ser apenas um jornalista compromissado em apresentar os fatos, por em choque as diferentes versões e construir os caminhos para descobrir a verdade. Procedimentos que teoricamente pautam a carreira jornalística. Para ele isso era pouco, na verdade o seu ideal era quase que o oposto disto. Interessava-lhe mais romper com a ideia da imparcialidade do seu ofício. Não se identificava como alguém sem voz própria, um simples meio condutor da notícia. Construiu sua carreira e fama baseado em um discurso fortemente pessoal, opinativo, deixando claro suas preferências e ridicularizando aqueles ou aquilo que lhe era discordante e/ou desprezível. Mais que qualquer outro contemporâneo, Paulo não acoplava a si o termo “polemista” aleatoriamente. Ser polêmico não era um adjetivo para ele, mas sim uma característica identitária.

A esta altura são necessárias algumas considerações. Não pretendemos aqui defender uma visão jornalística que tipifica rigidamente jornalistas que atuam de forma isenta em contraponto jornalistas que são exclusivamente de opinião. Até porque, não acreditamos que tais arquétipos existam. Tampouco nos baseamos na teoria dos espelhos<sup>65</sup>, na qual os jornalistas em geral deveriam atuar apenas na exposição do conteúdo, como se fosse um corpo estranho, detalhando-o para o consumidor da informação, sem qualquer tipo de interação com o mesmo.

Como elucidado no capítulo anterior, a mídia é um ator político que possui um espaço hegemônico e se relaciona com os demais, pressionando e condicionando muitas vezes o debate popular e político de acordo com os seus interesses. Logo, grande parte dos profissionais da imprensa, ao fazerem parte da estrutura midiática, irá atuar em concordância com as linhas de atuação das grandes redes, grupos, redações, etc. Propagando assim, uma visão encaminhada pelo determinado veículo e rompendo na prática com a dita imparcialidade jornalística.

O jornalista na condição de intelectual do cotidiano a todo instante está agindo de modo opinativo. Pois, a própria pauta, ordem de contar as histórias, as ênfases ou omissões em determinados aspectos, tempo disponibilizado para assunto A ou assunto B, já apontam que não existe isenção ou imparcialidade, toda escolha é um reflexo de uma subjetividade que pode ser feita de maneira consciente ou inconsciente pelo agente

---

<sup>65</sup> Ver mais em BALDISSARELLI, Juciele; ARAUJO, Marta Beatriz Andreia de. y SANTOS, Adécio Machado dos. “Entretenimento e informação no jornalismo. uma análise do programa show do César Luiz da Rádio Rural am de Concórdia”, Revista Caribeña de Ciencias Sociales, 2018.



que produz as informações. O que vai diferir nosso objeto de tantos outros jornalistas é o grau pelo qual se expõe tal opinião.

Nosso interesse em apresentar Paulo Francis como polemista é evidenciar essa característica de atuar como um grande personagem visando atingir o maior número de consumidores através do seu modelo jornalístico. Isso não faz dele o único profissional que expressava suas opiniões ou que ele não tinha qualquer fundamento teórico ou de evidências, mas que o seu personagem midiático era uma construção pensada em ser mais direto e mais “humano”, no sentido de se expressar livremente<sup>66</sup> e cativar seguidores por isso. Em sua época, nenhum outro jornalista elaborou um personagem tão peculiar neste aspecto.

Avançadas tais considerações, a televisão veio popularizar a imagem de Paulo Francis. Em um cenário de inserções curtíssimas na rede aberta, destacou-se por criar um modo peculiar de fala. Seu estilo se notabilizou por cadência pausada (voz pastosa) num tom cômico e com brados nas ideias conclusivas. Tal modelo de se expor, logo, conquistou o gosto do público geral<sup>67</sup>.

O polemismo de Francis se baseava num forte repertório de críticas a diversos segmentos. As práticas nacionalistas na economia como a atuação das estatais no processo produtivo, os monopólios que as empresas públicas possuíam em determinados setores considerados estratégicos, ao caminho de Bem estar social que a carta constitucional buscava traçar como meta para o Brasil em um cenário de predomínio do neoliberalismo.

---

<sup>66</sup> É fundamental pontuar que em sua coluna no jornal Folha de São Paulo, *O Diário da Corte*, Francis atuou como comentarista e correspondente internacional, propiciando a ele (seguindo o código de conduta da empresa, obviamente) total liberdade de expor suas matérias, furos, análises, impressões e etc. Este espaço lhe era assegurado. A grande questão era que em diversas oportunidades, o jornalista também produzia para outros espaços fora de sua coluna. Nesses casos, os textos não se restringiam a sua imagem, mas a de todo o jornal, afinal nesses casos, ele era a voz da marca sobre a determinada pauta. Seu estilo seguia inalterado, era o mesmo Paulo Francis polemista que assinava tais matérias. Esse aspecto é importante, pois sua atuação na cobertura do processo eleitoral de 1989 claramente favorecia a eleição de Collor, gerando um enorme desgaste para o jornal junto aos partidários de Lula, que pressionavam tanto o jornalista quanto o próprio jornal. É no meio desta situação que Francis será desligado da Folha e passará a escrever para O Estado de São Paulo.

<sup>67</sup> Passou, inclusive, a ser alvo de imitações e brincadeiras em diversos programas humorísticos da época, como quando foi interpretado Hubert no programa Casseta e Planeta e pelo maior nome do humor brasileiro, Chico Anysio.

Além das desaprovações das políticas no campo econômico, Francis destinava seu asco às lideranças de movimentos sociais e suas militâncias, possuía uma visão muito pejorativa sobre parcela do povo brasileiro – em especial os nordestinos, comumente retratados como bem atrasados (socialmente e intelectualmente) em relação aos habitantes do centro-sul. Tinha posicionamentos difusos sobre pautas do universo feminino como apoio a descriminalização do aborto e a ridicularização do movimento feminista como um todo. Sua carreira também foi marcada por uma série de declarações com teores racistas e um profundo menosprezo aos que o acusavam de tal. Tais posicionamentos, além de visíveis em diversas de suas colunas, já foram levantados em muitos aspectos por Laís Oliveira em sua discussão<sup>68</sup>.

Dessa forma, é evidente que, ao não tratar exclusivamente de política, sua expressão ultrapassava as barreiras dos jogos de poder. Desembocava em questões econômicas, culturais, sociais e comportamentais. Além dessas críticas temáticas, era base do modo pelo qual Francis se expressava os ataques pessoais a personalidades públicas. Dentre tantos momentos, alguns chamam a atenção. O presidente Fernando Henrique é um caso icônico pela simpatia que gozava de Francis ao assumir o seu primeiro mandato, um apreço quase gratuito. De igual modo, FHC sofreu a ira do jornalista inúmeras vezes ao longo de seu governo, pois Francis considerava extremamente tímidas às medidas econômicas com o intuito de pavimentar as bases neoliberais no país. (Caro Francis, 2010).

Os rotineiros ataques à honra, ao intelecto e a capacidade de ação do então presidenciável e mais influente líder de classe trabalhadora Luís Inácio Lula da Silva, visto como jeca e oportunista, também exemplifica seu modo de agir. Entretanto, por mais que os ataques aos políticos de expressão fossem corriqueiros, uma ação de Francis marcou sua trajetória. Foi o caso em que expôs a falta de lisura e honestidade da cúpula da Petrobrás, sob a liderança de Joel Rennó em 1996.

Este caso é uma síntese do modo polemista Paulo Francis. Ao decorrer de uma edição do programa Manhattan Connection, ele lançou uma pauta bombástica, palavras do seu companheiro de bancada Lucas Mendes, na qual afirmava que uma fonte pessoal

---

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Laís. Paulo Francis, um conservador liberal. CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 26, p. 01-26, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17473>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

(um suposto amigo que era advogado) o revelara que todos os nomes da alta diretoria da Petrobrás depositavam montantes na ordem de 50 milhões de dólares em bancos suíços. Dinheiro esse fruto de desvio, roubo, corrupção e superfaturamento. O modo Francis de se comunicar baseava-se exatamente nesses moldes. Críticas duras, diretas, voltadas para desqualificar totalmente o indivíduo ou grupo a que são direcionadas, com vocabulário nada rebuscado (claro para a compreensão facilitada), com bordões e muitas vezes sem qualquer baseamento rigoroso de fontes ou apresentação de provas. Daí a popularidade de seu discurso ao *falar o que ninguém tem coragem de dizer* que marcou boa parte de sua carreira.

Esse caso é de destaque, pois gerou enorme repercussão televisiva. Como Francis argumentava sem apresentar quaisquer evidências, apenas convicções, a diretoria da estatal sentindo-se injuriada e difamada resolveu mover uma ação judicial contra o jornalista nos EUA, local de gravação do programa, no valor de US\$ 100 milhões. Restava a Paulo provar suas acusações ou retirar publicamente sua denúncia, fazendo um pedido de desculpas (ou *mea-culpa*). Ele se recusou fazê-lo. Tal processo foi um divisor de águas na vida de Francis. Ele faleceria pouco mais de um ano depois<sup>69</sup>. Para muitas pessoas próximas, sua saúde física e mental ficara muito abalada com ação judicial em curso<sup>70</sup>. Um elemento curioso deste processo foi quem processou Paulo Francis. A ação foi movida pela estatal contra o jornalista, fato muito contestado por seus familiares, amigos e afins, pois, a diretoria da Petrobrás utilizou, segundo eles, a grandeza econômica e poder político da companhia para silenciar, constranger ou mesmo fali-lo. Já Rennó, argumentou que ao acusar levemente (sem apresentação de provas) ele teria manchado a imagem não só de seus membros, mas principalmente da estatal.

---

<sup>69</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Doutor Joel Rennó, o senhor ganhou. Um texto em razão do falecimento escrito por Elio Gaspari a Folha de SP em 05/02/1997 diz que: “Talvez o presidente da Petrobrás, doutor Joel Rennó, não saiba (e sabe-se lá o que o doutor Rennó sabe), mas nos últimos meses ele foi um estrategista vitorioso. Conseguiu o seguinte: Paulo Francis vivia sobressaltado pelo processo que a Petrobrás lhe movia na justiça americana, exigindo US\$ 100 milhões de indenização por conta de ataques que fizera à diretoria da empresa no programa de televisão “Manhattan Connection”. Era difícil conversar com Francis por mais que uns poucos minutos sem que ele se queixasse do absurdo da situação. Rennó o processava nos Estados Unidos por coisas, ditas numa televisão brasileira, que jamais foram ao ar fora do Brasil. Francis perdeu o sono”. O texto completo encontra-se disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc050232.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

<sup>70</sup> Documentário Caro Francis.

Portanto, Paulo Francis possuía uma presença midiática que poucos jornalistas detinham naquele período. Mais do que um escritor, jornalista e comentarista político, ele havia se tornado uma celebridade dos meios de comunicação tanto impressos quanto televisivos. Isto maximizou o alcance de seu discurso ideológico que era o de defesa do projeto neoliberal norte-americano, atuando como um verdadeiro intelectual orgânico.

## **ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE PAULO FRANCIS**

Finalmente, apresentaremos para análise uma série de publicações de Francis no intuito de ratificar o que foi defendido ao longo de todo nosso esforço. Embora o autor apresente vasta produção jornalística, em mais de um veículo, iremos elucidar sua produção durante seu período como correspondente internacional da Folha de SP. Isso por conta de três aspectos principais: o primeiro é que foi através deste jornal que se deu a paulatina “migração de consciência” do trotskismo ao neoliberalismo, ou em suas palavras, seu amadurecimento enquanto homem. O segundo é o fato de ter sido neste ambiente que Paulo alcançou uma grande e assídua audiência. Isto o possibilitou despertar o interesse de novos leitores e empresários do ramo, como Roberto Marinho. O último aspecto é que foi nesta casa que Francis permaneceu mais tempo, possuindo um enorme acervo documental de seu trabalho, que nos permitiu uma profunda pesquisa com mais de 100 artigos por ele elaborados.

Embora, não utilizemos a sua produção no seu período de O Estado de SP que perpassa grande parte da década de 1990, as peças selecionadas permitem uma visão bem ampliada de sua escrita, interesses, defesas e posicionamentos. Nosso objeto principal foi a sua coluna *O Diário da Corte* na qual Francis tinha autonomia plena de escrita, num espaço exclusivo no jornal. Utilizaremos, em caráter especial, matérias com assinatura de Francis em que o mesmo discorre sobre o processo eleitoral de 1989, principalmente sobre os projetos em disputa e seus atores. Essas matérias foram publicadas são de espaços difusos, sendo algumas do Diário sendo outras de segmentos diversos do jornal.

Como serão observados pelo leitor, os temas levantados são variados. Os interesses principais estarão concentrados nas questões de política e economia. Ainda assim, as temáticas de cultura, feminismo, pautas raciais/étnicas e de classes sociais podem aparecer, pois são partes integrantes do seu discurso e modo de escrita que funde

diferentes assuntos. Por questões pragmáticas, de fluidez da leitura e para evitar uma extensão desnecessária não transcreveremos as colunas em sua integralidade, utilizando recortes pontuais visando nosso objetivo<sup>71</sup>.

### **a) Socialismo**

É perceptível que o discurso de Francis é totalmente construído em favor da demolição do regime socialista nas suas diferentes versões, sendo comuns as análises sobre os modelos soviético, chinês e cubano. Ao escrever colunas para Folha de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980 se torna perceptível o processo de encolhimento do potencial da URSS de acompanhar ritmo da economia norte-americana. Francis discorre sobre diversos pontos do socialismo sempre evidenciando como este sistema fracassou enquanto experiência histórica por ser de caráter totalitário e apresentar uma gritante falta de consumo de itens considerados básicos para sociedade americana.

O autor aborda diversos movimentos de contestação ao poder centralizado em Moscou, as tentativas de liberalização das Repúblicas integrantes da União Soviética apontando que este era o caminho para futuro do mundo, isto é a democratização através do neoliberalismo globalizado. Por fim, evidencia-se um interesse bem forte em suas colunas sobre as figuras de Stálin, Trotsky e Gorbachev com suas políticas de sepultamento do socialismo real e construção da nova Rússia. Embora, sejam tão vastas as possibilidades, centramos nossas interpretações em um prisma mais generalista da visão de Francis sobre o socialismo/comunismo.

Stalin e Mao arrasaram seus respectivos países. O expurgo assassino que Stalin ordenou a Zhdanov que fizesse em 1948, liquidando toda a cultura ídiche na URSS, e obrigando todos os intelectuais a cantarem loas a tratores, e não fazerem qualquer coisa que não fosse grotescamente nacionalista, não faz sentido. Nem o maior apologista de Stalin consegue enfiá-lo. Luckás (sic) tentou. Disse que o stalinismo era excessivamente racional e, por isso, degenerou em paranoia. É inteligente. Mas pode ficar com ele. E quanto à revolução cultural de Mao, atrasou a China 20 anos. No fim, era aquela macaca, mulher dele, que mandava em tudo e seus três companheiros. Democracia é uma farsa, mas pelo menos muda o elenco, mais ou menos de 4

---

<sup>71</sup> Todas as referências serão indicadas.

em 4 anos. Um Sarney que ficasse até morrer seria pior que qualquer forma de tortura da ditadura (FSP Diário da Corte 31/10/1987)<sup>72</sup>

Iniciamos nossa reflexão da escrita “franciana” com a análise do seu pensamento sobre o socialismo. E de pronto, esta citação nos indica grandes possibilidades. Em primeiro lugar, há para o autor um axioma: que as duas maiores experiências socialistas do século XX (e conseqüentemente da história da humanidade) resultaram em ruínas, desespero e sofrimento. Se por um lado Stálin é retratado como inescrupuloso genocida, por outro temos a figura de Mao sendo posta numa condição de testa de ferro de outros atores que dirigiam os rumos do povo chinês pós-processo revolucionário. Esta citação expõe de maneira objetiva que o socialismo enquanto projeto prático do cotidiano resulta em fracasso, fosse ele construído pelo operariado fosse pelo campesinato, no fim das contas, os partidos burocratizados se afastariam das massas e governaria para seus membros defendendo seus próprios interesses.

Tal citação ainda faz uma referência ao modelo democrático presente em grande parte dos Estados de princípios liberais em contraposição aos regimes ditatoriais vivenciados pelos regimes revolucionários.

Quer saber de uma coisa? Gorbachev agrada porque é novidade ver um comunista se comportando como gente. Reagan desagrada porque as pessoas se cansaram de ver o mesmo número durante seis anos. O consumismo criou em nós uma ansiedade permanente pelo novo. (FSP Diário da Corte 28/02/1987)<sup>73</sup>

Neste material de tão curtas linhas é possível apresentar três pensamentos. O primeiro é que no momento que chama Mikhail Gorbachev de agradável pelo simples motivo de se comportar como gente, Francis está ridicularizando toda a coletividade que vive no mundo ideológico comunista, privando-lhes da noção de civilidade, de cultura e educação. Ao dizer isso, Francis nos remete ao posicionamento de superioridade europeia durante as invasões aos continentes africano e asiático, no contexto imperialista do século XIX. Só que agora não era o europeu que levaria a missão civilizatória aos povos inferiores, mas os EUA e a sua economia de mercado seriam a

---

<sup>72</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10037&anchor=4164331&origem=busca&pd=68b6f9e7130941797bfc4ae4cedf204d> Acessado em 30/04/2019.

<sup>73</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9792&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4288928&origem=busca&pd=ee363a7508811eeeb1b168c524076d79> Acessado em 30/04/2019.

evolução máxima da escala humana enquanto os países comunistas e seus povos seriam inferiores.

A segunda é a antipatia que sentia pela figura de Ronald Reagan (que será apresentada mais a frente). A terceira por sua vez, é uma crítica ambígua ao valor de consumismo. De fato, em diversos momentos Francis se posiciona contrário a prática do consumo fútil como centro da vida cotidiana. Porém nesse cenário analisado, compreendemos como uma crítica também ao sistema soviético que se consolidou com dirigentes centrais do partido comunista por longos anos (casos de Stálin, Khrushchov, Brejnev e o próprio Gorbachev), ou seja, uma tradição muito diferente do costume norte-americano que dois mandatos do mesmo presidente já era visto como um ciclo interminável.

Leio em “W” que Fidel está “out”. Também discordo. Vi-o, doidão, olhar de cafungada séria, expondo o Proust chamava de “moi profond”, gritando contra a invasão do Panamá e terminava com a frase que repete todo dia há 30 anos, socialismo ou morte. Tu já tá morto há muito tempo, ô meu. Quando tu morrer de caixão as bananas da Republic vão brotar de todas as esquinas. Lembro de um weekend à la Marlon Brando e Jean Simmons que passei em Cuba em 1955. Voava-se de Nova York até lá e de volta num instantinho. Certo, havia mendigos, não mais que Noviorque (sic), Rio ou São Paulo, prostituição, idem, idem, idem, e algumas mulhas (sic) quase tão atraentes como nossas baianas, mas havia o que não há hoje: alegria. Vivia-se intensamente. Os cabarés eram deslumbrantes. (FSP. Diário da Corte. 06/01/1990)<sup>74</sup>

Seguindo, nossas análises sobre socialismo não poderíamos deixar de trabalhar a visão do articulista sobre Cuba e Fidel Castro. Cuba foi um dos grandes calcanhares de Aquiles dos Estados Unidos no cenário da Guerra Fria. Volta e meia, a ilha era tema das colunas de Francis. O mandatário cubano é retratado como um desequilibrado sem noção do tempo histórico que vivia. Francis apresenta-se como um saudoso de um passado glorioso da ilha pré-revolução nacionalista, na qual, apesar dos problemas comuns a todos os países pequeninos da América, havia felicidade. Tal felicidade tem como referências os cabarés e a prostituição que muitas mulheres recorriam como forma de sustento durante a ditadura de Fulgêncio Batista. Não bastasse escrever sobre a

<sup>74</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10835&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=713627&origem=busca&pd=f5ddd497a14d515d423e563593c77509> Acessado em 30/04/2019.

insanidade de Fidel e a falta de alegria do povo cubano, afirma que era necessária a sua morte de caixão, para enfim a ilha voltar a dar os frutos naturais que reergueriam sua condição de país livre do atraso e pronto para a globalização e o neoliberalismo.

“A pobreza geral de Cuba tem encantado vários intelectuais brasileiros – e que os mantém crianças, sob um credo único, e coesos na miséria, opa, pobreza. Nada de competição, nada de alguém ter mais do que o outro (só o Partido, claro).” (FSP. Diário da Corte. 25/04/1987)<sup>75</sup>. Aqui, ele apresenta como a intelectualidade brasileira seguia no endosso aos ideais de mundo socialistas e a defesa dos projetos ao redor do mundo. Justificando, segundo o autor, todo o tipo de problema como tática do capitalismo para desestabilizar os rivais ideológicos. O ano de 1987 já marcava um profundo processo de desgaste econômico, social e político do governo bolchevique. Desta maneira, seus parceiros muito dependentes de Moscou, como era o caso cubano, passaram a sofrer ainda mais os reflexos de ter uma economia boicotada pelos EUA.

As pessoas estão aplaudindo Gorbachev pelo “liberalismo” de permitir a Nureyev esta visitinha a sua mãe. É um horror, claro, e se destaca precisamente porque é uma concessão, das mais pífias, de um sistema intolerável para qualquer pessoa civilizada, escrevo estas coisas e meus amigos queridos do partidão (sic) dizem que eu sou anti-soviético. Acho que os soviéticos é que são anti-soviéticos. (FSP. Diário da Corte. 21/11/1987)<sup>76</sup>.

Este fragmento apresenta horrores cometidos por regimes totalitários (sejam eles comunistas, sem eles capitalistas) que é a separação de famílias e a proibição de locomoções e migrações sem retaliações dos regimes. Essa história se refere a visita concedida ao artista pelo dirigente do Partido Comunista a sua mãe após 26 anos de espera. Rudolf Nureyev (1938-1993) era um dos maiores nomes artísticos da União Soviética e durante uma excursão do Balé Marínski por Paris, decidiu não retornar ao seu país e viver na França, onde poderia exercer seu ofício e viajar pelo mundo apresentando sua arte. Nureyev é considerado o primeiro grande desertor cultural da URSS<sup>77</sup>. Toda essa história mostra como um regime totalitário é perverso e cruel.

<sup>75</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9848&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4150643&origem=busca&pd=262f8b7ee922e696c29ee34c16e6509b> Acessado em 30/04/2019.

<sup>76</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10058&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4167653&origem=busca&pd=fba6a175a894e557b086d05841b52ec1> Acessado em 30/04/2019.

<sup>77</sup> Baseado na matéria de Aleksandra Guzeva disponível em <<https://br.rbth.com/cultura/82246-nureyev-vida-e-morte>>. Acesso em 10/05/2019.



Contudo, concordar com a afirmação de que o socialismo é um sistema intolerável para qualquer pessoa civilizada é novamente marcar uma divisão na que as únicas pessoas com cultura, pensamento crítico, com capacidade cognitiva é quem vive em nações regidas pelo capitalismo, enquanto nos rivais ideológicos reinassem a ignorância, a escuridão e a estupidez.

### **b) Estados Unidos: Guerra Fria, críticas às políticas de Bem Estar Social e pitadas de xenofobia/elitismo**

Francis enxergava os EUA como o principal farol neoliberal em relação aos demais países da terra, embora sua admiração fosse muito maior pela Inglaterra de Thatcher. Contudo, em seu modo de pensar, os Estados Unidos estavam longe de ser a perfeição da experiência humana, necessitando resolver uma série de questões.

Se a URSS não existisse seria inventada pelos EUA. O homem não pode existir sem um “inimigo mortal”, qualquer coisa que o distraia do medo da morte, vácuo da existência, para passar o tempo, que, passando, aproxima o homem de seu fim, uma contradição que todos os filósofos enfrentaram sem solução. (FSP. Diário da Corte. 30/07/1987)<sup>78</sup>

Paulo era contrário a paranoia norte-americana fundamentada no cinema e na política de que *os russos estão vindo*, uma vez que estava visível a derrocada que se passava nas entranhas do regime soviético. Como foi demonstrado em sua coluna, o risco comunista no final da década de 1980 era muito mais uma estratégia simbólica de manter o povo mobilizado em torno dos ideais capitalistas (neoliberais) do que a existência de força do rival.

O Caso Nureyev, apresentado anteriormente, também pode ser analisado num aspecto comparativo entre os sistemas antagônicos nos sentidos econômico e social. “Viajei classe turista porque a grana está curta [...] a vida é injusta, mas é preferível se poder ir aonde se quer na injustiça do que aguentar o Nureyev é obrigado.” (FSP. Diário da Corte. 21/11/1987).<sup>79</sup> Aqui, se evidencia como a sociedade de mercado propicia uma

<sup>78</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9792&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4288928&origem=busca&pd=ee363a7508811eeeb1b168c524076d79> Acessado em 30/04/2019.

<sup>79</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10058&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4167653&origem=busca&pd=fba6a175a894e557b086d05841b52ec1> Acessado em 30/04/2019.

maior liberdade de locomoção, de escolhas e consumo. Tudo isso ancorado no poder financeiro que cada indivíduo dispõe. Logo, a felicidade era uma questão de sucesso, possível a todos baseados no ideal de meritocracia. Essa forma de viver tinha como contraponto o socialismo soviético que independia do tipo de profissão, valor social, fama ou habilidade técnica que o indivíduo possuísse, mas sim a posição ocupada pelo mesmo perante a burocracia dirigente do regime.

E nos EUA o recipiente da assistência federal (welfare) recebe 800 dólares por mês e não 80, como está na entrevista. E cupons de comida (1/5 do preço de mercado), educação gratuita, se for mãe solteira é envolvida pela burocracia que explora o filão da maternidade e é superalimentada, etc. há subsídios de moradias e “Medicaid” (tratamento médico gratuito). Depois que a mãe solteira pare tem direito a AFDC. Houve uma discussão dos diabos entre Reagan e Walter Mondale na eleição de 1984 sobre AFDC. Assisti ao debate com vários colegas americanos. Perguntei a eles se sabiam o que era AFDC. Não. Quer dizer “aid for families with dependent children”, o burocratês (sic) para “auxílio a famílias com crianças dependentes”. Em português claro é auxílio para meninas que têm filhos fora do casamento e recebe em média 180 dólares por mês por criança. Uma criança, bebê é alimentável tranquilamente com 45 dólares ao mês. Sei disso porque tenho dois gatos bebês que comem comida de criança. Roupas também são baratíssimas, preço de banana, fraldas de papel etc. qualquer menina que “queira viver sua vida” é só engravidar que será cliente do governo federal para sempre. Dois terços dessas mães são negras. (FSP. Diário da Corte. 18/06/1987)<sup>80</sup>

Paulo foi extremamente crítico a políticas sociais que eram legados sobreviventes do pensamento keynesiano proveniente do New Deal. Mesmo com mentalidade neoliberal em curso durante os governos de Ronald Reagan, algumas ações de seguridade social ou ações afirmativas permaneciam vivas, o que para Francis eram sinônimos de freios para o desenvolvimento pleno da economia de mercado e uma espécie de privilégios para determinadas parcelas da sociedade em detrimento do todo social. Desta forma, o AFDC voltado para assistir às mães sem condições de cuidar de seus filhos deveria ser cancelado, afinal, criava a cultura de promover a indolência das

---

<sup>80</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9902&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4292378&origem=busca&pd=65c6c5120e027403dc0aafabd762cbf5> Acessado em 30/04/2019.

camadas mais pobres que prefeririam gerar mais filhos para serem assistidas pelo governo do que ir a luta no mercado de trabalho.

Esse tipo de argumentação é muito comum no Brasil por parte dos defensores de políticas de redução da ação do Estado voltada para as camadas mais vulneráveis, como tantas vezes evidenciados em ataques semelhantes aos programas sociais como o Bolsa Família. Para Francis, essa ação estatal era inaceitável existir no país síntese do neoliberalismo. E como de costume, pudemos observar que sua escrita está direcionada para ridicularizar a existência dos mesmos. Se o auxílio a bebês americanos era contestado, é evidente que as políticas afirmativas ou cotas também seriam mal vistas pelo jornalista.

Mulher, negro, coreano etc. são contratados em jornal – exceto se talentosos – por um sistema de cotas, determinados pela Corte Suprema, chamado “ação afirmativa”. É dose. [...] Há quem ache que “ação afirmativa” é justiça. Eu não acho. Mérito para mim deve ser o único critério. [...] “ação afirmativa” é obviamente inconstitucional, viola, às escâncaras a décima-terceira emenda da Constituição dos EUA, e, que exista, é uma prova de que a esquerda nos EUA, inelegível para maioria dos cargos, se entrincheirou no judiciário federal e na burocracia, que gozam de vitaliciedade. (FSP. Diário da Corte 12/05/1990)<sup>81</sup>

Interessante que tais políticas de seguridade social ou de sistema de cotas visando um maior acesso a setores em que determinados grupos sociais estavam (e seguem estando) historicamente marginalizados foram (são) pautados pela esquerda dos EUA, que Francis considera incapaz de qualquer conquista ou relevância que não seja dentro do poder judiciário. Isso mostra, além da fragilidade da esquerda norte-americana que necessitava busca cargos altos e vitalícios, que a sociedade como um todo buscavam vencer no capitalismo através do mérito, enquanto tais segmentos buscariam as benesses e atalhos disponibilizados pelo governo para não ter que competir como todos os outros. Tal posicionamento de Francis é extremamente coerente com a linha ideológica neoliberal. De igual modo é extremamente indiferente para as abissais desigualdades sociais e preconceitos enraizados (de todos os tipos) na sociedade americana.

---

<sup>81</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10961&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4724992&origem=busca&pd=95586ca54ee1067c2212b56b54a8f7b9> Acessado em 30/04/2019.

Francis entendia que uma das maneiras mais eficientes de se atacar um tipo de política ou pensamento é demonizando-o com exemplos práticos. “Eu gostaria de saber se foi Hitler quem influenciou Keynes a propor sua teoria de financiamento de obras públicas e pleno emprego, pelo déficit público, e os historiadores apenas demonizam Hitler, e – quase – nada mais.” (FSP. Diário da Corte. 20/04/1989).<sup>82</sup> Comparar qualquer indivíduo com Adolf Hitler é compará-lo ao que há de mais detestável do que se imagina por ser humano. Assim, independente do tipo de política econômica, pensamento social e afins, o nome de Keynes já é posto com uma extrema indisposição junto aos leitores. Ligando os pontos, o ideal de intervencionismo defendido por Keynes e associado ao nazismo pelo autor, faz com que a antipatia a estas ideias (contrárias ao neoliberalismo) cresçam.

O Estado vai tomar conta de tudo e essa ditadura, do Estado, aquela da qual ninguém ainda encontrou a saída, é até muito apreciada pelas nossas esquerdas. Almas totalitárias, perdidas em preguiça e incompetência. Ser contra todos os governos, não importa a cor e pretensão, deve ser o lema de todo jornalista. (FSP. Diário da Corte. 23/02/1985)<sup>83</sup>

Embora aparente, Francis não se referia na passagem anterior a União Soviética, ao governo chinês ou cubano, nem mesmo a ditadura militar brasileira recém-encerrada. Francis reportava-se ao governo norte americano em relação aos aumentos das contribuições dos cidadãos e dos gastos estatais com ações sociais ocorridos na gestão Reagan (ainda que boa parte do aumento da contribuição não tenha sido para área de seguridade, mas para os investimentos militares como veremos adiante).

Uma temática que não pode passar despercebida é a forma pela qual Francis atribuía aos EUA ser o centro da vivência humana baseado em sua sociedade consumo. Por tal razão era constantemente invadida pelas classes subalternas que desejam viver a experiência da civilidade suprema, se possível em Nova Iorque ao caminhar pela Times Square, conhecer o Central Park, fazer compras na Bloomingdales (ou nos *Outlets* mais conta como a Marshall), comer a poucos dólares no Mac Donalds e etc. Nesse ponto,

---

<sup>82</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10574&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4085548&origem=busca&pd=414ae50e9ff2b37e7acc7ab2c592c7d4> Acessado em 30/04/2019.

<sup>83</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9057&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4140511&origem=busca&pd=a74e317efe50fddba19eb686affc7913> Acessado em 30/04/2019.

vemos uma série de discursos xenofóbicos e elitistas do autor contrário a enxurrada de imigrantes pisando em solo americano.

Uma palavra final sobre o papa. O homem continua pregando por aqui e dando gafes, como aplaudindo quem facilita a imigração de centro-americanos para os EUA, o que é mais um problema para este país que já parece o cu da mãe Joana em matéria de povos e raças. Todo mundo fala mal do capitalismo americano, mas quem pode vem para cá. (FSP. Diário da Corte. 17/09/1987)<sup>84</sup>

É visível a insatisfação de Francis com o discurso de que os povos de países em subdesenvolvimento deveriam ser encorajados ou mesmo terem certas facilidades de adentrar o território americano. O autor assim, se posicionava ao lado daqueles que acreditavam que os Estados Unidos há muito já estava inchado e que o crescente fluxo de pessoas só aumentaria os gastos em programas sociais, de proteção das fronteiras visando tanto às entradas legais quanto as ilegais, o crescimento da informalidade nos postos de trabalho, a competição por vagas em trabalhos formais, dentre outros aspectos. Por fim, ainda alfineta apontando que embora tão criticado, o capitalismo americano segue sendo o sonho de consumo de praticamente todos. Complicada afirmação de desejo genuíno, e não necessidade de viver em um país melhor, se tratando de povos centro-americanos como guatemaltecos, hondurenhos, jamaicanos, salvadorenhos e tantos outros com IDH bem abaixo daquele ocupado pelos Estados Unidos na década de 1980.<sup>85</sup>

Há zonas enormes em Nova York, a que ninguém que a gente conheça vai, e que têm arquitetura esplêndida, ou ao menos num estilo de grandiosidade que não se faz mais hoje, como no noroeste da cidade, perto da ponte George Washington. A cidade, Manhattan, Noviorque (sic) para vocês, é cercada de quatro pontes. Mas a caminho de George Washington comecei a ver prédios majestosos, e fiz meu amigo sinesíforo parar um instante, para olhar melhor. Em minutos, saem cucarachas (sic) pelo ladrão. Moram milhares, milhões lá, transformaram em favela essa região que deve ter sido residência de gente fina e branca. Dividem os apartamentos em cubículos, como fizera em quase

---

<sup>84</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9993&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4299377&origem=busca&pd=64fcd272e6cf3f08eae5b31640341fe4> Acessado em 30/04/2019.

<sup>85</sup> Baseado em dados disponibilizados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 que aborda os dados da década de 1980.

toda Copacabana e Atlântica. Em Copacabana há seis pessoas, nordestinos “et conserva”, por metro quadrado. (FSP. Diário da Corte. 21/07/1990)<sup>86</sup>

O discursivo corrosivo e carregado de xenofobia segue nesse trecho apresentado. Primeiro apontamos para o termo “noviorque” utilizado pelo autor em clara referência aos brasileiros que não sabem pronunciar o nome ou mesmo só conhecem a cidade remotamente. Seguindo, nos chama atenção como ele se refere a um espaço na cidade de Nova Iorque que perdeu toda sua magnitude de outrora para se tornar um espaço dominado por um processo de favelização não condizente com o modo de vida superior que a cidade deveria representar em plenitude. Ele faz a crítica ao ambiente dizendo que é sujo e mal cuidado, pois é dominado por baratas. As habitações são divididas entre as milhares de pessoas que ali residem. Não conhecemos o ambiente pelo qual Francis se refere, mas a leitura dá a ideia de ser uma espécie de cortiço de Aloísio de Azevedo em Manhattan. Contudo, o pior em nosso olhar é o tratamento desrespeitoso pelo qual se refere tanto aos habitantes desta região quanto aos nordestinos, alvos de Francis de longa data. Para o autor, nordestinos que moram em cubículos em Copacabana implicitamente retiram do famoso bairro carioca seu ar de superioridade, afinal foi dominada (tais quais diversas partes dos EUA e de Nova Iorque) por retirantes.

Mas esta não define o Village. É a miséria que o define. O Terceiro Mundo está todo lá, passeando, às vezes descalço, esfarrapado, muitas vezes falando línguas inidentificáveis, andando de um ponto a outro, partilhando a fantasia de estar em Noviorque (sic), a capital do mundo. (FSP. Diário da corte. 22/05/1986)<sup>87</sup>

Ao se retratar a um ambiente que era muito respeitável na grande cidade de Nova Iorque diz que infelizmente, para o autor, seu público conceito mudou. Nessas últimas passagens ficou evidente o elitismo que Francis carregava consigo sobre o que era e por quem deveria ser constituída a cidade Nova Iorque. O que para nós é deveras curioso. Embora, seja inegável que seus capitais financeiros, sociais e culturais o faziam parte de uma elite ou pelo menos de uma alta classe social, Francis era proveniente de um país de Terceiro Mundo, trabalhava em empresas voltadas para um público-alvo com mais

---

<sup>86</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11031&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4908183&origem=busca&pd=9534879e467833ee37ba0a8966bffb9> Acessado em 30/04/2019.

<sup>87</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9510&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4150519&origem=busca&pd=b5a4fe833fb8a8f89605fa922035a2ff> Acessado em 30/04/2019.

semelhanças daqueles povos que tanto detratava do que com o seletivo grupo superior pelo qual se sentia parte. Embora, já se considerasse *nova-iorquino da gema*, Paulo Francis continuava sendo um brasileiro vivendo fora de seu país.

### c) Reagan x Thatcher

Antes de entrarmos nas questões brasileiras, é relevante destacar a diferença de tratamento pelo qual Francis analisava os dois principais nomes da implantação do neoliberalismo nos países centrais, Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

Diga-se o que quiser, com todos os retrocessos, não há atividade humana que não tenha mostrado progresso de século a século. A exceção é a política. Descobri que é falsa a notícia de que Reagan dorme a tarde inteira. Ele reserva algumas horas para brincar de trenzinhos elétricos. Não é, juro, anedota. (FSP. Diário da Corte. 17/03/1984.)<sup>88</sup>

O jornalista sempre foi muito duro em relação aos presidentes norte-americanos, dificilmente apontava características, realizações, ideais positivas. Contudo, Reagan alcançou um espaço especial em suas depreciações. Tratava-o muitas vezes como um jeca, incapaz, bisonho, perdido que se segurava na presidência através do fortemente explorado anticomunismo e do seu carisma hollywoodiano. Como é visível na publicação anterior, o presidente era retratado como um homem de ações, pensamentos e comportamentos infantis. Bem incoerente com o cargo e tamanho poder que concentrava em suas mãos.

A leitura de “O triunfo da Política: Porque a Revolução Reagan fracassou” de Dave Stockman [...] É o livro do “ministro do planejamento” de Reagan. Ela demonstra que o lobby do Pentágono deu literalmente um trambique no público, por erro de cálculo dele próprio, aumentando o orçamento militar 10% ao ano, esses últimos 5 anos, sem qualquer necessidade real, exceto na cabeça do lobby, o que custou US\$ 1,46 trilhão ao contribuinte. (FSP. Diário da Corte. 01/05/1986)<sup>89</sup>

<sup>88</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8714&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4312512&origem=busca&pd=ad8d938c6ee63f54a57a171b416e2f68> Acessado em 01/05/2019.

<sup>89</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9489&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4283767&origem=busca&pd=7e01c3aaeff6cc7feb45b5a0103aa833> Acessado em 01/05/2019.

Aqui, Francis evidencia aos seus leitores como o presidente através de sua equipe de planejamento, ou pela perspectiva do jornalista “falta de planejamento”, acarretou num profundo aumento da contribuição por parte dos estadunidenses por conta do crescimento de investimentos na área militar que não se justificavam, na palavra do ex-ministro de Reagan. Nesse ponto evidencia-se a incompetência do presidente em permitir que isso ocorresse, se quisermos considerá-lo o culpado. Caso creditamos a incompetência a sua equipe de planejamento (o que não foi o caminho de Francis) de igual à maneira a responsabilidade pelo time e por suas ações também é do chefe do poder Executivo. Portanto, em qualquer aspecto Ronald foi o responsável. Segue Francis,

Mostra que Reagan não sabe sequer o significado de “dólares constantes”, que explicou várias vezes ao Presidente como se ajustam os dólares à inflação, e que Reagan simplesmente não concebia como isso podia ser feito. Dois comentários: de novo aí só há o erro de cálculo de Stockman, o resto, o trambique, era conhecido.” (FSP. Diário da Corte. 01/05/1986)<sup>90</sup>

Nesta segunda etapa, Francis expõe a ignorância do presidente ao não compreender elementos fundamentais de uma política econômica. Por fim, indica que o presidente agia de forma a privilegiar a arrecadação pública e direcionamento de fundos cada vez maiores para a pesquisa de desenvolvimento de inteligência militar e do setor de defesa impondo o aumento da carga tributária sobre os contribuintes, sem o mínimo de razão para tal.

Não foram poucos os momentos que em o presidente ator foi ridicularizado. Paulo Francis inclusive fez uma referência ao movimento “Diretas Já”, ocorrido no Brasil em 1984 que reivindicava o direito a um pleito presidencial com participação direta na escolha do primeiro presidente pós-ditadura militar. “No Brasil todo mundo querendo votar. Aqui não há em quem votar. A ideia de mais quatro anos de Reagan só comparável em horror a quatro anos de Walter Mondale ou Gary Hart.” (FSP. Diário da Corte. 17/03/1984)<sup>91</sup>.

<sup>90</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9489&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4283767&origem=busca&pd=7e01c3aaeff6cc7feb45b5a0103aa833> Acessado em 01/05/2019.

<sup>91</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8714&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4312512&origem=busca&pd=ad8d938c6ee63f54a57a171b416e2f68> Acessado em 01/05/2019.



Com a dama de ferro, a perspectiva era outra. Embora, já tivesse promovido textos contrários a algumas medidas tomadas por ela, o fascínio e a admiração política que tinha por Margaret era visível. Pois, o jornalista tinha esta figura como um verdadeiro símbolo de liberalização da economia e destruição do Welfare State em um país com tradição trabalhista muito consolidada. Como exemplificação, segue sua coluna quando Thatcher deixou o cargo de primeira ministra britânica

Margaret foi a mulher que mais marcou sua presença no país, depois da rainha Elizabeth 1ª filha de Henrique 8º. Mas as feministas não a consideram gente sua, porque ela era extremamente impaciente com ideologias em que pessoas têm direitos e não responsabilidades. Margaret se formou na universidade de elite, Oxford, e era, foi páreo, intelectual para alguns dos mais sagazes estadistas europeus, como Giscard d'Estaing e Helmut Schmitd. Não dá sequer para compará-la à mediocridades americanas, como Ronald Reagan e George Bush.

Margaret Thatcher quebrou a crista do sindicalismo inglês, fortemente influenciado pelo stalinismo, e obrigou, com suas atitudes, que o Partido Trabalhista, principal rival dos conservadores, assumisse posições de centro, abandonando uma longa tradição de trotsquismo (sic) e pacifismo. (FSP. Diário da Corte. 23/11/1990)<sup>92</sup>

Apresenta Thatcher como a verdadeira liderança neoliberal mundial. Cita a consagrada universidade de Oxford que serve de fonte intelectual para a figura da primeira-ministra. Compreende-a como o ser político de mais alta influência, competência e ação dentre todos os governantes, principalmente em comparação com os presidentes americanos Ronald Reagan e George Bush, que deveriam estar a sua altura pelo cargo que ambos ocuparam.

Vangloria sua figura por não gozar da simpatia do movimento feminista e ao apresentar todos os seus feitos de dismantelo das bases sociais do Bem Estar Social (com exceção do sistema público de saúde). Por fim, aponta que seu governo foi tão forte a ponto de descaracterizar o seu principal antagonista na política interna, o Partido Trabalhista.

---

<sup>92</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11156&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4094608&origem=busca&pd=61191006a8234945e70dfc17ebe45e06> Acessado em 01/05/2019.

#### **d) Brasil: Sarney e críticas à intelectualidade que auxiliam o atraso brasileiro**

Paulo Francis sempre que via uma oportunidade abordava questões referentes a política interna nacional. Suas facetas, possibilidades econômicas, sociais e intelectuais. Com a saída dos militares do poder, as colunas apresentam uma grande variedade de temas sobre Brasil, afinal, existia uma nova realidade no país. Entretanto, logo que José Sarney construiu seu governo (1985-1989) tornou Francis um ferrenho opositor de sua administração. Isto porque seu mandato foi marcado por uma política sem privatizações, com planos econômicos desastrosos, inflação galopante herdada dos reflexos do Milagre e ações como congelamento de preços.

Sarney disse a Cláudio (Abramo) que pode ser provinciano mas ditador não é. Depende do que se entenda por ditador, posso chamar Sarney de Jeca que o DOI-Codi não me arranca as unhas ou me assassina (como meu amigo Rubens Paiva). Mas a decretorréia (sic) econômica deste governo não tem paralelo na história recente do Brasil. Decreto é coisa de ditador. Decreto com liberdade de imprensa (pouco usada...) é melhor do que decreto sem liberdade de imprensa. Só até aqui que eu vou. (FSP. Diário da Corte 11/04/1987)<sup>93</sup>

A chamada “decretorréia” é uma referencia aos sucessivos decretos presidenciais nas seguidas tentativas de controle inflacionário que se mostraram inúteis para a esperada estabilização econômica. Além disto, esse termo faz alusão a práticas ditatoriais em que o poder Executivo define e age de acordo exclusivo com seus interesses e/ou sem consulta aos demais poderes. Neste caso, comparando-o a tiranos, Francis assemelhava seu governo ao regime militar brasileiro que governou por 21 anos através de decretos, promovendo um inchamento da estrutura estatal e legando o país a uma estagnação econômica, endividamento e hiperinflação inéditos em nossa história. Assim, o autoritarismo de Sarney (presidente que tinha uma relação histórica com os quartéis) seria ainda mais eficiente que o anterior por não precisar silenciar seus opositores, por ser autoritário às claras e com liberdade de expressão e imprensa.

“No Brasil, a perplexidade e a ignorância da classe política em face da economia moderna é de deixar qualquer um estarecido. E há informações.” (FSP. Diário da

---

<sup>93</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9834&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4290112&origem=busca&pd=461532ee8dc18b99ee43329bc668e892> Acessado em 02/05/2019.

Corte. 25/02/1989).<sup>94</sup> Ao apontar isso, Francis critica, mesmo que não nominalmente, o presidente e sua equipe que não consegue por em ordem as questões já abordadas.

“Ah, lá vem Adolf de novo com suas brincadeiras, mas não eram “brincadeiras”, não, Hitler foi um dos raros estadistas que fez o que prometeu. Acostumados a Sarney, Collor e Ulysses, quase ninguém levou a sério.” (FSP. Ilustrada. Diário de Varsóvia 26/10/1989).<sup>95</sup> Como apontamos anteriormente, alusões comparativas que envolvem a imagem do líder nazista servem para devastar qualquer político e suas ideias. Aqui, além de José Sarney, Francis também se refere a Fernando Collor e a Ulysses Guimarães. Um ponto curioso é observar que passado o primeiro turno das eleições presidenciais o jornalista não fez matérias com teor tão ofensivo a figura do candidato que disputou contra Lula o maior cargo eletivo do Brasil.

A figura de Ulysses Guimarães também esteve no radar ocular de Francis. Nome importante da política nacional conhecido por “Senhor Diretas” devido ao seu engajamento para aprovação da Emenda Dante de Oliveira em 1984 e por ter sido o presidente da Constituinte que elaborou a Carta cidadã. Foi ainda candidato a presidência da República em 1989. Com Francis, contudo, não gozava de tamanho prestígio. Na verdade, antipatia semelhante a que sentia por Sarney era encaminhada a Ulysses.

Não que eles precisem de dinheiro, mas Chico Anísio e Jô Soares ficariam milionários. Ok, bilionários, se contracenassem, em “Esperando Godot”, de Beckett, no Rio e São Paulo. A peça é a metáfora perfeita do Brasil ninguém entende nada, é angustiante, e às vezes é engraçada. [...] Há uns outros problemas de “casting”, de escolha de elenco. Para mim, Pozzo, o rico que traz um escravo, Lucky, numa coleira, carregando sua bagagem seria perfeito para o Dr. Ulysses, com aquele olhar píssico-opaco dele, e Sarney, procurando agradar, patético-pateta, seria o Lucky ideal. Mas sei que isso é sonhar demais e duvido de que o Dr. Ulysses e Sarney troquem seus atuais papéis, líder da maioria e candidato a presidente, e “presidente”. (FSP. Diário da Corte. 12/11/1988)<sup>96</sup>

<sup>94</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10520&keyword=%22Sarney++diario+da+corte%22&anchor=4085132&origem=busca&pd=c5ddfce68d4be76b5aecb247663fca21> Acessado em 02/05/2019.

<sup>95</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10702&keyword=%22Ulysses++diario+da+corte%22&anchor=4094644&origem=busca&pd=d41cd730b570edbbab96d96f81151a9f> Acessado em 02/05/2019.

<sup>96</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10415&keyword=%22Sarney++diario+da+corte%22&anchor=4139536&origem=busca&pd=24ed03e8d408e5cbbfcde68f741ae2cb> Acessado em 02/05/2019.

Vê-se claramente um tom sarcástico (ou de escárnio) de Francis com Sarney e Guimarães, comparando-os a personagens caricaturais sendo o palco de fundo uma história que para o jornalista ao combinar elementos de confusão, suspense e comicidade representava plenamente o Brasil, país no qual ambos os políticos detinham posições chaves de comando e influência. Segue o articulista,

“Mesmo que Chico e Jô não consigam contratar Ulysses e Sarney há outros atores. O teatro brasileiro está precisando de uma injeção de adrenalina, e os dois, pertencendo ao naipe do que temos de melhor, comediantes, estão como que obrigados a dá-la” (FSP. Diário da Corte. 12/11/1988).<sup>97</sup> Tais palavras, resumem o olhar que Francis dispende a tais personalidades apontando-os como responsáveis pela situação econômica e política vivenciada no país, tratando-os como bufões e não gestores.

Um ponto a se abordar é que sendo um neoliberal, Paulo era contrário a uma série de pontos da nova Constituição que nascia nas discussões pós-regime militar. Dentre esses pontos podemos elencar a permanência da nacionalização dos solos e de extração de petróleo, permanência da Petrobrás e outras empresas estatizadas (sendo necessárias emendas ou leis complementares para as privatizações), constitucionalização da CLT (no art. 7), dentre outras. Isto porque num cenário de globalização neoliberal a Carta brasileira privilegiava uma discussão longa de direitos assegurados, visando uma sociedade capitalista de bases keynesianas, ou seja, um Estado de Bem Estar Social. Dentre tantos momentos, Francis se refere a essas proposições defendidas como evidência de que “os constituintes devem ser em 99% semi-analfabetos (estou sendo generoso hoje)”. (FSP Diário da Corte 28/02/1987)<sup>98</sup>. Recordando que, sendo um político muito ligado a promulgação dessa Constituição, os ataques a Ulysses Guimarães podem ser em menor grau refletidos a mesma.

Uma das contendas mais recorrentes dos textos de Francis foi contra a classe dos intelectuais brasileiros.

---

<sup>97</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10415&keyword=%22Sarney++diario+da+corte%22&anchor=4139536&origem=busca&pd=24ed03e8d408e5cbbfcde68f741ae2cb> Acessado em 02/05/2019.

<sup>98</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9792&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4288928&origem=busca&pd=ee363a7508811eeeb1b168c524076d79> Acessado em 02/05/2019.

Leio na “Veja” uma pesquisa sobre consumo. As cidades onde mais se consome são a acadêmica e expansionária Campinas e a burocrática (idem) Brasília. É o Brasil sonhado por tanta gente de esquerda. Um país de burocratas e acadêmicos. É nas ruas aquela desolação: é possível imaginar os acadêmicos de Brasília que acabaram de comprar uma máquina de lavar roupas (um dos itens pesquisados) e bradando por socialismo. (FSP. Diário da Corte. 18/10/1984)<sup>99</sup>

Isto se explica por conta da maioria esmagadora da intelectualidade brasileira ser alinhada aos pensamentos de esquerda e por boa parte ser integrante do magistério universitário público (predomínio absoluto à época das instituições de ensino superior no país). Desta forma, ao elucidar a suposta hipocrisia da “elite” que defende o estatismo (garantindo assim – para Francis – seus empregos com suntuosos provimentos) e clama por socialismo ao mesmo tempo que consome sem se importar as novidades e facilidades que a economia de mercado oferece, além de gozarem de um padrão de vida muito superior a dos trabalhadores e camponeses que tanto defendem. Em nosso modo de ver, o que há de mais fascinante neste posicionamento do comunicador, é podermos observar que os pensadores de direita julgam que no momento que alguém se compreende como de esquerda, o determinado indivíduo deve automaticamente realizar um voto de pobreza e defender a humildade franciscana como meta de vida.

Aqui o cara só vai ser professor universitário se fracassar no mundo dos negócios, ou quando se aposenta do serviço público, políticos tais como Walt Rostow ou Dean Rusk. No Brasil é ao contrário. Líderes políticos parecem acreditar que acadêmicos são o sal da terra. (FSP. Diário da Corte. 21/07/1990)<sup>100</sup>

Os intelectuais são constantemente caracterizados por Francis como símbolos do atraso, de incapacidade intelectual e prática de enxergar o novo mundo (neoliberal), agentes corrosivos e parasitas que sugam o restante da população por defenderem seus cargos públicos em universidades e/ou estatais falidas ou inúteis. No caso brasileiro isso

---

<sup>99</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8929&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4215786&origem=busca&pd=65401d3ccab1dbe25f7567df795a7934> Acessado em 02/05/2019.

<sup>100</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11031&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4908183&origem=busca&pd=9534879e467833ee37ba0a8966bffb9> Acessado em 02/05/2019.

se potencializa pela relação próxima entre a intelectualidade e os políticos identificados com esquerda (ou centro esquerda).

Esses acadêmicos não param de escavar. Quer dizer, não os acadêmicos brasileiros, que nada lêem e nada publicam, esperando seu emprego em alguma estatal. Agora ficou mais difícil... mas digo acadêmicos de verdade, do mundo anglo-americano, cujo moto é “publish ou perish”, publique ou pereça, ou sifu, perde o emprego, ou não consegue as melhores sinecuras. (FSP. Diário da Corte. 31/05/1990)<sup>101</sup>

Paulo Francis desconsidera a intelectualidade brasileira como capaz de viver para além do Estado. Na verdade, a única diferença entre os professores universitários e os demais funcionários técnicos das estatais e das burocracias governamentais é que os primeiros detêm o que chamamos anteriormente de capital cultural e espaço público (em jornais, revistas, televisão, livros) que os outros não possuem o que sem dúvidas os ajudam a protegerem com mais força seus respectivos empregos. Somente os intelectuais de nações anglo-americanas, ou seja, provenientes de países sem relações pautadas no personalismo e no patrimonialismo é que se constrói uma verdadeira produção científica e de análise das relações humanas. O que, para o autor, não é o caso no Brasil.

Por fim, como todo liberal que se preze, há presente o orgulho de nunca ter dependido do Estado paralisante para sua vida, ao contrário dos agentes públicos sanguessugas afinal “não devi nada a ninguém, não tenho e nunca tive emprego público, ou sinecura de universidade. Vivo do meu talento. Carrego minhas ferramentas na minha cabeça. Não tenho dinheiro para me aposentar.” (FSP. Diário da Corte 11/04/1987)<sup>102</sup>

#### **e) Eleições brasileiras de 1989: Campanha anti Lula e apoio velado(?) a Collor**

É na corrida presidencial de 1989 que a atuação de Paulo Francis ganha um estrondoso destaque. Sua voz também seria sentida no pleito de 1994, contudo,

<sup>101</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10980&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4905949&origem=busca&pd=28dad0da1792603f93dc67b879e3db6c> Acesso em 02/05/2019.

<sup>102</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9834&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4290112&origem=busca&pd=461532ee8dc18b99ee43329bc668e892> Acesso em 02/05/2019.

entendemos que a disputa que restabeleceu a participação democrática direta foi enxergada como a possibilidade de ser um divisor de águas na sociedade brasileira. De todos os lados apresentavam-se projetos de modernização, crescimento econômico, combate a estagflação e desenvolvimento social.

Nota-se nas colunas e matérias de Francis que há um acompanhamento bem maior que o ano eleitoral em si. Já há referências a possíveis candidaturas desde que o Congresso Federal embarreirou a Emenda Dante de Oliveira e escolheu a chapa Tancredo e Sarney para a presidência até 1989. É visível que sua cobertura, tal qual sua carreira, será pautada num discurso altamente corrosivo contra aquele defendia um projeto de nação oposto ao qual Francis acreditava. Lula se tornou o alvo número 1 do influente articulista.

Generais dando palpites sobre datas de eleição inspiraram o diretor de “Brazil”, Terry Gilliam. Mas pior são os intelectuais. Não quero encarnar em Marilena Chauí, mas esse tal de PT é mais um exemplo que Southey chama de “imensidão e isolamento” do Brasil (escreveu no século passado Continua atual). Grã-finós com sentimento de culpa, professores à cata de verbas, ou de “importância”, e alguns líderes operários, já posando de pelegos pseudo-leninistas. Lenin não frequentava Morumbis. Quando Lula apareceu, eu o saudei como o primeiro líder operário brasileiro, porque me acostumei aos pelegos de Jango e do PC, que só se interessavam pelos sindicatos como degrau de acesso ao aparelho de Estado. Hoje, Lula fala igualzinho a eles. (FSP 25/01/1986)<sup>103</sup>

Os ataques foram muitos e por diversos motivos. Para Francis, Lula representava tudo o que se tinha de mais retrógrado e falido em questões políticas, econômicas e sociais.

Minha opinião sobre Lula, a meu ver, plenamente fundamentada em fatos incontestáveis, tais como se ele for eleito o país ficará ainda mais paralisado em greves do que está, isolado do mundo e corre o risco de se tornar o Sudão da América do Sul, porque Lula não tem a mais remota ideia do que seja inflação, da importância do comércio internacional na riqueza das nações etc. (Ilustrada. Patrulhas do Lula. 30/11/1989)<sup>104</sup>

<sup>103</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9393&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4140060&origem=busca&pd=959ef32ff29a0ad5e08f5a552fa2458d> Acesso em 04/05/2019.

<sup>104</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10798&keyword=%22Paulo+Francis++lula%22&anchor=4097989&origem=busca&pd=273b67f94eac796ff758b600cc56a7ee> Acesso em 04/05/2019.

“E Lula quer o Estado em tudo, com a Petrobrá (sic) falida, Volta Redonda perdendo US\$ 1 milhão por dia, o déficit do Banco do Brasil no último semestre foi de US\$ 1 bilhão e, no entanto, o cangaço sindical de lá conseguiu aumento de 152,3%.” (FSP. Diário da Corte. 23/11/1989).<sup>105</sup> O petista era defensor de uma política econômica desenvolvimentista na qual as estatais teriam um forte papel econômico e o Estado seria atuante na questão distributiva de renda, logo, defensor dos elementos que Francis era profundamente discordante.

Francis era convicto que uma vitória do candidato metalúrgico seria o atestado de óbito do desenvolvimento da nação brasileira. “(O medo é que) Lula reduza o país a uma taba, que, o Brasil, como o Haiti, volte aos tempos bíblicos do boi e do arado.” (FSP. Ilustrada. Diário da Corte. 23/11/1989)<sup>106</sup>.

Estes elementos combinados na candidatura com reais chances de vitória de Lula era um escárnio para Francis. “A que se deve ser reverente? [...] (a) esse semi-analfabeto, com charme discreto do proletariado, que é Lula?” (FSP. Ilustrada. 30/11/1989)<sup>107</sup>. A intelectualidade como já abordado e os artistas brasileiros também são apontados pelo articulista como responsáveis pela “insanidade” de Lula poder ser o presidente do Brasil. Vale ressaltar o maciço apoio que o candidato petista recebeu dos principais nomes da teledramaturgia da TV Globo, além de grandes nomes da música nacional em 1989, principalmente na peça publicitária “Lula lá”.

Não encontro apoio a Collor. Esses meus amigos sapientes dizem que preferem que ele ganhe a Lula, mas sem nenhum entusiasmo. É muito estranho [...] Lula tem o eixo Ipanema-Morumbi, Chico Buarque certamente dará grandes festas para ele. A esquerda festiva é imortal. (FSP. Ilustrada. Diário da Corte. 23/11/1989)<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10791&keyword=%22Paulo+Francis++lula%22&anchor=4092209&origem=busca&pd=641ca063385740c885d0792521b389d8> Acesso em 04/05/2019.

<sup>106</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10791&anchor=4092209&origem=busca&pd=641ca063385740c885d0792521b389d8> Acesso em 04/05/2019.

<sup>107</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10798&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4097989&origem=busca&pd=273b67f94eac796ff758b600cc56a7ee> Acesso em 04/05/2019.

<sup>108</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10791&anchor=4092209&origem=busca&pd=641ca063385740c885d0792521b389d8> Acesso em 04/05/2019.



Além destes grupos, Lula também receberia o apoio de um setor importante da sociedade brasileira, o funcionalismo público que enxergava no metalúrgico as melhores condições de manterem seus salários suntuosos, segundo a visão “franciana”.

Os empresários particulares foram substituídos pelo complexo de estatais e respectivos marajás, que aceitavam de braços abertos as candidaturas Lula e Brizola, que lhes permitia (hipoteticamente) manter todos os privilégios, que sangram o Brasil, e responsabilizar os gringos por nossas mazelas. O que se chama “nacionalismo” no Brasil. (FSP. Diretas 89. 19/12/1989)<sup>109</sup>

Apesar de termos iniciados esta temática com exemplos do anti-lulismo de Francis, é digno de nota que ela foi tímida no primeiro turno do pleito pelo fato de haver outros candidatos de peso na disputa presidencial, inclusive Leonel Brizola no campo de esquerda. Com o resultado da primeira parte da eleição é que a artilharia foi fixada contra o petista. Em sua primeira coluna pós o resultado do primeiro turno, Francis expõe a seus leitores uma palestra que proferiu na Universidade de Nova Iorque

Nada vai mudar com a eleição no Brasil, falando nisso, a menos que se pudesse usar a força, e o preço da democracia é abjuração da força em troca da lei. Mas o sistema está tão bichado no Brasil. [...] Precisamos de um governante contra o “governo”. Esse tema permaneceu intocado na campanha, apesar das críticas aqui e ali. (FSP Diário da Corte. 18/11/1989)<sup>110</sup>

Tal posicionamento apresentado três dias após a realização do primeiro turno demonstrava claramente qual dos candidatos Francis preferiria. Entre os presidenciáveis Collor era o único nome viável a desempenhar um papel de “governante contra o governo”, pois sua campanha se baseou na agenda de “caçar os marajás” (funcionalismo público ineficiente ou fantasma com salários altíssimos). Como observamos até aqui (e a experiência histórica ratificou muitos anos depois) Lula, de fato, era antagônico a esse pensamento do jornalista.

Riram bastante quando eu disse que o Brasil será o Sudão da América do Sul. Riram do que eu dizia. Não de mim. Como riram de Lula, mas ele não sabe distinguir uma coisa da outra. Me ocorre que Lula é um personagem

<sup>109</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10817&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4092622&origem=busca&pd=f6f7990c161cbb8dc3d0e643f1a92a06> Acesso em 04/05/2019.

<sup>110</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10786&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4088128&origem=busca&pd=5aa75ce1dd0cadbd1174043c0edf3dca> Acesso em 04/05/2019.

escapulida do vídeo de Chico Anísio, e me é, confesso difícil acreditar na realidade da pessoa dele. Tudo que diz é besteira. [...] Esses intelectuais grã-finos de esquerda como Welfort, Antônio Candido e similares deveriam, realmente, dar alguns livros, ou melhor, comentários de livros a Lula, antes que ele falasse. Se não, será, na frase de Sérgio Porto, o festival de besteira que assola o país. (FSP. Diário da Corte. 25/11/1989)<sup>111</sup>

O processo de ridicularização da imagem de Lula foi de reduzi-lo a um homem cru sobre o qual se faz comédia, pela presunçosa falta de capacidade cognitiva e gestora para o cargo em questão. A imagem dos intelectuais que o apoiam é apresentada como motivo de chacota dupla para o petista. Por um lado de o candidato ter menos histórico acadêmico e instrução do que seus apoiadores, fazendo dele um “fantoche” de seus pensadores. Por outro lado a própria negatividade que Francis atribui aos intelectuais brasileiros e sua ação na vida pública, já analisada anteriormente.

O único consolo do resultado dessa eleição do dia 15. Bem ou mal, mal, por certo, pela primeira vez duas pessoas foram eleitas que nada têm a com os rancores da era Vargas, ainda que Collor seja filhos de um dos oligarcas de Vargas. [...] Depois de ler os comentários em jornais brasileiros sobre as vitórias de Collor e Lula, concluo, com Euclides da Cunha, que o sertanejo é, antes de tudo, um forte... (FSP. Diário da Corte. 25/11/1989)<sup>112</sup>

Depois do massacre a Lula nesta coluna, Francis aponta a vitória dos candidatos como uma espécie de derrota do país. Dando a entender que é contrário a ambos. Assumindo uma posição de isenção enquanto comentarista político. Fosse verdade ou não, sua atuação foi escancaradamente favorável ao alagoano. Isso será evidenciado em alguns momentos, como no último debate presidencial extremamente controverso realizado pela rede Globo. Antes de analisa-lo, as falas de Francis sobre o FMI dão a dimensão de sua preferência.

O FMI propõe maneiras de reajustar economias falidas, em vias de falência ou carentes de reservas, emprestando dinheiro (a juros bem mais baixos do que os banqueiros particulares), em troca de que o país devedor tome algumas medidas, das quais as principais são a contenção do déficit público e

<sup>111</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10793&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4093659&origem=busca&pd=02388ea73341798f44f46c812c602f15> Acesso em 04/05/2019.

<sup>112</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10793&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4093659&origem=busca&pd=02388ea73341798f44f46c812c602f15> Acesso em 04/05/2019.

da “base monetária”, que quer dizer que o dinheiro que é impresso, a massa inflacionária brasileira. (FSP. Caderno B 6. 25/11/1989)<sup>113</sup>

Esse discurso de controlar a impressão de papel moeda não é falso, mas é enganoso, pois dá a ideia de que somente esta ação geraria a recuperação e fosse toda a solução para os problemas nacionais, bem como o limite das medidas de austeridade promovidas pelo organismo financeiro. Tais imposições já abordadas no capítulo dois e três envolvem muitas outras obrigações, como o processo de privatizações dos ativos públicos, as flexibilizações nas leis protetivas a áreas econômicas como solos, energia e demais setores que possam ser considerados estratégicos, promoções de arrochos salariais, tentativa de fragilizar as leis trabalhistas e previdenciárias, dentre outras.

A questão é fazer o acordo com o FMI. O novo presidente precisará de muita coragem para isso, pois enfrentará a maior oposição, que inclui a esquerda, os nacionalistas, infiltrados em todos os órgãos de opinião e burocracias, que farão corpo morto contra qualquer medida que vise lhes cortar as mordomias. (FSP. Caderno B 6. 25/11/1989)<sup>114</sup>

Novamente, temos exposto o tratamento dado aos que se mantêm contra as praticas de austeridade propostas pelo FMI como aproveitadores, sanguessugas e derivados dos recursos públicos que os sustentam através da intensa carga tributária que sustenta pesada estrutura estatal. Além disso, seria somente com o enfrentamento verdadeiro e ferrenho a tais grupos que o Brasil poderia ser consertado. Teria o candidato Lula condições de romper com as visões históricas dos grupos que o apoiavam e que ele próprio defendia? Obviamente que não.

É difícil saber o que o sr. Collor quer. Não há escapatória na modernização de nossa economia de uma recessão planejada, que seria dolorosa, por um ou dois anos, mas que depois traria aos brasileiros desta geração a experiência inédita de o cruzado, ou qualquer que seja o novo nome que lhe dêem, valer alguma coisa e não ser apenas papel pintado. A maioria dos eleitores

---

<sup>113</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10793&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4093348&origem=busca&pd=858902863a03de800f688a609f37dece> Acesso em 04/05/2019.

<sup>114</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10793&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4093348&origem=busca&pd=858902863a03de800f688a609f37dece> Acesso em 04/05/2019.

brasileiros desconhece as delícias de se viver num país de inflação baixa ou nenhuma. A sensação é revolucionária. (FSP. Caderno B 6. 25/11/1989)<sup>115</sup>

Ao dizer que não saberia o que Collor pretendia frente a essa demanda, Francis passava novamente a ideia de neutralidade. Atuou com o objetivo de mostrar que não era favorável a nenhum dos dois a priori, mas que a situação eleitoral o levava a decidir entre um nome irrelevante na política nacional que era pró-mercado ou a escolher um jeca socialista, a resposta é fácil de cravar.

Quase toda mídia é favorável a Lula. [...] Collor defende a iniciativa privada, que é a única base de riqueza das nações, fato hoje admitido até por Gorbachev, e Lula é estatizante, o que arruína países, como prova o exemplo da URSS. [...] Com Lula no poder, caloteando os credores, o Brasil será economicamente marginalizado, como Sudão. Mas pouca gente entende disso. (FSP. Diretas 89. 17/11/1989)<sup>116</sup>

Não se sabe ao certo de onde Francis chegou à conclusão de que a mídia seria partidária de Lula. Na verdade, é caso notório que a campanha de Collor teve um substancial apoio dos meios de comunicação por ser compreendido como o melhor representante de seus interesses. Lula, por razões já anunciadas, era incapaz de compreender o que fazer para alavancar o crescimento nacional através de suas ideias ultrapassadas. O exemplo da URSS exposto no fragmento (e em muitos outros textos de Francis) atribui a Lula os fracassos do socialismo pelo mundo que seriam inevitavelmente, para o autor, replicados aqui.

Nas próprias palavras de Francis, Collor defendeu a iniciativa privada. Por isso mesmo, os ataques a sua candidatura foram muito mais comedidos. Dificilmente se lia algo pomposo a seu respeito vindo de Francis, mas nunca críticas que o transformavam em um personagem grotesco. Logo, a pretensa neutralidade cai por terra ao analisarmos todo o pensamento construído ao longo de seu discurso durante a cobertura eleitoral.

Embora, Collor não agradasse plenamente, apoiava-o em razão de seus discursos pela modernização nacional através da introdução do neoliberalismo em ações como o

---

<sup>115</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10793&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4093348&origem=busca&pd=858902863a03de800f688a609f37dece> Acesso em 04/05/2019.

<sup>116</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10815&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4090411&origem=busca&pd=78ad2d5611228e14f5a23a19076c37e4> Acesso em 04/05/2019.

combate ao funcionalismo público por meio das privatizações promovendo o enxugamento do aparelho estatal, a agenda de flexibilização das leis trabalhistas, o apoio às medidas de contenção estabelecidas pelo FMI, dentre outras. O petista por outro lado, estava fechado com as ideias antiquadas de socialismo e/ou sindicalismo (como Francis gostava de se referir) que teriam levado desastres econômicos profundos inclusive para a poderosa União Soviética.

Assim, Paulo Francis criou sob si uma ideia de apoio ao menos pior. Aquele que embora não inspire grandes aspirações fará os acordos necessários com os organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) além de privatizar todo aparato estatal que seria o grande motivo do atraso brasileiro. Afinal, “as estatais são deficitárias, cabides de emprego e nunca darão certo.” (FSP. Ilustrada. 28/12/1989)<sup>117</sup>.

“Por outro lado, “Lula nos coloca “au niveau” de Cuba e Nicarágua. É uma besta quadrada. Não sabe nada do que está falando” (FSP. Ilustrada. 23/11/1989)<sup>118</sup>. Luís Inácio inevitavelmente mergulharia o país num caos econômico ainda mais sem perspectivas de melhoras do que o já vivenciado por praticamente toda década de 1980, na visão do crítico.

Ao comparar o possível país governado pelo candidato do PT, Francis quer consolidar em seus leitores duas visões carregadas de extrema antipatia. A primeira, é que ambos os países não podem ser comparáveis ao Brasil em termos econômicos, visto que mesmo com a situação econômico vivenciada, já figurava entre as dez principais economias globais em matéria de PIB<sup>119</sup>. A segunda visão, é que ao comparar exatamente com estes dois países, Paulo indicava que o caminho a ser construído por Lula era o de transformar o Brasil em um novo polo do socialismo.

“Vai usar o dinheiro dos juros da dívida – que não pagamos – para aumentar o salário mínimo dos trabalhadores. Não dá. Alguém deve saber as quatro operações entre os petelhos (sic) [...] Mas Lula arruinaria o país, nos transformaria em Sudão, uma

---

<sup>117</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10826&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4099259&origem=busca&pd=8cbbf0b3bea921a2d2dca20023edbd5> Acesso em 04/05/2019.

<sup>118</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10791&anchor=4092209&origem=busca&pd=641ca063385740c885d0792521b389d8> Acesso em 04/05/2019.

<sup>119</sup> SOUZA, 2011.

grande bosta.” (FSP. Ilustrada. 23/11/1989).<sup>120</sup> Deste modo, para o articulista Lula seria apenas um ignorante defensor de ideias não factíveis economicamente, mas com forte teor populista para seduzir as massas.

“Com Lula o dinheiro todo brasileiro já foi ou vai embora. [...] O Brasil precisa reduzir a pó de traque essa máquina estatal, já falida que consome 90% do arrecadado.” (FSP. Ilustrada. 23/11/1989)<sup>121</sup>. É interessante apontar um discurso bastante comum sempre que um candidato postulante do campo de esquerda atinge possibilidades reais de conquistar o poder pela via democrática. É a constante pressão dos grupos econômicos que promoveriam uma inevitável fuga de capitais, caso tal candidato seja eleito. Isso porque essa vitória representaria que os empresários desistiriam do país, pois o governo não passaria o mínimo de confiança e credibilidade aos credores. Logo, o Brasil só poderia se encaminhar para o mais concreto colapso.

Outro aspecto abordado pelo articulista foi a provável composição de política externa desempenhada pelo governo petista. Para além das já óbvias relações com as nações socialistas mais conhecidas no cenário global, a administração de Lula faria uma série de interações com países vistos como irrelevantes, para Francis, na geopolítica global

Sabe-se, não pela ONU, que é cúmplice, que esses países (África subsaariana) estão em grande parte revertendo ao canibalismo. (...) Logo, Lula nada tem a comprar ou vender à África negra. Em Angola, falta sabão desde 1988... Sugestão: que Lula exporte burgueses gorduchinhos e que sejam contra sua república sindicalista. (FSP. Ilustrada. 16/12/1989)<sup>122</sup>

Ao tratar de tais relações diplomáticas, o jornalista aponta que todas estariam claramente fincadas em posicionamentos de viés ideológico. Francis afirma que Lula privilegiaria as nações subdesenvolvidas do continente africano em detrimento da África do Sul, principal economia do continente. Vale lembrar em 1989 ainda era vigente o regime de Apartheid no referido país.

<sup>120</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10791&anchor=4092209&origem=busca&pd=641ca063385740c885d0792521b389d8> Acesso em 04/05/2019.

<sup>121</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10791&anchor=4092209&origem=busca&pd=641ca063385740c885d0792521b389d8> Acesso em 04/05/2019.

<sup>122</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10814&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4089537&origem=busca&pd=f0030d77f2405695e25a08398d53c6b9> Acesso em 04/05/2019.

Dentre tantos embates que envolveram as eleições de 1989, sem dúvidas o ponto mais controverso e que por mais tempo ecoou nas reflexões históricas foi o último debate realizado entre os presidentiáveis. Este enfrentamento de ideias ocorreu no dia 14/12/1989 e o segundo turno que deu a vitória a Collor foi realizado três dias depois.

O referido embate é famoso por ter sido claramente manipulado pela TV Globo<sup>123</sup>. Este foi reexibido no dia seguinte em dois momentos da grade com duas edições distintas, a primeira foi exibida a tarde no “Jornal Hoje” e a segunda a noite no “Jornal Nacional”. O último foi o que gerou a maior controvérsia por ter sido editado para apresentar aos telespectadores do jornal de maior audiência do Brasil uma superioridade total de Collor em relação a Lula. Sendo que, foram apenas apresentados um compacto com cerca de 6 minutos de debate em que as melhores falas do candidato do PRN contrastavam com momentos poucos inspirados do petista. Esta última grande exposição midiática dos candidatos fez com que Collor ultrapassasse o ligeiro favoritismo que Lula acumulava na semana do pleito, segundo os institutos de pesquisa de opinião de voto.

Tal manipulação já foi amplamente comentada e analisada por diversos historiadores e jornalistas, inclusive pela própria emissora ao lançar um posicionamento oficial, muitos anos depois, de que havia cometido um erro e favorecido Collor. Nas palavras da emissora

“A globo foi acusada de ter favorecido o candidato do PRN tanto na seleção dos momentos como no tempo dado a cada candidato, já que Fernando Collor teve um minuto e meio a mais do que o adversário.” E continua em sua nota,

Os responsáveis pela edição do Jornal Nacional afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula havia realmente se saído mal. [...] Mas o episódio provocou um inequívoco dano à imagem da TV Globo. Por isso, hoje, a emissora adota como norma não editar debates políticos [...] ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos

---

<sup>123</sup> Documentário Muito Além do Cidadão Kane.

candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado (Memória Globo).<sup>124</sup>

Paulo Francis, ainda que tenha analisado o debate sem cortes, parecia concordar com os editores do Jornal Nacional. Afinal, para ele

Collor deu uma lavagem em Lula no debate de anteontem. [...] Collor, ao menos, sabe que a causa principal da inflação é a diferença entre a receita e gastos do governo, que tem de emitir para pagar a sua estroinice em favor dos cumpadres (sic) do executivo, legislativo e judiciário. É Brasília contra o resto do país. Não é à toa que Lula ganha fácil em Brasília e no Rio, cidades parasitárias de burocracia federal, porque acha espantosamente – se cabe a palavra em relação ao seu bestunto – que o governo está bom do tamanho que está. (FSP. Ilustrada. 16/12/1989)<sup>125</sup>

Com a vitória de Collor no segundo turno das eleições de 1989, findou-se o risco (por quatro anos) de o Brasil ser governado por um jeca sindicalista nordestino. AO pleito legava ao Brasil se inserir na globalização através de um candidato que fizera campanha pró-mercado, que aparentemente tinha o apoio da classe empresarial brasileira, a aceitação dos países centrais do capitalismo e ao contrário das palavras de Francis, gozou de um apoio midiático fundamental para ascender ao poder.

Nova York é uma cidade extremamente cínica, mas o que me disseram foi “putz, como é bacana teu presidente, alto, bonito, com uma mulher interessante e articulado, com boas ideias”. OK, corta as “boas ideias” para não ofender os petelhos (sic). Agora, se Lula tivesse sido eleito, o dólar já estaria a 80 e a inflação a 100% ao mês e o que resta de dinheiro no Brasil, removível já teria sido mandado para o exterior. (FSP. Diário da Corte. 27/01/1990)<sup>126</sup>

Passado o risco Lula, as cobranças das promessas de campanha começaram a aparecer

---

<sup>124</sup> Memória Globo: Debate Collor x Lula. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm> Acesso em 04/05/2019.

<sup>125</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10814&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4089537&origem=busca&pd=f0030d77f2405695e25a08398d53c6b9> Acesso em 04/05/2019.

<sup>126</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10856&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4903988&origem=busca&pd=f74a599dc71a7a35132b5fc1adc6a793> Acesso em 04/05/2019.



Se elegeu Collor, me parece (não votei), para ele acabar com o peso deficitário do Estado e estatais na economia brasileira, para abri-la ao capital privado e, se possível, estrangeiro. Dar um fim a Petrobrás, Banco do Brasil, Companhia Siderúrgica Nacional e outras sanguessugas dos miseráveis. Foi feita alguma coisa, mas muito pouco até agora. (FSP. Diário da Corte. 17/11/1990)<sup>127</sup>

Podemos destacar a pretensa tirada de corpo que o articulista faz ao dizer que não votou. Isso porque já se aproximava de quase um ano de realizadas as eleições e igualmente de praticamente onze meses completos de administração do presidente Collor. Como as agendas defendidas em campanha ainda estavam longe de serem realizadas, Francis cobrava-o como se nunca tivesse lhe dado suporte.

Para encerrar este capítulo de análise da produção de Francis, abordaremos as repercussões desta cobertura desbalanceada na corrida presidencial. Isto porque sua atuação gerou, além de interesses vorazes por parte dos leitores, uma série de críticas oriundas do leitorado petista ou daqueles que se identificavam com Lula, provocando uma série de rugas entre o articulista e o ombudsman da Folha de São Paulo, Caio Túlio Costa a quem tais reclamações eram encaminhadas.

Segundo Costa<sup>128</sup>, as severas críticas que Paulo Francis direcionava a Lula e ao PT fizeram com que os apoiadores do candidato e do partido promovessem uma espécie de sentinela a todos os textos produzidos pelo jornalista e no momento em que este o atacasse ou fizesse comentários ofensivos a aqueles, entravam em contato via telefone, cartas ou por telegramas (relembrando aos mais jovens que a internet ainda não era disseminada nos lares brasileiros no final da década de 1980).

Nas reuniões internas do jornal, ainda de acordo com o antigo ombudsman, Tulio teria afirmado que o grupo Folha não deveria se preocupar com as reações de contrariedade vindas dos críticos de Paulo, pois elas não causariam descrédito à empresa jornalística. Afinal, Francis, em seu modo de ver, não era um jornalista, mas um excelente cronista. Lendo tal caracterização do seu trabalho, Paulo Francis ficou

---

<sup>127</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11150&keyword=%22Diario+da+Corte%22&anchor=4089040&origem=busca&pd=ab2724ce6834af6f7d6407ff92cf3e49> Acesso em 04/05/2019.

<sup>128</sup> As informações referentes ao caso têm como base o documentário Caro Francis e as matérias da Folha de São Paulo.

completamente irritado. Desta maneira, teve início uma áspera batalha de palavras entre os dois nas páginas do jornal.

Ocorreram quatro interações entre os envolvidos antes que a direção do jornal se posicionasse exigindo o fim do caso, duas colunas de cada autor. Ao decretar o fim das discussões em suas páginas, a Folha permitiu um último posicionamento de cada autor que foram expostos lado a lado na edição do dia 25 de fevereiro de 1990, data da intervenção realizada pela cúpula diretiva da empresa.

Gostaríamos de esclarecer que buscamos selecionar trechos fundamentais desta áspera discussão, para situar o leitor da gravidade e do tamanho da repercussão interna e externa que tal episódio encadeou. Ainda assim, na intenção de garantir uma nítida compreensão de cada autor e seus argumentos, os recortes serão mais extensos do que os apresentados nas análises anteriores.

Muitos leitores (38 de um total de 69 que chamaram o ombudsman) ligaram na quinta e na sexta-feira para reclamar. Eram simpatizantes do PT [...] Todos se queixaram do “exagero” da manchete de quinta-feira e da “brutalidade” cometida por Paulo Francis contra Lula. [...] “Collor diz que PT prega banho de sangue”, (o jornal) mancheteou (sic). Ainda na capa, recorria a uma crônica de Paulo Francis, publicada na Ilustrada, para compor o quadro isola PT: “Lula coloca o país no nível da Nicarágua”. No dia seguinte, os canhões se voltaram contra a prefeita petista: “Erundina pagará IPTU menor em 90 se projeto for aprovado”. Lido apenas o título, tem-se a impressão de que a prefeita está tentando mudar as regras do imposto em benefício próprio. Por sugerir o benefício próprio, esse título sobre Luiza Erundina não colabora para uma boa imagem da Folha. Não precisa ser petista para ver que ele indica, mais uma vez, uma marcação injusta. (tudo isto combinado) [...] provou que naquele dia deu certo a estratégia de bater no PT. [...]

Recebi telefonemas de leitores sugerindo que a Folha deixe de publicá-lo. Atendi a uma delegação de negros pedindo que a Folha censure suas afirmações preconceituosas. Para fazer esses pedidos é necessário lê-lo. Ninguém passa indiferente por seu texto.

Não se deve cobrar jornalismo nesse tipo de artigo que o Francis faz. Ali ele é mais o Francis ficcionista, o cronista dos tempos. Diz besteiras e coisas sábias [...] é preconceituoso, vulgar, chuta alguns dados, é o Paulo Francis de sempre – irreverente e destemido. [...]

Paulo Francis é chamado a capa da Folha em momentos delicados. Isto porque, no limite, encarna o que o jornal pretende ser. Sua independência e seu narcisismo servem inconscientemente de espelho para o jornal. Mas as imitações correm o risco de virar paródias. Francis, com seu destempero verbal, já provou sua condição de cético obstinado, ranheta mor do país. E a Folha muito afoita em escancarar independência, pode transformar o destempero em distorção. Pode acabar dependente de seu próprio espelho e, como Narciso, consumir-se na sua própria contemplação. (FSP. Caderno A. Ombudsman. 26/11/1989)<sup>129</sup>

Esse foi o artigo que deu começo a intensa tensão na redação da Folha. Caio Túlio é bastante claro no que Francis representa para o jornalismo, que é justamente não ser jornalista e sim um cronista. Defende isso pelo seu modo polemista que caracterizamos anteriormente. Não é jornalista porque não se atém aos fatos e a investigação. Tem preferência profissional pelo ficcional. Por isso, embora seja o articulista de expressão que era, a empresa deveria ter cuidado e prudência ao deixá-lo assinar posicionamentos institucionais baseadas nesse polemismo.

Caio Túlio Costa está ensinando jornalismo mal aos jovens da Folha. Se digo “besteiras”, como ele escreve, que aponte as besteiras. Se “saco dados”, que idem. [...]

A que se deve ser reverente? [...] (a) esse semi-analfabeto, com charme discreto do proletariado, que é Lula? Ele, de resto, que não é “patrulha” de si próprio – como Caio Túlio parece ser, de Lula. [...]

Só um imbecil chapado, por exemplo, proporia expropriar as propriedades rurais mais produtivas do país, como Lula, mas isso, me parece, é troço de padre, que entende tanto de economia como de sexo. É isso que Caio Túlio chama de “Francis ficcionista, o cronista dos tempos? (O que quer dizer ‘cronista dos tempos’? Nada)”. [...]

Certamente a Redação da Folha está infestada de petelhos (sic), como todas as outras. É gente jovem. Seu problema é afetivo, sexual em suma. [...]

E qual é a opinião de Caio Túlio sobre a eleição? Ele deve estar sendo cumprimentado pelas “patrulhas” de Lula na Redação, disso não tenho a menor dúvida. Mas para o público, afinal, que compra o jornal, que nos

<sup>129</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10794&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4094058&origem=busca&pd=3280f5d15efe8ed0be78383e74e26463> Acesso em 04/05/2019.

sustenta a todos, fica apenas a esculhambação – nem ao menos completa, cheia de “por outros lados” – porque ataquei o Lula. Patrulha pura. [...]

Lula não serve para presidente da República. Sua ignorância é ilimitada. [...] minha “brutalidade”, como dizem esses frescos, é sempre fundamentada em fatos. [...]

Mas não me incomodo de confessar que acho uma grande vileza, no meu próprio jornal, eu ser atacado de maneira tão fuleira e insolente por um colega e suposto amigo. (FSP. Diário da Corte. 30/11/1989)<sup>130</sup>

Paulo Francis não gostou do que havia lido e escreveu um artigo direcionado a seu detrator exigindo que o mesmo apontasse as supostas falhas de seu texto e de seu método. Ratificou seu entendimento que sob qualquer possibilidade de Lula chegar a presidência significava assinar o atestado de óbito da nação, que somente os adeptos cegos e apaixonados por uma ideologia ultrapassada eram capazes de lhe dar ouvidos e apoio, acusando Caio Túlio de ser mais um destes militantes. Porém, especial em relação aos demais em função da posição de alta importância em um dos maiores jornais do país. Apontou por fim, que esta ultrajante ação do crítico interno da Folha não deveria ter lhe tomado seu precioso tempo.

A Folha demonstrou desconsideração com o leitor ao privá-lo de mais uma das pérolas do articulista de Nova York. Não é praticando essas pequenas cirurgias que se vai resolver o problema de Paulo Francis, se é que ele é um. Caso os preconceitos dele contra “crioulos”, homossexuais e nordestinos fossem levados ao pé da letra, e aplicada a Lei de Imprensa em vigor no Brasil (cujo falso rigor eu demonstrei nesta coluna), Francis já teria acumulado mais de cem anos de cadeia. A tolerância da Folha, dos leitores e da Justiça é tamanha que ele pode esgrimir seu racismo sem maiores danos do que uma resposta ou outra na imprensa. Sorte dele.

Escrevi em novembro passado que Francis não pratica jornalismo, faz ficção. Ele é um escritor que ainda não deu certo nos livros (nunca foi um best-seller como Tom Wolf, para compara-lo com quem ele se mede), mas tem sucesso na imprensa. Suas crônicas (tudo o que ele escreve é crônica, não pode ser absorvido como análise ou notícia) valem quanto vale um jornal nas suas poucas horas de vida. [...]

---

<sup>130</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10798&keyword=%22Paulo+Francis%22&anchor=4097989&origem=busca&pd=273b67f94eac796ff758b600cc56a7ee> Acesso em 04/05/2019.

Ele é a diversão do jornal. Pouco importa que o índice de leitura de seus textos tenha despencado dos 96 pontos para 36 pontos na última pesquisa sobre o perfil do leitor da Folha [...] ele perdeu o posto de colunista mais lido na Folha para Joelmir Beting. Mas, a decadência, como se sabe, tem seu fascínio.

Se Paulo Francis não fizer ficção e não distorcer fatos, perde sentido. [...] Quando o prefeito de Washington foi preso em flagrante consumindo droga, em janeiro, Francis “analisou” o fato concluindo que a administração de Marlon Barry havia sido “um desastre” – em desacordo até com o jornal que ele considera o “mais influente” da imprensa ocidental, o “The New York Times”. Justificou a má gestão pelo fato do prefeito ter ficado “em pleno sol” assistindo futebol na Califórnia, sem dar satisfações sobre uma nevasca tinha isolado o Pentágono. Se a realidade não bate com a análise de Francis não tem a “menooorr importância”, Francis muda a realidade para adaptá-las às suas conclusões. O Pentágono não está em Washington, mas em Arlington, fora da jurisdição do prefeito. Barry nada tinha a ver com a coisa. O crítico interno (Caio Túlio) também apontou o erro. Talvez por isso Francis não o tenha corrigido até hoje.

Leitores têm arrumado tempo para escrever e registrar falhas cometidas por Paulo Francis [...] erros cabeludos. Ele não consegue escrever certas palavras em francês, torce citação até de Shakespeare, se mete a falar de entropia e solstício sem a menor noção do significado de cada palavra, confunde juro mensais com juro diários, cita números absurdos sobre a economia brasileira... A lista dos últimos chutes e erros tomaria mais tempo do que abriga este jornal. [...]

Recomendo, portanto, que Paulo Francis seja consumido enquanto tal, um ranzinza que sofria de senilidade precoce na infância e na idade adulta foi acometido de infantilismo tardio. É isso que lhe dá graça e ainda me anima na leitura de sua perturbada ficção. (FSP. Caderno A. Ombudsman. 18/02/1990)<sup>131</sup>

Após a primeira troca de artigos, o ombudsman voltou a direcionar sua crítica ao correspondente de Nova Iorque. Isto foi reiniciado porque uma manchete do jornal foi fortemente ironizada por Francis que a considerava como anti-Collor por afirmar que a inauguração da segunda loja do Mc Donald's na URSS teria sido mais impactante do que a primeira viagem diplomática que o presidente brasileiro fazia ao líder soviético,

<sup>131</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10878&keyword=CAIO%2CTULIO%2CFrancis&anchor=4082394&origem=busca&pd=4deb47636b43e01a06b55c850bb0364d> Acessado em 04/05/2019.

Mikhail Gorbatchev. Em sua ironia textual apontava que o crítico interno, no caso Caio Túlio, seria o responsável por tamanho absurdo (ou excesso de petismo?).

A confusão maior, no entanto, foi a decisão partida da direção da Folha de São Paulo (de acordo com Caio Túlio Costa) em censurar as críticas que Paulo Francis fazia ao ombudsman por serem consideradas despropositadas e acima do tom. O problema é que tão ocultação foi realizada pela tiragem do próprio jornal, mas foi veiculada sem alteração nas replicadoras do jornal ao redor do país.

Após quatro meses passados da resposta de Francis ao seu primeiro artigo, Costa utilizou seu espaço para dissecar muitos pontos de discordâncias em relação à produção de Paulo. Apesar de serem claríssimas e não necessitarmos maiores aprofundamentos, julgamos ser pertinente retomar o ponto em que são postas em evidência as falhas do polemismo do articulista. Erros variados como conceitos que não detinha domínio, as confusões que fazia com aspectos econômicos de que tanto abordava, dados e fatos apresentados sem quaisquer verossimilhanças, além de erros gramaticais (motivo pelo qual Paulo tanto zombava de outras pessoas) em outros idiomas, são apresentados como ombudsman como elementos claros de que a produção “franciana” nada tem de jornalística.

Outro ponto forte é referente ao sucesso de Francis enquanto autor. Costa afirma que o articulista é muito menor do que seu ego e que seus resultados de vendas são bastante inexpressivos. Para alguém que de forma cotidiana criticava negativamente diversas obras literárias, Paulo estaria muito aquém na qualidade de sua produção, quando se aventurava fora das colunas da Folha.

(Situação de toda mídia ser favorável a Lula, na visão de Francis) Achei demais e soltei os cachorros em cima de Lula. Ele, claro, iletrado. Suas ideias são pré-século 19. Criaria uma guerra civil no Brasil e caos incontornável. Seríamos o Sudão da América Latina. Um desastre. [...] ué, não é nosso “ombudsman”, cuja função, creio, é comentar erros e deficiências do jornal, e não a opinião de articulistas [...] saiu com artigo contra mim? Era ardiloso, hum, claro. Disfarçava mencionando outros desafetos meus, como uns pitorescos negros que não cantam ou dançam e que são caçadores da minha cabeça (talvez deversem ser mandados para a Instituição Smithsonian, como raridades), mas o objetivo era a salvar a cara de Lula. Caio Túlio Costa é um quadro do PT.[...]

O artigo era extremamente presunçoso. Caio Túlio se propunha, do alto de sua superioridade, explicar aos leitores petelhos (sic) quem era eu, como as minhas “excentricidades”, e que eu não devia ser levado a sério como jornalista. O maior insulto que se pode fazer a um jornalista. [...]

Havia também um fator pessoal. Eu sou bom. Caio Túlio é ruim. Eu sou famoso. Ele é obscuro. Ganho muito mais do que ele e por ter ocupado um cargo de chefia neste jornal, Caio Túlio sabe. Eu estou no ápice da minha carreira. Ele é apenas um bedel de jornal. [...]

Mas Caio Túlio não é jornalista e é extremamente ignorante, nada sabe de relações internacionais [...] de economia [...] acabei dando-lhe uma lambada em resposta ao primeiro artigo, não continha um único ataque pessoal. Era violento, mas intelectualmente. Ele não respondeu. Botou o galho dentro, como se diz. Fico imaginando aquela cara ferrujosa (sic) de lagartixa pré-histórica se encolhendo às minhas pauladas. Caio Túlio me causa asco indescritível, não posso garantir que se o encontrar não lhe dê uma chicotada na cara, ou, não, palmadas onde guarda seu “intelecto”. Porque é um canalha menor.

Nesse artigo ele tenta me deixar mal com a direção da Folha e da TV Globo, minhas duas fontes de subsistência. É a autodefinição do alcaguete e do canalha menor. Quer me calar como os seus admiradores petelhos (sic). Sua fúria, mal reprimida, me ameaça com mais de cem anos de prisão, se a Lei de imprensa fosse cumprida, pelos meus preconceitos contra homossexuais, negros e feministas. Se tivesse um mínimo de cultura saberia que é nos preconceitos que revelamos com mais clareza nossos instintos e simpatias. [...]

Caio Túlio é menosprezado e ridicularizado por todos os seus colegas, a quem persegue com mesquinhas suburbanas de bedel. Nunca ouvi uma opinião favorável. Não inspira ódio. Só se odeia quem se respeita. [...]

(Sobre seus livros publicados) Nenhum vendeu tanto como Tom Wolfe, como ele diz “ironicamente”, mas venderam entre 20 mil a 30 mil exemplares, nada mal em terra de analfabeto, mas alguém se lembra de qualquer coisa que Caio Túlio tenha escrito em qualquer época? Caio Túlio voltou de Paris um homem ridículo. (FSP. Ilustrada. 22/02/1990)<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup><https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10882&keyword=PAU%2CFRANCIS&anchor=4085944&origem=busca&pd=3d1a18edbc202c17bd308742b81e5ce8> Acesso em 04/05/2019.

O artigo de resposta vindo de Paulo Francis veio carregado de um discurso áspero buscando tanto contradizer as afirmações de Caio Túlio quanto desqualifica-lo enquanto profissional e individuo (o que o ombudsman também já havia iniciado em seu artigo). Embora não seja nosso objeto focal de análise, é impossível passar despercebido pelo seu racismo ordinário que é exposto na tentativa de ser engraçado. É lastimável.<sup>133</sup>

Francis volta a considerar o seu detrator como quadro petista. Logo, seus apontamentos já apontam vícios, pois tenderiam sempre a defender o partido e os indivíduos aos quais teria relação de proximidade. Segue sua argumentação, mostrando que era incomparável em termos de produção, relevância e qualidade com Caio Túlio. Enquanto Paulo Francis era um renomado, influente e no auge de sua carreira como jornalista, Costa seria um irrelevante desconhecido.

Destemperou-se de tal modo, que insinuou a vontade de partir para violência física e agredir Costa, já que segundo ele, na batalha intelectual não teria condições de embate justo uma vez que, o adversário era desprovido de inteligência. Critica a atitude (ocultada em nossa exposição) de tentar manchar sua imagem junto aos seus empregadores e considera isso o caráter de um “canalha menor”. Apontou a falta de prestígio e mesmo desprezo que a “lagartixa pré-histórica” gozava na redação da Folha entre os colegas de profissão. Por fim, orgulha-se da sua capacidade autoral e dos números de vendas atingidos por suas publicações, mesmo num país desfavorável a indústria literária, na visão do autor. Orgulho este provado ao indagar a seus leitores o que teria Costa produzido de relevante em sua vida?

Observando as ásperas confusões retornadas a pauta e sendo destaque de forma negativa para a imagem de seriedade do jornal, a direção decidiu intervir e pôr fim a contenda entre os jornalistas. Segundo o diretor de redação Otavio Frias Filho, nenhum dos dois poderia estar acima do jornal e por isso estava sendo posto em prática o Manual de Conduta da casa.

A Folha está encerrando hoje a polêmica que tem envolvido o correspondente do jornal em Nova York, Paulo Francis e o ombudsman Caio Túlio Costa. [...] A decisão de intervir e colocar fim à polêmica foi tomada na quinta-feira pelo diretor de Redação Otavio Frias Filho. Ele afirma que “o jornal se mantém equidistante em relação às duas partes e se limita a deplorar que o

---

<sup>133</sup>Detemos semelhante opinião acerca dos demais preconceitos abordados por Francis que já expomos anteriormente e que as colunas de Caio Túlio Costa vieram a ratificar.



conteúdo da discussão tenha sido estéril e pessoal.” (FSP. Caderno A. 25/02/1990)<sup>134</sup>

### A seguir, o artigo final de Francis sobre o assunto

Quero pedir desculpas aos leitores por duas vezes ter escrito sobre o ocupante do cargo de ombudsman. Não costumo frequentar a sarjeta em que vive esse tipo de gente. Se ele me houvesse atacado como simples colunista é provável que não lesse e certo que não responderia. [...]

Um artigo em que escrevi contra Lula depois da eleição de 15 de novembro, em que ele se classificou para o segundo turno e, em seguida, conseguiu unir as esquerdas em torno de seu nome. Ataqueei-o porque acho que seria um presidente-catástrofe. Teve grande repercussão. Não duvido que eu lhe tenha tirado votos. Não é basófia. Muitas pessoas me contaram que votaram em branco depois de lerem o artigo.

Nada mais justo que um intelectual do PT, como Antônio Candido ou Francisco Welfort, respondesse na Folha, que certamente lhe abriria as páginas. Mas não. O ombudsman saiu com um artigo [...] (que) dizia que eu não era para ser levado a sério como jornalista, e, sim como ficcionista, piada que ele roubou de “Veja” em outro contexto, mas deixa para lá. Não pode haver maior ofensa para um jornalista do que se dizer que ele não é para ser levado a sério profissionalmente. [...] Dei-lhe uma lambada de volta, mas, repito, só porque me pareceu estar sendo xingado por uma instituição do jornal, já que o autor do artigo me parece desprezível e insignificante. [...]

Apesar de o ombudsman ter mentido de que caí de nível de leitura, de 96 a 36, fui imediatamente reassegurado por quatro editores que tinha mentido, que o que havia mudado era o método de aferição, que todos os colunistas mais lidos do jornal estão agora na casa dos 30.

[...] Mas, mas mais uma vez, o ombudsman teve acesso a um intercâmbio entre mim e o diretor do jornal, de onde montou um ataque pessoal à minha seriedade profissional e integridade pessoal. Em baixo, citava o diretor do jornal como que em apoio do que escreveu. O diretor do jornal me assegurou várias vezes que não endossava o ataque. [...]

---

<sup>134</sup> <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10885&anchor=4088350&origem=busca&pd=882709132a930e6f3c4be5b7845c6665> Acesso em 04/05/2019. Esta referência também engloba as colunas de Paulo Francis e Caio Túlio Costa expostas em sequência.

Permanece o fato de que pela primeira vez, em 15 anos de Folha, fui censurado. Não em assunto muito importante, mas censura foi. (FSP. Caderno A. 25/02/1990)

Para não retornarmos a elementos já analisados, de novidade nessa versão final de Paulo Francis observamos que seu descontentamento e profunda decepção se deram ao ter interpretado o caso como um posicionamento de que o próprio jornal estaria por trás dos ataques cometidos através do ombudsman, já que este é um cargo institucional da empresa. Por não ter compreendido que se tratava de uma ação individual de Caio Túlio enquanto jornalista, é que ele teria se motivado a entrar na batalha de artigos.

Por fim, o posicionamento conclusivo de Caio Túlio Costa

Todo mundo sabe que Francis chuta dados, distorce fatos e pratica um opinionismo (sic) desenfreado. Os que ainda o lêem o fazem porque encontram algum sabor nisto e até lhe dão uma taxa de desconto. Se tenho algum mérito foi o de evidenciar uma impressão geral.

Mas veja bem a crônica na qual Francis me consagra como “canalha menor”, “lagartixa pré-histórica” e demonstra vontade de dar palmadas onde eu guardaria meu “intelecto”. Enfiou até minha família no meio. Foi publicada na Ilustrada de quinta-feira. É a reação de alguém muito ferido em sua vaidade. Gasta um arsenal de infâmias e não responde a uma linha sequer das críticas técnicas que lhe fiz. Nada de novo. Esta é a tática manjada do “polemista” Francis. Quando levado à lona por argumentos lógicos, que escancaram sua irresponsabilidade, ele revida com ataques pessoais. Fez isso comigo ano passado. Deixei passar. É a única defesa pessoal possível porque não tem como assumir suas invencionices, fruto da preguiça de investigar, pesquisar, trabalhar um pouco. [...]

Agora foi grave. Acabou sendo observado severamente pelo ombudsman em crítica metódica, racional, fruto do acompanhamento minucioso, do trabalho de um jornalista disposto a fazer do ombudsman uma instituição. Por isso ele precisava neutralizar o “canalha” desmistificador. Nada mais fácil do que caluniar o profissional para atingir a instituição. Inseguros reagem assim. [...]

Despejado na lona, ele ainda conseguiu levantar-se no ringue e esmurrar o ar para todos os lados: inchado, cego e surdo. Mostrei aqui alguns de seus inumeráveis equívocos e distorções de informações, falei de seus livros que não são best-sellers (um único livrinho meu, “O que é o Anarquismo”, editado pela Brasillense em 1981 e hoje na décima-quarta edição, vendeu mais de cem mil exemplares, muito além da soma da venda de todos os seus

livros juntos), recomendei a sua leitura e critiquei a censura operada em seu texto. Fiz o favor de pedir que o publiquem na íntegra. [...]

Acredito que uma das minhas tarefas de crítico deste jornal – alertar que Francis pratica algo que não é jornalismo – está cumprida. Basta. (FSP. Caderno A. 25/02/1990)

O artigo final de Costa é bem mais incisivo que o de Francis no caminho de demonstrar e responder várias afirmações feitas pelo “adversário” na coluna do dia 22 de fevereiro de 1990. O aspecto central é a conclusão de que ao ser contestado no mérito de sua produção, na forma pela qual escrevia e realizava suas análises/investigações, Francis seria incapaz de apresentar justificativas argumentativas contrárias ao ficcionismo do qual era acusado. Por tal razão, recorria a ataques pessoais e passionais como forma de resposta. Evidencia que seu trabalho não era perseguir ninguém, mas apontar de maneira profissional e objetiva os inumeráveis equívocos que o correspondente realizava em seu trabalho jornalístico. Por fim, apresenta-se como um escritor muito mais relevante que o concorrente ao apresentar os dados de circulação de apenas uma obra sua como mais relevante e lucrativa do que todo o conjunto produzido por Francis.

Embora a briga pública tenha sido encerrada aqui, as relações pessoais e profissionais entre o ombudsman, o correspondente e a Folha de São Paulo seguiram se deteriorando ao longo do ano de 1990. Ao perceber o desgaste da relação e ao ser sondado com uma proposta financeira muito vantajosa, Paulo Francis transferiu-se para o concorrente O Estado de São Paulo<sup>135</sup>. Encerrava-se um ciclo importante da história do polemista e da Folha.

---

<sup>135</sup> De acordo com Caio Túlio Costa e nas palavras do próprio Paulo Francis em participação no programa Roda Viva em 1994. Ambos estão presentes no Documentário Caro Francis.

## CONCLUSÃO

Ao elaborarmos o presente esforço é possível defender algumas considerações. De início é fundamental compreender que o capitalismo não é inevitável. Não é porque não o consideramos como sistema natural dos seres humanos. O Capitalismo é uma criação social gerado a menos de 500 anos que se enraizou, desenvolveu e cristalizou a um ponto passa a falsa impressão de ser inerente a natureza humana. Isso não existe. Todo o sistema dominante atua em hegemonia até que um conjunto de transformações históricas o superem e recriem o que se entende por organização de sociedades.

Embora, claramente vitorioso de seu embate contra o socialismo real, caracterizar o neoliberalismo como expressão final dos modos de viver da humanidade é abraçar a ideia de fim da história. O término das experiências, das mudanças, das transformações é o fim da capacidade humana de construir o que é inerente a si. Solidificar de que nada é possível pensar para além do que temos é descartar tanto a capacidade criativa da raça humana quanto embarreirar todas as demandas atuais e futuras de modificações nas questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

A humanidade é demasiada complexa para se cristalizar e viver toda a experiência que há porvir apenas para aperfeiçoar o que existe. A história é marcada por divisões sociais que se modificam. Lutas por poder e posição, inversões de hierarquias, destruição de sistemas postos e novas criações. Progressos e/ou regressos em pautas variadas. Acreditar no fim disto porque a URSS não existe mais é forçar a existência do discurso único. Defendemos que há um fim da história, mas este não é marcado por nenhum sistema já apresentado. O fim da história ocorrerá apenas no dia em que o último ser humano parar de respirar.

Avançando em nossas considerações, defendemos a conscientização de que o sistema capitalista não é único e comum em todas as suas experiências. Debates os diferentes modelos capitalistas e indicamos que o triunfante ao final da Guerra Fria foi o neoliberalismo. Tal modelo se pautou nas demandas e anseios da Escola Austríaca que interpretam as formas interventoras como gêneros iniciais de socialismo. Seria apenas através da liberalização e desregulamentação (plenas) dos mercados, da exclusividade produtiva e criativa pela iniciativa privada, do enxugamento da máquina pública, da redução das leis protetivas ao trabalho e de ações de seguridade/assistência social que

um determinado Estado (em especial os não desenvolvidos) atingiria o tão almejado status de Primeiro Mundo. Tal modelo se ancorou no fim da Era Ouro que colapsou a defesa do modelo de Bem Estar Social/*New Deal*, na derrocada do socialismo real e nos processos de globalização que acelerou o processo de exportação desses ideais para os mais variados países no mundo.

Como exemplo prático dessa expansão do neoliberalismo, apresentamos o caso brasileiro. Observou-se que tal entrada se deu num contexto de redemocratização de um país que havia sofrido com 21 anos de regime autoritário que ao abdicar o poder deixara um presidente sem apoio popular e mergulhado num violento processo inflacionário e de endividamento estrutural. Ao fim da década de 1980 o Brasil buscava formas de reestruturar num mundo que apontava para uma realidade pós-bipolar com os Estados Unidos novamente concentrando a hegemonia global.

É nesse cenário que foi instituída a Constituição Federal de 1988 marcada por uma enormidade de direitos sociais que visavam à equidade, a luta contra desigualdade social e a construção de uma sociedade mais fraterna. Um ano depois, entretanto, numa histórica disputa eleitoral, foi projeto neoliberal que saiu vencedor prometendo retirar o país da crise, do ostracismo e do terceiro-mundismo. A proposta de Collor que viria ser seguida e aprofundada por Itamar e FHC (principalmente) era de difícil conciliação com a Constituição Cidadã.

Os governos neoliberais brasileiros seguiram a lógica de que o mercado é o reino das virtudes e o Estado é o reino da incompetência, inércia e atraso. Deste modo, o caminho a ser trilhado era o das demissões em massa do aparelho estatal, da privatização de todo o aparato produtivo nacional, do fim dos monopólios garantidos a áreas consideradas estratégicas e a promoção de reformas estruturais como a trabalhista e a da previdência. Pois, tais medidas eram vistas como fundamentais na construção de um país verdadeiramente competitivo e que atingisse patamares superiores de crescimento econômico. Mesmo que o principal problema brasileiro – a abissal desigualdade social – permanecesse sem resolução. A este pensamento dualista de mercado “bom” contra Estado “mau”, somou-se uma noção de que o povo brasileiro era atrasado por ser culturalmente proveniente do povo português dominado pelo personalismo/patrimonialismo nas suas relações sociais. Assim, o único meio de

desenvolver nossa nação era praticar o ideário de nação norte-americana baseadas no livre comércio, na concorrência, no *self made man*.

Observamos que a mídia teve um papel de destaque na expansão e consolidação do discurso neoliberal em nosso país. Isso porque ela foi compreendida como um importante ator político, econômico e ideológico. Ao atuar sob o pretenso véu da imparcialidade, os meios de comunicação camuflam que são de fato, criadores de pautas e direcionadores de uma série de elementos que diariamente visam solidificar um consenso social (formando uma opinião pública). Assim, ao se apresentar como portadora da verdade sem preferências, a mídia acaba por esconder que é em sua gênese uma grande empresa capitalista e detém seus interesses de classe. Com uma possibilidade única: ser o canal de (in)formação diária de milhões de indivíduos.

No período histórico das décadas de 1980 e 1990, os jornais impressos gozavam de um espaço de destaque no cenário das informações. Embora, não fosse comparado seu alcance com a televisão, detinha um mercado imenso de consumidores diários, principalmente nos grandes centros urbanos.

Deste modo, os jornais de circulação nacional passaram a investir em nomes de peso junto ao grande público. A figura dos intelectuais nas colunas construía um poderoso argumento de autoridade a um determinado veículo, por isso, cada vez mais se investia na contratação de personalidades ligadas a inteligência ou que gozavam de grande influência para conquistar o maior número de leitores e conseqüentemente aumentar a margem de lucro. Nesse cenário em nosso recorte histórico escolhemos o intelectual mais popular a escrever em jornais de alcance nacional, Paulo Francis.

Ao analisarmos sua trajetória e principalmente seu modo de escrever, é de se concluir que Paulo Francis era um defensor claro do neoliberalismo e apologista de sua realização em nosso país. Nossas mazelas sociais só seriam curadas com um choque de práticas liberalizantes na economia, com a redução da máquina estatal, com o enfrentamento as políticas assistencialistas (ou “populistas”), com a adequação do Brasil as medidas de recuperação promovidas pelo FMI e Banco Mundial, a demolição da seguridade social que impediria a atração de multinacionais.

Paulo Francis foi uma voz feroz contra o que considerava resquícios de socialismo: as centrais sindicais, ao funcionalismo público e aos partidos e políticos dos

campos de centro-esquerda e esquerda, personificados principalmente na figura de Lula. Atuou energicamente nas eleições presidenciais de 1989 com o claro objetivo de impedir a vitória do candidato petista. Teve sucesso em sua meta, embora tenha ficado marcado pelo resto de sua carreira a uma perseguição exacerbada, dura, muitas vezes desleal e repleta de insultos, violência verbal e ridicularizações a figura do metalúrgico.

Paulo Francis entendia sua importância naquele contexto histórico. Com a URSS mostrando sinais de esgotamento e possibilidades de desaparecimento surgindo no horizonte próximo, o fim do regime militar brasileiro, as ideias neoliberais sendo praticadas ao redor do mundo e penetrando áreas antes impensadas, a brutal crise vivida pela economia brasileira sob o caótico governo Sarney que buscava sem sucesso recuperá-la das pesadas faturas oriundas do Milagre Econômico, debates sobre uma Constituição que era progressista nos direitos mas aumentava a necessidade de intervenção estatal e uma eleição entre dois projetos: mercado contra estatismo.

Francis compreendia que a virada para última década do século XX era um cenário para grandes atores disputarem os jogos de poder. Ele se fez um jogador ativo. Através da televisão, das colunas de jornais e de seus livros argumentou em prol do que acreditava ser o único caminho para o Brasil ser grande e não mais uma Guiana, Nicaraguá ou Sudão. Francis bradou forte por “Neoliberalismo ou barbárie”.

Portanto, esta reflexão nos permite concluir que o projeto liberal de ataques aos direitos trabalhistas, de flexibilização regulatória sobre os setores produtivos e da necessidade urgente de reformar a previdência para evitar uma bancarrota do Estado brasileiro, não são novidades. A força empregada, na atualidade, pelos governos Temer e Bolsonaro na tentativa de minimizar a força econômica, reguladora e empregadora do Estado é apenas mais um avanço dos tantos que ocorrem quando se elege uma administração com discurso pró-mercado. Como ficou evidente ao longo de todo esforço a construção de um liberalismo puro é sempre o objetivo final dos neoliberais. Felizmente, houve resistência na implementação do neoliberalismo no Brasil.

Hoje, felizmente, há resistências contra as tentativas de se abolir todos os elementos de seguridade social nesta nação.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. O Fim da História: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BALDISSARELLI, Juciele; ARAUJO, Marta Beatriz Andreia de. y SANTOS, Adalcio Machado dos. “Entretenimento e informação no jornalismo. uma análise do programa show do Cezar Luiz da Rádio Rural am de Concórdia”, Revista Caribeña de Ciencias Sociales, 2018.

BATISTA, Alexandre Blankl. Notas sobre atuação de Paulo Francis no Jornal Folha de São Paulo (1975-1990). Comunicação e Mercado, Dourados, v. 1, n. 2, p. 46-55, nov./2012.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 185-211.

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORRAT, Hector. El periódico, actor político. Analisis, Barcelona, n. 12, p. 67-80. 1989.

CALDEIRA, Jorge. História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

COSTA, Caio Túlio. Ombudsman, Caderno A, Folha de São Paulo, 26/11/1989.

\_\_\_\_\_. Ombudsman, Caderno A, Folha de São Paulo, 18/02/1990.

FAUSTO, Sérgio. Modernização pela Via Democrática. In: FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 14 ed. São Paulo: Edusp, 2015. p. 467-521.

FERNANDES, Aragonê. Direito Constitucional – Direitos e Garantias Fundamentais – Parte I. Grancursos Online, 2018.



FOLHA DE SÃO PAULO. Circulação diária média dos jornais brasileiros passou de 4.276.000 exemplares em 90 para 7.245.000 em 99 jornais do país crescem 69% nos anos 90. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200017.htm>> Acesso em: 09 mar. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Doutor Joel Rennó, o senhor ganhou. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc050232.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha aplica seu manual e encerra a polêmica. Disponível em:<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10885&anchor=4088350&origem=busca&pd=882709132a930e6f3c4be5b7845c6665>> Acesso em: 30 abr. 2019.

FONSECA, Francisco. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na "Nova República". Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 31, p. 83-105, 2003.

FRANCIS, Paulo. Caderno B6, Folha de São Paulo, 25/11/1989.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 17/03/1984.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 17/03/1984.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 18/10/1984.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 23/02/1985.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 25/01/1986.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 01/05/1986.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 22/05/1986.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 28/02/1987.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 11/04/1987.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 18/07/1987.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 30/07/1987.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 17/09/1987.

\_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 31/10/1987.

- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 21/11/1987.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 20/04/1989.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 18/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 25/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 30/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 06/01/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 27/01/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 12/05/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 31/05/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 21/07/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 17/11/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário da Corte, Ilustrada, Folha de São Paulo, 23/11/1990.
- \_\_\_\_\_. Diário de Varsóvia, Ilustrada, Folha de São Paulo, 26/10/1989.
- \_\_\_\_\_. Caderno B6, Folha de São Paulo, 25/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Diretas 89, Folha de São Paulo, 17/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Diretas 89, Folha de São Paulo, 19/12/1989.
- \_\_\_\_\_. Ilustrada, Folha de São Paulo, 23/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Ilustrada. Folha de São Paulo. 30/11/1989.
- \_\_\_\_\_. Ilustrada, Folha de São Paulo, 16/12/1989.
- \_\_\_\_\_. Ilustrada, Folha de São Paulo, 28/12/1989.
- \_\_\_\_\_. Ilustrada, Folha de São Paulo, 22/02/1990.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo: LTC, 2014.

\_\_\_\_\_. Livre para escolher: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAYEK, Friedrich. O caminho da Servidão. 6 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 140-151

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 213-230.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIMA, Venício. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./mai. 2004.

MEMÓRIA GLOBO. Debate Collor X Lula. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>> Acesso em: 18 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Paulo Francis. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/paulo-francis.htm>> Acesso em: 18 jul. 2019.

MENDES, R. A. S. O Neo-absolutismo brasileiro. Ciências & Letras, Porto Alegre, n.28, p.99-110, jul./dez. 2000.

MENGER, Carl. Liberalismo: Princípios de economia política. São Paulo: LeBooks, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. DOSSIÊ “MÍDIA E POLÍTICA”. Revista Sociologia Política, Curitiba, n. 22, p. 7-12, jun. 2004.

MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. 3 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016.

O GLOBO. Privatizações ganharam força a partir dos anos 90. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

OLIVEIRA, Laís. Paulo Francis, um conservador liberal. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 26, p. 01-26, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17473>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PEW RESEARCH CENTER. Newspapers fact sheets. Disponível em: <<https://www.journalism.org/fact-sheet/newspapers/>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-124, jul./dez. 2011.

PURDY, SEAN. Décadas de discordância: 1920-1940. In: KARNAL, Leandro. *A história dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 197-215.

PNUD. Relatório do desenvolvimento humano de 2011. Disponível em <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2011\\_pt\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2011_pt_complete.pdf)> Acesso em: 18 abr. 2019.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROTHBARD, Murray. *Governo e Mercado: a economia da intervenção estatal*, São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, Theotonio. *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 231-269.

SOTO, Angel. El mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal - 1955-1970. Santiago do Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2003.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

STEWART JR, Donald. O que é liberalismo. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário da Educação Básica 2018. Disponível em: <[https://todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/20180824Anuario\\_Educacao\\_2018\\_atualizado\\_WEB.pdf?utm\\_source=conteudoSite](https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite)>. Acesso em: 17 mai. 2019.

## AUDIOVISUAL

Documentário: Caro Francis produzido por Nelson Hoineff. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=op17nZ3SGME>> Acesso em: 01 mai. 2019.

Documentário: Muito além do Cidadão Kane. Produzido por Simon Hartog e John Ellis. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA>> Acesso em: 27 fev. 2019.

Documentário: Requiém for the American Dream produzido por Noam Chomsky, Peter Hutchison, Kelly Nyks e Jared Scott. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_FtpgDvWjkQ](https://www.youtube.com/watch?v=_FtpgDvWjkQ)> Acesso em: 05 dez. 2018.

Documentário: Sicko – SOS Saúde produzido por Michael Moore Sicko. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VoBleMNAwUg> Acesso em: 03/12/2018.

Programa de televisão: Conversa com Bia, apresentado em 29/11/2017. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/pedro-bial-homenageia-paulo-francis.ghtml>> Acesso em: 03 mai. 2019.